



A VIDA DO ANDAMENTO

Para uma caracterização dos consumidores
problemáticos de drogas em Guimarães

LUÍS FERNANDES E TIAGO ARAÚJO

2010

Ao Manel, ao Rujo, ao Barbas, ao Pibe, ao Lars, ao ADM, ao Speedy Gonzalez, ao Zé Motas, ao Romeu e a muitos outros que nos ensinaram, a nós, forasteiros em Guimarães, a conhecer o centro da sua cidade dum modo bem diferente do dos roteiros turísticos – serão eles os actores principais da narrativa que este texto propõe.

À equipa de redução de riscos e minimização de danos IN-Ruas, pelo acolhimento e pelo modo como nos aproximou dos actores e territórios psicotrópicos. E em especial à sua coordenadora, Rita de Aires.

Obrigado também ao Simão Pedro Ferreira, que nos ajudou no tratamento dos dados.

À Sol do Ave, que lançou a semente deste projecto, e à Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Guimarães, para que este trabalho seja um testemunho da ligação entre a investigação das universidades e a intervenção das instâncias que agem nos sistemas sociais.

ÍNDICE

PARTE I OBJECTO E MÉTODO

CAPÍTULO 1	
Limitação do objecto e da unidade de estudo	9
CAPÍTULO 2	
Metodologia	13
2.1. As técnicas	14
2.1.1. Observação	14
2.1.2. Entrevistas	15
2.1.3. Outras técnicas	16
2.2. Ir para o terreno	17
2.2.1. Os primeiros passos	18
2.2.2. Ir até onde?	19

PARTE II ACTORES E TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS EM GUIMARÃES

CAPÍTULO 3	
Uma primeira visão de conjunto	23
CAPÍTULO 4	
Sociografia dos consumidores problemáticos	27
CAPÍTULO 5	
Trajectórias	33
5.1. O início	33
5.2. A consciência da dependência	37
5.3. As flutuações	38
CAPÍTULO 6	
Ser agarrado	41
6.1. Uma visão fenomenológica	42
6.2. A centralidade da dependência	47
6.3. Participar no comércio de drogas	51
6.4. Precariedade do quadro de vida	61
6.5. Práticas de risco	68
6.6. Tratamentos e recaídas	80
CAPÍTULO 7	
Ser arrumador	91
7.1. Arrumar carros como actividade do trabalho informal	93
7.2. Relação com o automobilista	103
7.3. Territórios	107
7.4. Arrumadores e controle social formal	111
CAPÍTULO 8	
Comunidade	115
NOTA FINAL	
Marginalidade e políticas de cidade	121
Referências Bibliográficas	131

PARTE I

OBJECTO E METODOLOGIA

CAPÍTULO 1

OBJECTO

O presente relatório dá conta dos resultados finais do estudo 1, *Caracterização dos consumidores problemáticos de drogas em Guimarães*, que integra a investigação solicitada pela Câmara Municipal de Guimarães ao Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, dando cumprimento ao protocolo celebrado entre ambas.

A investigação teve início a 1 de Outubro de 2009, começando o trabalho de terreno a realizar-se duas semanas depois. A presença regular na unidade de estudo seleccionada decorreria até Agosto de 2010, seguindo-se o tratamento dos dados e a redacção do presente texto. Este visa transmitir dum modo circunstanciado o percurso de investigação, desde os seus primeiros passos, em que o investigador procura a aceitação e a familiarização no contexto e com os actores que quer estudar, até ao aprofundamento desta relação, que é a condição essencial para a visão de pormenor sobre eles, de modo a conhecer o seu dia-a-dia, as suas trajectórias, as suas práticas de consumo de drogas, as dificuldades que estas lhes vão colocando, as eventuais tentativas de abandono da dependência, os seus projectos de futuro, bem como a interacção que estabelecem com o cidadão comum que usa os mesmos espaços e a reacção social destes ao “drogado”.

1. DELIMITAÇÃO DO OBJECTO E DA UNIDADE DE ESTUDO

Os consumos problemáticos de drogas, sobretudo quando adquirem uma dimensão fortemente visível no espaço público, são um dos problemas com que se defrontam hoje as políticas de cidade. Obter um conhecimento mais profundo do que o

actualmente disponível no que diz respeito à expressão de tal fenómeno em Guimarães é o objecto central da presente investigação.

Nas sociedades urbanas complexas os consumos problemáticos de drogas podem assumir expressões variadas, dizer respeito a grupos sociais muito distintos e a zonas muito diferentes entre si no que toca à sua visibilidade e ao modo como são percebidas pelo todo social como “problema”.

Delimitaremos os consumos problemáticos às franjas de indivíduos mais marginalizadas, que são normalmente aquelas em que os problemas sanitários e sociais atingem maior gravidade, sendo também as que se tornam mais visíveis nas dinâmicas diárias dos espaços urbanos, originando no cidadão comum uma percepção do “problema da droga” marcada pela preocupação. Múltiplos estudos têm mostrado a relação entre estas percepções e o sentimento de insegurança. E em Guimarães, reproduz-se também este fenómeno típico das grandes urbes? Como é vivida a presença dos consumos problemáticos no quotidiano da cidade?

O objectivo genérico é o da caracterização de actores e de territórios que se revelem centrais na problemática das drogas em Guimarães enquanto problema com expressão pública¹. A opção pela pesquisa de terreno em contexto natural exige o contacto prolongado com tais actores e territórios. Este desígnio implica a identificação duma unidade de estudo relevante para o efeito, na qual se empreenderá uma exploração intensiva. A existência dum território com grande centralidade – no duplo sentido de centralidade face ao fenómeno droga e face à própria cidade – estava já previamente identificada pela equipa de redução de riscos e minimização de danos do Projecto IN-Ruas, da Sol do Ave, pelo que se decidiu recorrer a ela como âncora de terreno, de modo a irradiar posteriormente a partir do seu local habitual de permanência, situado no centro histórico². Discutimos então com a responsável do Projecto IN-Ruas os objectivos da

¹ Reconhece-se assim que outros consumos de drogas que podem configurar situações problemáticas ficam de fora deste estudo. É esse tipicamente o caso daqueles que se resguardam em certos ambientes estritamente privados, ou daqueles que se manifestam no interior da família e são mantidos longe dos olhares alheios. Isto poderia igualmente ser dito do mercado de drogas, num *continuum* desde a sua relativa visibilidade de rua até ao seu elevado secretismo noutros patamares da cadeia produtiva e de distribuição. Podemos afirmar que, em geral, quanto mais alto é o estatuto social dos indivíduos, tanto no consumo como na venda, mais condições existem para a ocultação das suas práticas, contribuindo deste modo muito menos para a definição social do “problema da droga”...

² É frequente os centros históricos terem no seu interior territórios psicotrópicos que mostram grande longevidade temporal. Exemplifiquemos com os casos bem conhecidos do Bairro da Sé, no Porto, ou do

investigação, integrando as suas sugestões para que a recolha de dados tivesse também em conta aspectos úteis aos técnicos que intervêm junto dos utilizadores de rua.

As equipas de redução de riscos e minimização de danos desenvolvem a sua intervenção, em geral, em espaços de rua que funcionam como concentradores de actividades em torno das drogas ilegais, e que temos vindo a designar como *territórios psicotrópicos*. Em todos os espaços urbanos há territórios psicotrópicos, variando muito no número de indivíduos que os constituem: podem ser grandes concentradores, ao estilo dos que se tornaram célebres no Casal Ventoso, em Lisboa, ou no S. João de Deus, no Porto, ou estar dispersos por toda uma zona, organizando-se em pequenas concentrações muito flexíveis³.

Estão normalmente situados em espaços intersticiais: traseiras de ruas centrais, casas ou pavilhões abandonados, sítios “de ninguém” em zonas que foram perdendo a função residencial, comercial ou industrial – enfim, em qualquer espaço onde possam estar resguardados dos olhares, desde os espontâneos aos do controle social formal.

O território psicotrópico onde decorreu uma grande parte da nossa observação é também um espaço deste tipo, tendo uma presença discreta em plena centralidade própria a um centro histórico. É um concentrador relativamente pequeno, apresentando grande *turn-over* de indivíduos: vêm apenas o tempo necessário para comprar e “dar um fumo”. Ao contrário do que acontece em territórios psicotrópicos de muito maior dimensão, não funciona como lugar de permanência ao longo do dia e, muito menos, como assentamento permanente. De acordo com os indivíduos que o frequentam, os outros territórios na cidade têm sensivelmente estas características e dimensões, não existindo nenhum que promova uma grande concentração. É frequente, aliás, os utilizadores circularem por mais do que um destes territórios.

Barrio Xino e da Plaza del Rey, no Bairro Gótico, em Barcelona. Nalgumas cidades, não se situando no centro histórico, estão ou estiveram no entanto em zonas de grande centralidade: Casal Ventoso em Lisboa, Spitzplatz em Zurique, Goûte d’Or em Paris...

³ É o caso, por exemplo, dos utilizadores de rua de heroína e de base de coca em Gaia. A equipa de rua que faz trabalho em vários destes territórios serviu como âncora de terreno a uma investigação etnográfica sobre estes actores e territórios (cf. Pedro Machado, 2008).

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

A pesquisa de terreno de carácter etnográfico – ou, dito simplesmente, a etnografia – foi o método escolhido para levar a cabo os objectivos definidos para a investigação. A etnografia tem provado ser uma das estratégias metodológicas com maior capacidade de se acercar de realidades em relação às quais os grupos dominantes produzem distância social e simbólica. Esta distância está na base dum desconhecimento razoável de tais realidades, reduzindo-as a imagens simplificadas e simplistas – os estereótipos, que circulam como verdades de senso comum. Vários estudos têm caracterizado estes estereótipos a propósito da “droga” e dos “drogados”, mostrando o seu reducionismo e o modo como funcionam como sentenças valorativas *a priori*. A tarefa inicial do etnógrafo é suspender tais estereótipos, abordando os actores no seu contexto natural, nos lugares onde desenrolam a sua actividade quotidiana, procurando adoptar a postura de quem pouco ou nada sabe do que vê e ouve.

Ir para o terreno com esta atitude consiste no exercício de procurar saber de indivíduos e grupos a partir do que eles fazem no concreto, do que dizem, do que dizem sobre o que fazem, sobre eles próprios, sobre os outros – consiste em tentar apreender a sua lógica própria, de modo a compreender, no sentido fenomenológico do termo, o seu mundo. O “mundo da droga”, neste caso, não dito pelos jornais, não contado pelo estereótipo que circula no rumor social, mas vivido, dito e, por vezes, explicitamente pensado e explicado pelos seus actores ao investigador.

A profundidade com que vem a poder conhecer-se um mundo social específico, nas pesquisas em contexto natural, depende do sucesso com que se processa a aproximação do investigador às zonas e aos grupos e indivíduos que quer conhecer. E esta proximidade dá-se pela conquista progressiva da sua confiança, pelo que a evolução é necessariamente lenta.

O primeiro problema a resolver é, desde logo, o de como entrar na zona que se escolhe, o de como abordar os indivíduos, o de como fazer-se aceitar por quem nada tem, aparentemente, a ganhar com a sua presença ali. Ter o IN-Ruas como âncora inicial foi poder beneficiar do capital de confiança que os seus técnicos já tinham construído no seu trabalho de proximidade com os utilizadores de rua. Mas o papel do investigador não deve, por razões éticas, ser ocultado, nem, por razões técnicas, pode ser confundido com o dos profissionais que trabalham na unidade móvel. Assim, os tempos iniciais duma pesquisa deste tipo são de negociação do estatuto do investigador tanto junto dos técnicos como, principalmente, junto dos actores das drogas, etapa fundamental para que a sua presença não seja um obstáculo ao livre curso dos fenómenos nos seus *settings* naturais, sob pena de alterarmos irremediavelmente aquilo que queremos conhecer.

O etnógrafo tem de resolver a tarefa, lenta e meticulosa, de conseguir uma cada vez maior naturalização junto dos actores das drogas. Foi deste modo que se foi tornando possível um acesso progressivo ao seu quotidiano, às suas práticas de consumo, à forma como olham para as suas vidas e para a sua condição de adictos, ao modo como interagem com os outros actores locais (moradores, comerciantes, automobilistas...). É esta progressão da sua posição no terreno que permite accionar as técnicas de recolha de dados que passamos sucintamente a referir.

2.1. AS TÉCNICAS

2.1.1. A OBSERVAÇÃO

A técnica nuclear que, depois de criadas as condições que acabamos de referir, foi utilizada é a observação. Ela pode adoptar várias modalidades: mais distanciada ou mais próxima, com ou sem recurso à interacção verbal, decorrer durante um percurso pedestre com um ou dois dos “nossos” sujeitos, acontecer em pequeno grupo, aproximar-se da observação participante (o investigador participa da conversa, é naturalizado pelos actores em presença como, digamos, um deles); pode ocorrer em contextos diversos, como o “parque” em que um arrumador trabalha, a mesa dum café, um sítio algures no espaço público, em geral de pouca visibilidade para os transeuntes, onde decorrem

actividades relacionadas com drogas (práticas de consumo, compra do produto), ou a casa de algum utilizador de psicoactivos – sinal, neste caso, do grau de familiarização e de naturalização que se conseguiu, o que é tomado pelo etnógrafo como a confirmação de que obteve êxito na sua postura metodológica, ao ser aceite no território mais privado e reservado de todos, a casa de alguém.

Quando uma etnografia já vai avançada no tempo a unidade de estudo deve soar ao investigador como familiar – sem que com isso dilua a necessidade de a “estranhar”, para poder manter a atenção àquilo que interessa registar. Assim, depois dum trabalho destes concluído, temos a sensação de já ser também um pouco desse sítio – já somos, digamos, agora também um pouco vimaranenses...

A observação em contexto natural ocorreu entre Outubro de 2009 e Agosto de 2010, a maior parte das vezes no período da tarde, mas também da parte da manhã e, mais raramente, à noite. Constituiu-se assim um diário de campo com perto de trezentas páginas. Os capítulos seguintes darão abundante notícia do diário, pois é com passagens deste que, na maioria das vezes, ilustramos os resultados da investigação. O recurso ao discurso directo dos actores sociais é, aliás, mais do que um expediente para ilustrar os resultados, um acesso através da sua linguagem às suas representações, ao modo como se vêem a si próprios, aos outros e a toda a realidade que os rodeia. O acesso à linguagem dos próprios é o acesso à humanidade dum mundo social – mesmo se ele, visto à distância, parece um pouco desumano...

2.1.2. AS ENTREVISTAS

A entrevista permite aprofundar os dados das observações e direccionar, através de perguntas muito concretas, algumas intuições e hipóteses que o trabalho de terreno vai suscitando. Realizámos entrevistas semi-estruturadas a dois conjuntos de indivíduos: utilizadores de drogas e pessoas da comunidade local.

Quando a confiança com alguns dos indivíduos que fomos conhecendo ao longo do trabalho de observação em contexto estava consolidada, demos início às entrevistas, registando-as em gravação sonora. A primeira decorreu cinco meses depois de iniciado o trabalho de terreno, o que indicia bem a necessidade de deixar evoluir o inter-

conhecimento entre pesquisador e sujeitos, de modo a que a entrevista seja um encontro marcado pela abertura e pela fala franca. Decorreram em contexto natural, variando entre a rua, o café ou a casa do entrevistado; num único caso decorreu nas instalações da Sol do Ave, a organização que acolhe o projecto IN-Ruas.

Realizámos oito entrevistas a utilizadores. Mais do que o seu número, privilegiámos a sua significatividade: sujeitos de longa trajectória, representativos do *junkie* de rua, e com os quais se tinha já um capital de relacionamento que permitisse a riqueza dos dados obtidos. Trata-se portanto duma amostra intencional, guiada pelos critérios teóricos que o terreno nos mostrava já nessa altura relativamente ao tipo de actores a que deveríamos aceder. As entrevistas visaram, para além do que já enunciámos, obter um conhecimento mais preciso da trajectória dos utilizadores, dos acontecimentos cujo desfecho último foi o estar na rua, das suas redes sociais, de modo a avaliar o grau de inserção e de suporte social de que ainda dispõem – na convicção de que a etiqueta “exclusão social” induz a crença, que a realidade frequentemente relativiza, de que quem está “nas margens” se encontra necessariamente em estado de dissocialidade e/ou de isolamento. Mesmo o facto de utilizarmos ao longo destas páginas as expressões “*junkie*” de rua, utilizador de rua ou outras semelhantes não significa que estejam a morar na rua ou em alguma casa abandonada – vulgo “sem-abrigo”. Embora também seja o caso, referimo-nos em sentido mais lato a indivíduos que fazem da rua o seu contexto privilegiado de vida, tanto para o “trabalho” (arrumar carros, vender drogas) como para os consumos e para a sociabilidade corrente.

Quanto às entrevistas na comunidade, realizaram-se doze, com os sujeitos recrutados entre os comerciantes locais (farmacêutica, merceeiro, dono dum quiosque, empregados de lojas de cosméticos, de pronto-a-vestir, estudantes, funcionária dum equipamento social...). Visavam identificar elementos constitutivos da representação social sobre o “drogado” e sobre o tipo de ajuda que poderia ser-lhe dirigida.

2.1.3. OUTRAS TÉCNICAS

Utilizámos ainda a análise documental. Os documentos foram-nos disponibilizados pela equipa de redução de riscos e minimização de danos IN-Ruas, da Sol do Ave: as fichas de caracterização dos seus utentes, o diário de campo que a equipa

realiza desde que, em 2008, iniciou a sua actividade de intervenção, bem como os resultados dum inquérito de avaliação à satisfação dos utentes. Estes materiais permitiram complementar os dados gerados pela nossa investigação, acrescentando ainda validade aos resultados finais, uma vez que permitiram cruzar informação provinda de fontes independentes relativamente ao nosso estudo.

2.2. IR PARA O TERRENO

A narrativa que a partir de agora propomos organiza-se como uma visita ao quotidiano dos actores de longa trajectória nas drogas, com quadros de vida marcados pela precariedade e pela marginalidade – aqui tomada como distância em relação aos mecanismos centrais da integração social: a família (a de origem ou a que já haviam em tempos constituído), a escola, o trabalho. A rua é, pois, o lugar de quem se distanciou doutros lugares sociais.

O diário de campo, cujos dados agora apresentamos analisados, interpretados e integrados com os dados provenientes das outras técnicas utilizadas, estrutura a pesquisa, dando-lhe um fio condutor. Se fosse lido tal qual o etnógrafo o foi redigindo, assemelharia um texto de ficção cujas personagens vão, à medida que as vamos conhecendo e introduzindo ao leitor, entretendo uma trama que mais não faz do que trazer para perto algo que habitualmente está longe: o estilo de vida – chamemos-lhe assim – de indivíduos que têm nas drogas o núcleo (des)organizador das suas vidas. É um estar do etnógrafo com os quase-grupos das drogas. Quer dizer, não propriamente com grupos, mas com “entidades sem uma estrutura reconhecível, mas cujos membros têm em comum certos interesses ou formas de comportamento que poderiam induzi-los em qualquer momento a configurar-se como grupos definidos. (...) Estes podem considerar-se como quase-grupos interactivos, já que se baseiam num conjunto de pessoas em interacção” (Meier, *cit. in* Romani, 1982).

2.2.1. OS PRIMEIROS PASSOS

“Entretanto o Renato (técnico da equipa de rua) diz, virando-se para mim, «Este é aquele colega de que tínhamos falado que vinha uns tempos connosco», frisando bem que eu não pertencia à equipa, que estava a fazer um estudo para a universidade. O F., ainda no chão, com uma prata usada na mão, diz: «é um estágio, não é, jovem? É um estágio...». Eu respondo: «é mais ou menos isso, (entre risos), é uma pesquisa para a universidade do Porto...» dizendo o F.: «é isso, é isso...». Quando o Renato diz o meu nome, eu estendo a mão ao F., que me aperta.” (diário de campo, 1º dia)

O etnógrafo é apresentado aos primeiros utilizadores com quem se cruza. Inicia-se o processo de definição do seu estatuto naquele contexto, funcionando a intermediação do técnico de redução de riscos e a frase “é para a universidade” como apaziguadores da desconfiança que a sua presença causa.

“O R. está a desembulhar com muito cuidado uma prata, e o Renato diz: «queres vir ver aqui o R., que ele não se importa que o vejamos a consumir?», o R. acrescenta: «eu não, não me importo nada...». Eu agradeço e aproximo-me deles. Vão falando, mas eu concentro-me naquilo que o R. está a fazer, acaba de desembulhar a prata e no seu centro está uma mancha, que parece uma mancha de café coagulada. Com muito cuidado ele descola-a da prata e tomba-a para outra prata nova, depois raspa os restos, como que a tentar aproveitar ao máximo todos os bocadinhos que estavam na prata.” (diário de campo, 1º dia)

O etnógrafo obtém as primeiras autorizações para participar, observando directamente a “cena *drug*”, ainda com a intermediação do técnico de redução de danos. São os primeiros passos para que o vínculo que este já tem criado com os utilizadores de drogas seja transmitido ao investigador. A continuidade deste processo acabará por autonomizá-lo do intermediário, passando a ter acesso directo aos lugares e aos

indivíduos, explicando uma e outra vez por que se encontra ali, caso note interrogação ou estranheza em algum deles. Ver então o utilizador no momento da consumação do interdito, ou o desvendar da privacidade que os mundos de rua também encerram:

“Chegamos perto da parede e o R. acende o isqueiro e dá uma passa. Observo que a mancha se liquidificou, se moveu e largou fumo, que foi aspirado pelo cano de prata. O R. pergunta-me, agachando-se de cócoras encostado à parede: «mas nunca tinha visto, é?», eu respondo que não, e ele diz: «quer dizer, sabia o que é mas nunca tinha visto...». Eu volto a dizer que sim, e reparo que o Renato se afasta um pouco, percebo que era para não apanhar com o fumo. Eu também me afasto, mas consegui sentir o cheiro, era adocicado e esquisito.” (diário de campo, 1º dia)

Observar é uma experiência sensorial plena: há também odores, o etnógrafo regista como quem vê pela primeira vez. E nada do que vê é trivial, tudo interessa, precisamos de tudo quanto se ofereça diante de nós – porque, mais à frente, com o acumular dos dados, aquilo que parecia mero pormenor pode revelar grande valor informativo. Resistir às definições prévias, deixar para trás o estereótipo, fazem parte da arte de ver quando se está no terreno. São também as condições que permitem a emergência da novidade.

2.2.2. IR ATÉ ONDE?

Os dias seguintes, as semanas e os meses que decorreriam até ao verão de 2010, seriam os da entrada progressiva neste mundo social do junkie de rua – um chegar perto para ver com pormenor. Chegados aqui, é necessário um alerta: a investigação, toda a investigação, no plano concreto da sua realização, tem importantes limites naquilo que é capaz de conhecer. Esses limites estão inscritos, desde logo, no método escolhido. Quando se opta por técnicas de amostragem extensivas, ganha-se em capacidade de generalização, mas perde-se o pormenor; quando se escolhem técnicas qualitativas que implicam o conhecimento directo dos indivíduos e dos grupos que se quer estudar, ganha-se no pormenor, descobrem-se traços que as técnicas extensivas não filtram, mas perde-se

capacidade de generalização. A natureza intensiva destas pesquisas implica delimitar unidades de estudo acessíveis à experiência directa do investigador – doutro modo a observação não seria naturalista, nem o recrutamento para as entrevistas baseado em critérios de amostragem intencional, isto é, relacionada com aspectos que o terreno já foi mostrando ao pesquisador e este decide aprofundar⁴.

No capítulo 1 tornámos já claros o objecto, os objectivos e a unidade de estudo da investigação. Se estávamos perante a tarefa de caracterizar os consumidores problemáticos de drogas em Guimarães, optámos, de entre um universo possível de “problemáticos”, por aquele que materializa no espaço da urbe o “problema da droga”. Não se pretende uma ampla generalização a partir destes dados, não se pode ter a ingenuidade de pensar que permitem dizer “a droga em Guimarães”. As práticas alvo de censura e de interdito social ocultam-se, revelam-se só em momentos e em sítios onde possam sobreviver – e por isso estão fragmentadas no conjunto urbano, impossíveis de captar num único olhar. Aquilo que aqui desenvolveremos é apenas uma das manifestações da “droga em Guimarães”: aquela que faz mais interface com o cidadão, porque tem na rua o seu contexto privilegiado de expressão; e aquela que, provavelmente, apresenta maior gravidade social e sanitária, porque protagonizada por indivíduos com longa trajectória nos consumos e com quadros de vida que concretizam as ideias, hoje tão insistentemente repetidas no debate público, de “marginalidade” e de “exclusão”.

⁴ Sublinhemos de passagem que, em indivíduos ou grupos que não têm interesse ou vantagem em revelar determinados comportamentos, atitudes ou práticas, a investigação baseada em amostras representativas é inviável, uma vez que não temos, por definição, acesso ao universo populacional em causa. É este precisamente o caso dos consumidores problemáticos de drogas ilegais.

PARTE II

ACTORES E TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS EM GUIMARÃES

CAPÍTULO 3

UMA PRIMEIRA VISÃO DE CONJUNTO

Os actores são quase sempre os mesmos, nos mesmos lugares da baixa e do entrançado do centro histórico. Têm relações marcadas pela instrumentalidade, isto é, a sua acção ordena-se a maioria das vezes por um princípio pragmático – conseguir consumir para afastar a ressaca. A relação com os outros actores em igual condição visa em primeira instância este objectivo. Mas o pragmatismo não esgota o leque de relações, não constitui o único princípio de acção. Veremos como a partilha e a solidariedade também aparecem, convergindo embora quase sempre em torno do mesmo objectivo – que é, em última análise, “matar a ressaca”⁵.

Conversar enquanto se espera pelo dealer a quem um deles telefonou, partilhar às vezes a compra para ser mais bem servido, partilhar material de consumo, um tubo para fumar, a prata. Às vezes partilhar o quarto de aluguer onde se vive para fumar ou picar longe das vistas de quem passa.

A partilha nunca é emprestar dinheiro, raramente é ceder produto – esses são bens demasiado escassos. Para quem é pobre ou foi pauperizando à medida que a espiral da dependência avançou, todos os cêntimos contam, um euro é dinheiro, gastam-se cinco euros numa dose e não se sabe o tempo que se demora a arranjar outros cinco, é preciso que seja rápido, a ressaca espreita ao fundo, com a ressaca não se consegue fazer nada, temos de nos antecipar à sua chegada, se ela chegar primeiro toma conta de nós – eis a grande tarefa, permanente e sempre recomeçada, do dia-a-dia do junkie.

A dimensão profunda da dependência, brutal, invasora do indivíduo, revela-se na ressaca. É toda uma subordinação do sujeito a essa entidade que ameaça

⁵ A ressaca é o termo usado pelos utilizadores de drogas para se referirem à síndrome de abstinência. De tal modo se instalou que os próprios técnicos da área das drogas o adoptaram. Ao longo do texto, usaremos vários termos e expressões da linguagem corrente dos utilizadores de drogas, fiéis ao princípio etnometodológico de captar a linguagem dos grupos em estudo – porque ela faz parte do comportamento e veicula modos de estar e de perceber o mundo.

permanentemente invadi-lo. E por isso dizemos dela que é o princípio de acção que move os que se igualaram na situação de dependentes de longa trajectória, quando os vários tratamentos já falharam, quando a família nunca lá esteve ou já não acredita, quando o trabalho é uma miragem, um mundo de exigências a que já não se está em condições de responder. A síndrome de abstinência, a ressaca, é um princípio de acção porque é para se lhe antecipar que decorre toda a actividade do indivíduo. Mesmo quando a partilha ou a solidariedade unem os sujeitos, é o fantasma da ressaca que procura esconjurar-se. O convívio e o prazer que dá a experiência psicotrópica, podendo também estar presentes, são uma decorrência daquela⁶. Voltaremos a este assunto na secção 6.2. do capítulo 6.

Pelo meio destes indivíduos, sempre os mesmos *city users* que fazem irromper a margem em pleno centro da cidade dominante, vai havendo chegadas circunstanciais doutros indivíduos. Vêm movidos pelo mesmo, pela procura de heroína ou de coca, chegam e perguntam por fulano, ainda não chegou, há-de vir. Trocam-se informações, uns vão, outros vêm, todos se conhecem de vista, mas às vezes nem o nome sabem. Chega então quem esperavam, o encontro é rápido, as interacções discretas, todos sabem que a rua tem olhos, que as paredes têm ouvidos, saem pacotes de castanha ou de branca dum bolso, entram notas de cinco, de dez – e daí a pouco já nada resta do frenesim discreto que aconteceu numa dobra da cidade. Talvez por esta espécie de pressa que parece mover os actores eles dizem de quem “anda na droga” que é “do andamento”. E é algo que se incorpora na postura, uma espécie de *habitus junkie*: é frequente que as deslocações pedestres sejam feitas a passo rápido, como quem vai em ligeiro atraso⁷.

As relações são marcadas pela necessidade, já o dissemos: comprar pó, dar um fumo, *caldar* para “meter prá veia”. E depois desaparecem por onde vieram, os do costume ficam, esses estão por ali o dia todo, permanecem no seu “parque”, o lugar onde arrumam e onde conseguem financiar o dia-a-dia no pó. Em todo o caso, contrapondo à ideia de senso comum de que “a droga leva ao isolamento”, a vida nos territórios psicotrópicos – vemo-lo aqui, vimo-lo noutros contextos antes deste – é profusamente

⁶ Luís Vasconcelos (2003), na sua investigação etnográfica sobre territórios psicotrópicos em Lisboa, diz que a ressaca é um “verdadeiro assalto ontológico”. Subscrevemos inteiramente esta expressão tão sugestiva para indicar o vivido interno do sujeito durante esses momentos. Tratámos também a ressaca como “encruzilhada” noutro trabalho (cf. Tinoco e Fernandes, 2002).

⁷ Tomamos a noção de *habitus* de Pierre Bourdieu. Seriam disposições incorporadas, quase posturais, como que uma tradução na corporalidade de todo um esquema social. O *habitus* seria, portanto, o corpo socializado.

relacional. E esta dimensão, que trataremos com algum detalhe noutro capítulo, é sentida pelos actores, quando têm receio de voltar aos mesmos sítios e às mesmas relações depois de terem conseguido a abstinência. Porque a recaída é muito mais do que reencontrar o produto disponível – recair é “voltar ao mesmo”, e o mesmo é a vida relacional nos quase-grupos interactivos.

A figura do arrumador merece-nos uma atenção particular. Ele é o actor que materializou no contacto diário da rua a figura do “drogado”, que o cidadão comum desenhava sobretudo a partir do relato da comunicação social. O arrumador é a interface com o *city user* comum, tem por isso um grande peso na produção de representações sociais sobre o “drogado”, o “excluído”, o “marginal”. É uma personagem relativamente nova nos espaços urbanos, começamos a cruzar-nos com ela em Lisboa ou no Porto no início dos anos 90, proliferou rapidamente, mas nem por isso mereceu a atenção dos cientistas sociais que estudam a cidade ou o desvio. No final dessa década, as autoridades municipais estimaram em cerca de 700 o seu número nas ruas do Porto; em Lisboa, embora não houvesse números oficiais, calcula-se que seriam mais de 1500.

Vimos agora encontrá-lo em Guimarães e, depois de o observarmos no seu contexto, o “parque” onde arruma automóveis, aplicar-lhe-emos a frase que Fernando Pessoa criou para a coca-cola: primeiro estranha-se, depois entranha-se. É isso: a sua presença inicial é um corpo estranho – no sentido literal. Um corpo que carrega a marca a partir da qual construímos os nossos estereótipos de marginalidade, um corpo atingido pela droga, que lhe inscreve sinais visíveis e reconhecíveis⁸. Mas a sua presença continuada impõe o arrumador à cidade: se primeiro o estranha, depois entranha-o. Eis o que parecem revelar os nossos dados, que mostram a sua naturalização na paisagem urbana, evidenciando-o como um novo tipo de *city user*.

O *city user* é um conceito dos estudos urbanos para designar o indivíduo típico da fase de metropolização das cidades, responsável pelas suas novas centralidades: o turista, o homem de negócios que circula entre centros financeiros, o consumidor de cultura e de

⁸ A inquietude que a sua aparição no quotidiano das cidades portuguesas provocou deu origem, no final dos anos 90, no Porto, a uma primeira intervenção social, no quadro do contrato-cidade para o combate à exclusão social, o programa “Há Porto contigo”; a partir de 2002 iniciar-se-ia o Porto Feliz, também de iniciativa autárquica, cujo objectivo inicial era o de os retirar das ruas e praças, de modo a restaurar a “normalidade” da cidade dominante. No debate público da altura, o arrumador aparecia como um potenciador do sentimento de insegurança: seria em regra um toxicodependente, e este era tido nos relatos diários da comunicação social como o principal responsável pelo “aumento da criminalidade” (normalmente nunca demonstrado com análises científicas).

ciência (circuito dos congressos, das exposições, dos festivais...) (cf. por exemplo Baptista e Pujadas, 2000). O *city user* vem do centro para construir centro. Ora, o arrumador, o sem-abrigo, o migrante clandestino, são também característicos da metropolização, ocupam e usam a cidade – e mostram como o centro também se constrói a partir da margem⁹.

Os arrumadores fazem parte, portanto, dos circuitos relacional e económico da cidade. Relacional, porque estabelecem interface com o cidadão que frequenta as ruas e praças onde se desenrola a vida ordinária; económico, porque são actores do trabalho informal: dedicam-se a arrumar carros, é o seu tipo de empreendedorismo; e aplicam parte desse dinheiro a comprar drogas, contribuindo para um outro tipo de empreendedorismo, o dos *dealers*. Funcionam, portanto, como intermediários entre o dinheiro do cidadão comum que estaciona o seu carro e os actores das economias subterrâneas: o arrumador branqueia o dinheiro ao contrário, leva-o do lado legal para o ilegal. É a metáfora do lado pobre do neo-liberalismo: tem um “trabalho” flexível e incerto (veremos como vê aquilo que faz como um trabalho), faz circular a moeda e o capital que lhe passa pelas mãos não passa pelas mãos do fisco...

Depois de apresentada esta primeira visão de conjunto, passaremos à visão de pormenor. Que nos autoriza o tratamento dos dados a dizer sobre os consumidores problemáticos em Guimarães?

⁹ Os especialistas dos estudos urbanos como Hannerz ou Martinotti sinalizam as principais categorias de actores sociais na cena urbana metropolitana contemporânea. Mas, se exceptuarmos o migrante do terceiro mundo, pouco ou nada se referem a figuras da margem (Baptista e Pujadas, 2000). Os especialistas da cidade interessam-se mais pelo diurno do que pela sombra – estendamos nós o conceito de *city user* àqueles que, embora sem reconhecimento, embora desinscritos das existências valorizadas, também constroem a paisagem com que a cidade se oferece.

CAPÍTULO 4

SOCIOGRAFIA DOS CONSUMIDORES PROBLEMÁTICOS DE DROGAS

Ao longo do trabalho de campo contactámos cerca de 60 indivíduos, todos eles utilizadores de drogas duras. Destes 60, estabelecemos um contacto continuado e progressivamente mais próximo com 10 sujeitos. Aprofundaríamos ainda o seu conhecimento através da realização de entrevistas em profundidade. Dos restantes, cerca de 30 foram integrando os registos das nossas observações sistemáticas, o que proporcionou a recolha de um conjunto de dados relacionados com o seu estilo de vida, hábitos e práticas. Dos outros apenas se pode aferir a idade, e alguns indicadores do consumo de psicoactivos e da situação actual.

Nos 60 indivíduos considerados, a presença feminina é praticamente residual, repetindo aqui o que acontece nos contextos de rua das drogas que têm sido estudados, tanto no nosso país como em muitos outros: trata-se dum mundo social essencialmente masculino. A faixa etária predominante é a dos 25 aos 40 anos, havendo alguns indivíduos com mais de 40 e muito poucos abaixo dos 25. O mais novo, que vimos apenas uma vez, tinha 13 anos e o mais velho cinquenta e poucos¹⁰.

Há vários indivíduos em situação de sem-abrigo. A maior parte destes habita em casas abandonadas (casas velhas, como são designadas por eles), principalmente no Inverno, pois no Verão verificamos que alguns pernoitavam mesmo ao relento. Um número considerável dos sujeitos com os quais tivemos contacto conseguia de alguma forma pagar um quarto ou o aluguer de uma casa, como por exemplo o Rujo ou o Speedy Gonzalez, que com o RSI pagam um quarto e com as moedas que ameilham todos os dias no “parque” sustentam os consumos de castanha e/ou branca. Os restantes vivem com

¹⁰ Com os indivíduos que vemos apenas esporadicamente não estabelecemos, em regra, interacção verbal, pelo que só podemos estimar a idade aproximada. O pormenor dos dados biográficos aparece com a continuação dos encontros, revelando-se muitas vezes no fluxo da conversa espontânea, sem terem de ser inquiridos pelo investigador, o que poderia ser susceptível de gerar reserva e desconfiança, quando não informações falseadas, no receio natural de que estejamos ali com finalidades inconfessadas.

familiares. Identificámos também alguns casais de consumidores, e neste grupo todos tinham abrigo.

De uma forma geral os indivíduos apresentam uma escolaridade reduzida. O nível mais baixo é a 4ª classe e o mais alto um curso superior (apenas num caso, como que a dizer que a excepção confirma a regra). A mais comum, a frequência, muitas vezes sem conclusão, dos 2º e 3º ciclos. Daqueles para os quais dispomos de informação sobre a escolaridade, dois concluíram um grau de ensino na prisão e três concluíram ou frequentaram um grau de ensino através do programa de novas oportunidades.

A relação com o mundo do trabalho é caracterizada por três tipos de situação: profissões de baixa qualificação, desemprego e trabalho informal. É frequente a permanência pouco prolongada numa dada ocupação, com transições de trabalho em trabalho. Por exemplo, passar da construção civil a uma tinturaria, desta a uma tipografia; ou de talhante a operário fabril, da fábrica para a construção civil. Outras ocupações: chapeiro, cozinheiro, electricista. Quanto ao trabalho informal, mais de 20 indivíduos foram identificados como arrumadores de carros. Alguns começam esta actividade cedo, logo pelas 8h da manhã, cumprindo horários como se de um emprego se tratasse. Outros conseguem auto-financiar os consumos participando no mercado de pequeno retalho: vendem “pacotes” (dose individual, normalmente de 1/8 de grama), suprimindo assim necessidades que vimos variar entre 10 e 100 euros diários. Por vezes nem sequer recebem dinheiro, sendo pagos em doses necessárias ao seu consumo diário.

A substância psicoactiva mais consumida é a heroína. Muitos utilizadores usam também a base de coca, e não raro as duas substâncias em simultâneo – o “speedball”. Alguns indivíduos que estão em tratamento de substituição com metadona mantêm os consumos de heroína. O haxixe e/ou a marijuana não assumem grande importância no total dos consumos, embora quase todos os sujeitos se lhes refiram, quando evocam as suas experiências psicoactivas. Não detectámos utilização doutras drogas, embora possam ser lembradas quando percorrem de memória a sua “vida no andamento”.

A caracterização dos actores a partir do nosso trabalho de campo é convergente com a que os técnicos do projecto IN-Ruas têm realizado, e que transcrevemos parcialmente a seguir, a partir do seu Relatório final de execução (2008-2010):

“A população-alvo do projecto é constituída por utilizadores de drogas (UD), na sua maioria do sexo masculino – em 245 utentes apenas 19 são mulheres – e as idades compreendem-se entre os 19 e os 55 anos.

São maioritariamente indivíduos provenientes de contextos de precariedade económica, social e familiar, com baixos níveis de escolaridade e socialmente estigmatizados. Alguns, a vivenciar situações de exclusão social extrema, são sem-abrigo. Com longas histórias de consumos, apresentam alguns problemas graves de saúde para além da dependência.

“Neste momento, o P. pernoita na rua, referiu que não pretende voltar para casa dos familiares. Realiza trabalhos pontuais, não arruma carros, “mas nunca se sabe”, referiu.” (diário de campo, 28/10/08)

“O A. quer sobretudo roupa e comida. Dorme numa fábrica abandonada.” (diário de campo, 28/11/08)

“O F. é seropositivo. Consome uma vez por dia e está em metadona.” (diário de campo, 20/10/08)

“Neste turno dialoguei com o M., um jovem na casa dos 30 anos, consumidor de heroína por via injectada e com uma situação económica precária. Contou que as coisas se complicaram quando soube que era seropositivo (...)” (diário de campo, 11/02/09)

O auto-conceito destes indivíduos é geralmente muito negativo e sentem-se marginalizados pela sociedade dominante:

“Esta é a minha irmã. Somos os dois as ovelhas negras.”, disse.” (diário de campo, 15/10/08)

“Disse que sentia vergonha de estar próximo da filha dele, “por ser um drogado” (diário de campo, 06/01/09)

“Foi possível preencher uma ficha de caracterização com o G.. No início não queria, por recear que a informação lhe complicasse a

vida – “Não é que esconda isto, mas já somos tratados desta maneira, se se sabe mais...”. (diário de campo, 09/02/09)

“Com esta doença vai ser difícil arranjar um emprego, ninguém dá emprego a pessoas com esta doença”, disse muito desolado.” (diário de campo, 11/02/09)

“(...) dizia que ansiava por começar a tirar um curso: “quero ter uma ocupação para deixar de ser drogado, os drogados não fazem nada de útil”. (diário de campo, 22/07/09)

Decorrente de uma dinâmica entre um estilo de vida marginal e uma reacção social negativa que foi sendo interiorizada, verifica-se uma resistência quase generalizada em recorrer aos serviços de saúde existentes. Os serviços sociais são mais procurados:

“(...) sabe que, enquanto estiver nesta vida olham para mim de lado e não têm interesse em ajudar-me (...) olham para nós como uns coitadinhos, como marginais (...) até colegas vossas, muitas das vezes, tratam-nos como se fôssemos de outro planeta, (...) com este aspecto não se aproximam de nós (...).” (diário de campo, 25/09/08)

Ao nível económico, muitos destes indivíduos estão em situação de desemprego (...). As principais actividades para angariação de dinheiro são sobretudo a arrumação de carros e o pequeno tráfico de droga:

“Tem 40 anos, consome haxixe desde os 12 anos. Não aufera qualquer rendimento ou pensão social.” (diário de campo, 30/10/08)

“Tem 42 anos de idade, é consumidor de heroína por via endovenosa. Não aufera qualquer rendimento. Arruma carros como fonte de angariação.” (diário de campo, 30/10/08)

“Vive numa pensão, o dinheiro que tem é angariado a arrumar carros. Já se candidatou ao RSI, aguarda decisão.” (diário de campo, 12/11/08)

Importa salientar, no entanto, o facto de haver alguns UD utentes da equipa que não se encaixam neste quadro tipo por terem um estilo de vida normativo, apesar dos consumos:

“Tivemos um utente novo. É um indivíduo com uma apresentação cuidada e muito comunicativo. Disse-nos que é consumidor (via fumada) há anos e que, apesar de consumir diariamente, conseguiu até ao momento dirigir uma empresa.” (diário de campo, 13/04/09)

“Tivemos um utente novo, o F.. Fuma heroína e mostrou-se muito comunicativo com a equipa e muito contente com o projecto. Tem 20 anos de consumo e uma vida familiar e profissional estável. Está inscrito no CRI e faz metadona. Apenas uma pequena parte do seu salário é para os consumos e tem uma noção muito clara das suas responsabilidades como pai. Falámos de formas de consumo, substâncias e vias de administração. Perguntei-lhe se já tinha consumido por via injectada, disse que sim, e perguntei-lhe se tinha feito rastreios de saúde. Explicou-me que está bem de saúde e que tem sido seguido pelo CRI de Guimarães.” (diário de campo, 08/05/09)

“O M. consome heroína via fumada. Disse-nos que está em tratamento há 5 anos, neste momento está a tomar 2mg de suboxone. Esteve preso durante 4 anos por tráfico – um ano no estabelecimento prisional de ... e depois no estabelecimento prisional de Depois de sair da prisão arranhou emprego na área do ... (indústria local), onde ainda trabalha. Referiu que sempre cumpriu os seus horários e que raramente falta.” (diário de campo, 24/06/09)

Relativamente aos comportamentos de risco, a intervenção de terreno tem confirmado as práticas normalmente apontadas a estes indivíduos: numa análise generalizada, e salvaguardando as excepções, trata-se de uma franja da população com um baixo nível de auto-cuidado, desde os cuidados de higiene à apresentação física, até aos cuidados básicos de saúde, nomeadamente a alimentação. Este défice no auto-cuidado tem implicações óbvias na prevenção (ou ausência dela) de doenças infecciosas e outras.

Os comportamentos de risco são muito frequentes, quer nas práticas de consumo, quer nas práticas sexuais, ainda que se verifique uma crescente preocupação em adoptar comportamentos mais seguros.”

Assinalemos ainda que a sociografia dos consumidores problemáticos em Guimarães que a nossa investigação permitiu traçar é concordante com uma tendência que o relatório do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência identifica como característica da associação entre formas problemáticas de consumo e exclusão social: “Apesar de não existir uma relação causal directa entre as formas mais problemáticas de consumo de droga e a exclusão social, elas estão frequentemente associadas. Os dados mostram que 9% dos utentes que, em 2008, iniciaram o tratamento da toxicodependência em regime ambulatorio e cerca de 13% dos que o iniciaram em regime de internamento eram sem-abrigo. Cerca de 40% dos utentes que iniciaram tratamento em ambos os contextos não tinham concluído o ensino secundário, enquanto 47% dos que iniciaram o tratamento em regime ambulatorio e 71% dos que o iniciaram em regime de internamento, disseram estar desempregados ou economicamente inactivos. É provável que estes valores não melhorem na situação económica actual, em que o crescimento das taxas de desemprego faz aumentar a concorrência no mercado de trabalho.” (OEDT, 2010).

Algumas das dimensões desta caracterização serão aprofundadas nos capítulos a seguir, como por exemplo a precariedade do quadro de vida, as práticas de risco ou o ser arrumador. E as circunstâncias concretas das suas vidas aparecerão à medida que formos desenvolvendo o texto em torno dos temas nucleares: as drogas, os problemas associados ao consumo, as tentativas para o abandonar, as actividades de subsistência necessárias ao dia-a-dia da “vida no andamento”.

CAPÍTULO 5

TRAJECTÓRIAS

A grande maioria dos indivíduos com os quais viemos a aprofundar os dados é utilizadora de drogas há mais de 10 anos. Destes, a maior parte tem uma duração média dos consumos de cerca de 20 anos. Foram poucos aqueles com trajectórias iniciadas há pouco tempo. A substância comum a todos é a heroína, tendo a cocaína e a base de coca também grande presença. E praticamente todos consumiram ou consomem ainda cannabis, não sendo no entanto confirmada a ideia de senso comum de que esta é necessariamente a primeira das drogas, começo inevitável da escalada para produtos mais “duros”. Com efeito, alguns dos indivíduos que conhecemos iniciaram-se directamente na heroína e em idades muito precoces (13 anos)¹¹.

5.1. O INÍCIO

As trajectórias têm pontos em comum que se evidenciaram ao longo da incursão no terreno e que a realização de entrevistas permitiu aprofundar. Como é que se começam a consumir drogas duras? Talvez exactamente como se começam a consumir todas as outras, com excepção dos fármacos. Todos os actores nos disseram que o primeiro consumo foi sempre num palco que não era o deles, ou seja, houve alguém que os iniciou. Na expressão sugestiva dum deles, foi alguém que foi seu padrinho – padrinho de baptismo no consumo, num fumo, num snife ou num chuto. Aqui, o papel desencadeador de consumidores mais experimentados revela-se determinante:

¹¹ A maioria teve como substância de início o haxixe. Mas este dado, só por si, não autoriza a falar em escalada. Múltiplos estudos em muitos países, incluindo Portugal, mostram que uma percentagem apreciável de adolescentes e jovens já experimentou, já consumiu ou continua a consumir cannabis. Aparecem, para o sexo masculino e em amostras em escolas secundárias, percentagens tão variadas como os 15 e os 60 %. Outro indicador, o do consumo de Cannabis e de Heroína ao longo da vida na população geral entre os 15 e os 64 anos, mostra para 2007 em Portugal respectivamente 11.7% e 1.1% (I.D.T., Relatório Anual de 2008).

“Contou-me que começou a consumir com 16 anos e agora tinha cerca de 40 e poucos. Disse que jogava futebol no ... (clube da 2ª divisão) e que na altura já ganhava 50 contos, e que depois começou a andar com pessoal que fumava e também começou a fumar” (diário de campo)

Os dados da nossa pesquisa não trouxeram nada de novo a este respeito: o grupo de pares funciona como plataforma de iniciação, como agente socializador e de mudança de comportamentos, hábitos e atitudes, mesmo quando o indivíduo tem alguma resistência ao que é praticado no grupo, como por exemplo no caso do J.:

“Na altura fumava-se uns charritos com o pessoal, e um dia apareceram lá com aquilo... eu ainda rejeitei algumas vezes, até que um dia experimentei.” (J. 39 anos, diário de campo)

Os utilizadores que têm um percurso nas drogas duras de cerca de 20 anos ou mais disseram que na altura fumavam haxixe e que duma forma bastante súbita houve escassez. A falta da cannabis foi preenchida com heroína:

“O M. disse que depois cortaram com o haxixe e meteram aquela porcaria, maldita a hora em que meteram aquilo” (M. 42 anos, diário de campo)

O A. começou por fumar haxixe em 1980, nessa altura tinha um grupo de amigos que fazia parte de uma equipa de futebol. Em 1984 metade da equipa enveredou pela heroína e a outra metade manteve-se no consumo de haxixe, e hoje segundo ele estão bem. O Lars é outro exemplo desta situação, começou a fumar haxixe aos 16 anos e aos 18 foi também “vítima” dessa falha de haxixe e sentiu curiosidade em experimentar heroína. A primeira vez foi logo através de injeção e – *“fiquei um bocado... apaixonado, quer dizer, interferiu bastante comigo”* (Lars, 39 anos)¹².

¹² Notemos, de passagem, que esta falha no abastecimento do haxixe como potenciadora do surgimento do mercado da heroína foi-nos já reportada para o Porto exactamente na mesma época, o início dos anos 80,

A entrada em certos ambientes laborais numa idade precoce pode ser um factor de exposição ao consumo, em que os mais velhos funcionam como figuras de modelagem:

“O Pibe diz que começou a fumar heroína com uns colegas de trabalho mais velhos, da pedreira onde trabalhava em 1992. Segundo ele, passado uma semana de começar a trabalhar começou a fumar tabaco, talvez para se integrar em hábitos característicos de pessoas mais velhas.” (diário de campo)

A influência que um grupo de pares exerce pode ter duas faces, uma é a necessidade de pertença, e a outra a persuasão deliberada de quem já é iniciado e provavelmente terá alguma vantagem em iniciar o outro, como por exemplo o financiamento do produto, ou o transporte. Este excerto ilustra esta situação, o momento fugaz em que um rapaz de 12 anos (o Pibe) avança para um mundo desconhecido:

“(...) tinham sido três colegas do trabalho que o tinham enganado. Disse que a mãe não o costumava deixar sair à noite, pois ele tinha apenas 12 anos. Disse que uma vez às 10 horas da noite foi para o café para ver o futebol e que estavam lá os tais colegas e que o convidaram para ir à festa da madreus. Ele nem queria ir, pois queria ver o futebol, mas acabou por ir. Disse que os colegas sabiam que ele tinha dinheiro, queriam que ele pagasse o táxi”. (Pibe, 29 anos, diário de campo)

Detalhemos agora o episódio em que o investigador acompanhou três jovens na procura, na compra e no consumo de heroína. Embora não fosse o “baptismo”, encontravam-se numa fase inicial, tornando o episódio ilustrativo da dinâmica da iniciação. O mais velho, que já consumia há cerca de 2 anos, era quem coordenava as actividades, era ele que segurava na base da prata enquanto os jovens com o tubo na boca “davam na prata”. Foi ele que abordou um consumidor veterano, o M. e lhe perguntou quem andava a “meter” produto. Podemos dizer que ele era o passaporte dos jovens na

mas não dispomos de elementos para poder afirmar se se tratou dum acaso ou duma estratégia intencional para introduzir o opiáceo nos mercados de rua.

rua, agia como modelo socializador da cultura *junkie*, mostrando os lugares, com quem falar, como falar, como fazer os negócios, onde comprar, onde consumir e como consumir.

Se os primeiros consumos terão sido em ambientes mais recolhidos, perto de casa nuns prédios em obras, em que o Gingas arranja o produto e os presenteia, eis que passam desse meio mais restrito para a rua e consomem em convívio com veteranos.

“O Gingas, o Tátá e o Brocas: o mais velho tinha cerca de 20 anos, o mais novo devia ter uns 13 ou 14 e o outro 16 ou 17. O mais velho deu um passo em direcção do M. e estendeu-lhe a mão dizendo: «Não te lembras de mim?». O M. demorou um ou dois segundos a reflectir e depois disse que se lembrava. O Rapaz perguntou-lhe se ele sabia onde se podia arranjar alguma coisa. O M. perguntou se ele queria pó e ele disse que sim, e que não se arranjava em lado nenhum. O M. disse que talvez os desenrascasse e pegou no telemóvel para fazer uma chamada. Chegada então a heroína partilham-na com o veterano M. Este vai para um canto fumar agachado, enquanto o Gingas assumirá a liderança das operações do “dar na prata” junto do Tátá e do Brocas: Depois de dar umas passas, o Gingas deu o tubo de aspiração ao Tátá, e segurou na prata de base. O Tátá só aspirava o fumo, o Gingas é que dava calor e orientava a prata. O Tátá tinha os braços estendidos ao longo do corpo e apenas inclinava a cabeça, ora para a frente, ora para os lados, conforme a inclinação que o Gingas dava à prata.” (diário de campo)

Acabado o produto, não demoraram a ir-se embora. Regressaram com certeza ao seu meio social de origem, pareciam jovens dum estrato médio-alto. Mas, na rua, a heroína é igual para todos, o M., que aos olhos de quem passa é um “drogado” ou um arrumador, pode assumir a preponderância que o seu capital de experiência lhe confere.

5.2. A CONSCIÊNCIA DA DEPENDÊNCIA

Os consumidores problemáticos são aqueles que transformaram a incursão que acabámos de ver a um território psicotrópico em algo de cada vez mais frequente, até converterem consumos esporádicos em mais ou menos regulares e estes em diários. Nalgum ponto desta evolução dar-se-á um acontecimento importante para a continuidade da trajectória: a tomada de consciência de que se está dependente. A vivência da dependência, a experiência da ressaca como princípio de acção a pautar ritmos e comportamentos de cada dia, serão explorados em capítulos mais adiante. Por agora, detenhamo-nos nesse momento fulcral que é o do reconhecimento de que se “está agarrado”.

A evolução dos consumos esporádicos e recreativos para à necessidade do consumo diário é um processo que pode ser relativamente longo e tão subtil que, quando se sente, já existe uma dependência instalada. Os sujeitos em relação aos quais pudemos detalhar esta passagem dizem só ter sentido a ressaca passados 2 a 3 anos. A primeira vez que se deparam com ela é uma surpresa:

“Fumava esporadicamente e só ao fim de dois anos é que começou a comprar todos os dias, mas não sabia o que era uma ressaca porque tinha possibilidades e comprava sempre. Não sabia que o “pó” dava ressaca física, pensava que era como o tabaco, se tinha, tinha, se não tinha, não tinha. Certa altura torceu um pé e teve de ficar em casa. Aí é que sentiu a ressaca, mas não sabia o que era. Depois um amigo foi lá casa e também era consumidor. Fumaram e ficou logo bom. Depois disso é que lhe disseram que era ressaca.”
(diário de campo)

“Ainda não sabia muito bem o que era uma ressaca [na altura em que trabalhava]. Ia tendo para o meu dia-a-dia, trabalhava (...) Só depois quando as coisas estavam mais graves é que me apercebi que havia dependência.” (Lars, 39 anos)

Muitos consumidores que iniciaram a trajectória na década de 80 não tinham conhecimento dos efeitos secundários que as substâncias psicoactivas produziam. Quando sentiam os sintomas pela primeira vez associavam-nos, por vezes, a doença física:

“Disse que se levantava de manhã cansado e que lhe doía o corpo. E que depois foi à médica e que ela lhe disse que era a heroína que causava aquilo, e que ele ia chegar ao ponto em que precisava de consumir para tirar as dores.” (diário de campo)

Fica por responder a questão acerca do grau de conhecimento sobre as consequências dos consumos nos adolescentes e jovens que se iniciam actualmente. Os actores com quem contactámos ao longo desta investigação eram, na quase totalidade, indivíduos de longa trajectória, tendo portanto iniciado os consumos numa altura em que a visibilidade das suas consequências a prazo era menos evidente.

5.3. AS FLUTUAÇÕES

A carreira de consumidor regular – para tomarmos um termo que a sociologia da desviância consagrou nos anos 60 – não é contínua, na maior parte dos indivíduos. Está sujeita a flutuações que se prendem com aspectos tão concretos como a falta de dinheiro para comprar produto e com outros tão subjectivos como o chegar à conclusão de que tem de parar com “o andamento”, nem que seja para recomeçar daí a uns tempos. E o tempo que demoram a chegar conclusões destas é muito variável, porque também é variável o achar-se que já se “anda nisto” há muito tempo. Afinal, quanto tempo é muito tempo?

“Eu perguntei se consumiam há muito tempo e o Gingas foi o único que respondeu, dizendo que sim, que já consumia há quase dois anos. O M. exclamou: «E isso é há muito tempo? Foda-se, isso não é nada!».” (diário de campo)

Ao longo do tempo os consumos vão se modificando consoante cada indivíduo, ora porque experiencia um hiato no consumo, ora porque transita e/ou mistura várias substâncias, como o caso da cocaína e heroína, ora porque mudam a via de consumo, de fumado para injectado ou vice-versa, ora porque se tornam *dealers*, o que em alguns casos fez disparar os consumos para patamares elevados.

Temos relatos de indivíduos que estiveram abstinentes uma ou mais vezes ao longo do tempo como resultado de tratamentos, e que depois retomaram os consumos. Desenvolveremos a questão dos tratamentos e das recaídas em secção própria, no capítulo seguinte.

Se a heroína fideliza o sujeito ao “mundo da droga”, se é uma substância que, depois de instalada a dependência, impõe regularidade, já a cocaína parece desregular os ritmos e ser pouco compatível com rotinas. Alguns actores referiram que os consumos se tornaram mais descontrolados quando começaram a utilizar cocaína, referindo que esse período foi o mais crítico, chegando a enveredar pela via do delito para suportar os consumos:

“Diz que andou meio ano agarrado à “branca” e que foi a pior altura da vida dele enquanto toxicodependente, foi quando roubou mais e fez mais «loucuras».” (diário de campo)

Vejamos o exemplo de R., 35 anos: começou por fumar na prata, mas passou a injectar:

“Picou oito anos seguidos, até que secou as veias e depois começou a fumar. Mas mal podia dava um pico. Quando ficou sem veias, perdia muita droga, não acertava nelas e depois fazia hematomas enormes e tinha de ir para o hospital. Na prata tinha de consumir 3 ou 4 vezes mais e aliviava, mas não ficava totalmente bem. Já foi dealer e nessa altura consumia muito: meio grama de heroína 5 vezes por dia e cocaína «o dia todo, dormia apenas dois dias por semana. Metia tanto que nem sei como é que ainda estou aqui!».” (R. 35 anos, diário de campo)

Em suma, primeiro aprende-se a reconhecer a síndrome de privação, e esta “descoberta” provoca a tomada de consciência da dependência. Se esta persistir, resistindo às tentativas de diminuir ou abandonar os consumos, sobrevivendo a desintoxicações e terapias, como foi o caso na quase totalidade dos nossos sujeitos, o indivíduo torna-se um “agarrado” – uma espécie de estado identitário do utilizador de drogas que entrou em falência dos auto-controles.

Mais uma vez recorremos à linguagem dos actores. A expressão “estar agarrado” vai bem ao núcleo central daquilo que significa a dependência. Está-se agarrado quando não se pode sair donde se está, quando se percebe que se ficou preso. A metáfora é poderosa, porque evoca imediatamente imagens (a nós lembra-nos alguém “colado” à corrente eléctrica). Curiosamente, a expressão castelhana é “estar enganchado”, mostrando a transversalidade deste estado identitário. A “vida do andamento” é rígida e rotineira quando se é um “agarrado”, porque os graus de liberdade da acção estão muito diminuídos, como veremos nos dois capítulos seguintes, em que exploramos com pormenor a experiência do *junkie* e do arrumador de automóveis. As etapas seguintes da trajectória, que começamos a contar neste capítulo, terão continuidade na narrativa que desenrolaremos daqui em diante.

CAPÍTULO 6

SER AGARRADO

A partir dos anos 80 do século passado assistiu-se em Portugal a uma progressiva atenção à figura do toxicodependente, atingindo no final dessa década e durante boa parte da seguinte um grande protagonismo na comunicação social. Este protagonismo vinha associado quer ao tema do aumento da criminalidade, quer ao das zonas urbanas problemáticas. Também a este respeito entrava Portugal, digamos, para a comunidade europeia, pois a mesma situação se havia começado a viver alguns anos antes em boa parte dos países europeus e, mais geralmente, em todo o mundo ocidental.

A modalidade predominante desta mediatização escolheria para a sua narrativa os sujeitos de maior potencial fílmico: num cenário de zona urbana e/ou periurbana degradada, um indivíduo ou um pequeno grupo, quase sempre do sexo masculino, nem sempre já muito jovens, sentados algures no Casal Ventoso com o garrote no braço e a seringa pronta para o “chuto”, falando para a reportagem com uma voz arrastada sobre o “inferno” que era aquela vida. Este toxicómano de fim de linha era a revelação duma outra cidade ali mesmo a nossos pés mas que insistíamos em não ver, e o quadro assim criado possuía uma grande intensidade dramática, que colocaria o “mundo da droga” nos primeiros lugares dos inquéritos sobre os maiores problemas com que a sociedade portuguesa tinha de se confrontar.

No fim dos anos 90, era ainda esta a matriz que determinava o pensamento de senso comum acerca do “drogado”. Jorge Quintas (1998) evidencia, para a população do Porto, as formas elementares às quais é reduzida a figura do drogado: “precisa de ajuda”, “tem problemas”, “viciado”, “ladrão”, constituem o núcleo duro da sua representação social.

Esta representação era profundamente redutora, tomando a parte pelo todo, induzindo a ideia de que o “problema da droga” era aquela realidade. Não discernia diferenças, igualando todos numa espécie de consequência universal da tirania da

dependência química. Para agravar este quadro, os anos 90 seriam também os do crescimento epidémico do VIH-Sida, de que também o utilizador de drogas por via intravenosa se tornou um dos principais atingidos e difusores.

O toxicodependente, mesmo aquele que escalou para situações de ruptura social, que passou a habitar a margem e que cristalizou num dia-a-dia de sofrimento, mesmo esse, seria assim redutível a esse estereótipo? Dedicámos boa parte do nosso trabalho de investigação desde o início dos anos 90 a tentar responder a esta questão. E o que apresentamos a seguir é, para nós, uma nova peça, possibilitada por uma abordagem metodológica alternativa à que vê de longe e filtra apenas o excepcional e o dramático.

6.1. UMA VISÃO FENOMENOLÓGICA

Ser *junkie* é, antes de mais, um modo de existir. “Mesmo pobre, o homem permanece homem”, intitulava Padre Américo uma das suas crónicas. Pois bem, mesmo toxicodependente de rua, o homem permanece homem. Primeira tarefa do investigador: encará-lo como tal, procedendo à escuta fenomenológica da sua realidade concreta, nos palcos concretos em que vive e com as significações que atribui ao seu agir. Parece fácil, mas não é: as imagens que constantemente se propagam sobre o tema bloqueiam o olhar, e quando vemos alguém que corresponde a essas imagens não vemos a pessoa. O exercício de redescobrir as pessoas para lá das categorias sociais e dos estereótipos é a vocação da etnografia – o método é simples, a tarefa árdua.

Comecemos exactamente pelas imagens feitas. O estereótipo que se vai fixando sem cessar desde que o “drogado” irrompeu na cena pública, primeiro como figura da reportagem mediática e depois como figura da margem no centro das urbes, di-lo próximo do indivíduo em situação de grande precariedade, na vizinhança da mendicância e da errância. E, de facto, estes elementos são verificáveis em muitos dos actores que têm na rua o seu contexto de vida principal. Di-lo também uma figura da ameaça, alguém situado entre a exclusão e a criminalidade. A sua droga de eleição, a heroína, tem hoje uma imagem associada a estes atributos, e o consumidor juvenil de outras substâncias psicoactivas rejeita a heroína. Mas não podemos, de modo nenhum generalizar este

cenário. Não é difícil encontrar indivíduos que vêm à procura de quem venda uns pacotes de heroína cujo visual se situa, digamos, na zona da convencionalidade, tanto na indumentária como no asseio e, mesmo, no cuidado que se aparenta. De modo que, usando o aforismo popular, pela aragem não se vê quem vai na carruagem.

Constatámos também que, embora sem ser uma situação corrente, por vezes vinham adolescentes às zonas de compra e de consumo onde se concentravam mais utilizadores. Sem ter hoje a capacidade de “recrutamento” que teve em tempos, a heroína continua a atrair adolescentes e jovens. Mas a rua é predominantemente dos que têm já longa trajectória, “veteranos” na casa dos vinte anos de heroína. E quando vemos quem recorre aos serviços da equipa de rua são na sua grande maioria indivíduos que, dum modo ou doutro, apresentam elementos, tanto do visual como da sua história pessoal, susceptíveis de reforçar o estereótipo que sintetizámos acima.

Mesmo assim, frases do tipo “vi que era drogado pelo aspecto” têm uma grande probabilidade de falhar. Para um iniciado nos cenários das drogas de rua é mais fiável a identificação dum actor a partir do seu comportamento, sobretudo se estiver numa atitude de procura de quem tem produto. Há um *habitus drug* que se revela nos gestos, no andar apressado, na espera inquieta, nos encontros em que se trocam breves palavras e logo se segue adiante. Algo que é detectável pelos outros actores, mas dificilmente perceptível para o transeunte – a cena drug desenrola-se nos interstícios de espaço: está diante de nós, mas só alguns a vêem.

Outro elemento frequente das ideias de senso comum relativamente a quem está na rua – algo extensível ao mendigo ou ao sem-abrigo – é o de que essa pessoa está isolada. Como se a rua não pudesse senão ser o ponto de chegada de quem já não tem nada nem ninguém. Ora, os dados mostram-nos que ela tem também uma dimensão relacional:

“Enquanto caminhávamos, o Gingas, o Tátá, o Brocas e o Manel iam falando de dealers, se conheciam este ou aquele, e que o produto estava escasso. Até que o Manel diz que se lembra de um tal fulano que eles reconhecem, depois pergunta-lhes quanto é que eles queriam e o Gingas disse que queriam 15 euros. O Manel diz que esse tal fulano só vende pacotes de 10 euros e o Gingas diz que se ele

puder que compra com eles. Assim eles dão 15 euros e o Manel 5 euros. Mas o Manel diz que depois tinham de dividir a cena e o Gingas diz: «Então, e dividimos isso na boa, ou vamos todos a um sítio e fumamos todos...». O Manel diz que podia ser, só que ele só tinha 4 euros. O Gingas diz que não havia problema e perguntou ao Tátá se ele não tinha 1 euro. O Tátá diz: «Eu cubro o euro do homem, não há problema, eu cubro o euro do homem...».” (diário de campo)

Dar dinheiro a outro não é comum, aqui aconteceu porque o Gingas tinha ainda a generosidade dum neófito, provavelmente pretendia com isso fazer-se aceitar, investindo assim nas vezes futuras em que tem de vir à rua comprar. Mas a “vaquinha”, reunião de dinheiro entre vários interessados para poder comprar maior quantidade pelo mesmo preço e partilhar depois o produto, é uma estratégia à uma económica e convivial – porque na heroína nem tudo é redutível ao “cada um por si”. Estamos de acordo com Luís Vasconcelos (2003) quando, a propósito dos territórios psicotrópicos da heroína em Lisboa, considera necessário inverter a ideia comum do isolamento do heroinómano, mostrando o carácter decisivo da sua dimensão relacional para a trajectória de toxicodependência.

Esta mesma dimensão é abundantemente evidenciada através duma pesquisa de terreno conduzida por Adelino Antunes em sete lugares de rua onde se concentravam grupos juvenis. “Na noite de alguns lugares da cidade de Lisboa, cruzam-se pessoas à procura dos seus pares, com quem trocam solidariedades, cumplicidades, seringas, cachimbos ou simples metades de limões amarelecidos, à mistura com retalhos de vida confidenciais ao ouvido na partilha de um charro. (...) Por que se procuram mutuamente na espera do consumo ou no ”trabalho” que fazem para encontrar as moedas com que compram o prazer de alguns e o não sofrimento de outros?” (Antunes, 2010). É posta em relevo a importância do grupo que se foi constituindo na rua como substitutivo de laços sucessivamente degradados e interrompidos na família. A dimensão relacional aparece neste caso como verdadeiro restaurador do suporte social, permitindo ao indivíduo em perda afectiva ir suprimindo a sua necessidade de pertença. O autor mostra como emergem na rua solidariedades fortes e, não raro, relações amorosas.

O tempo subjectivo do toxicodependente tem grandes oscilações: ora é feito de esperas (pelo carro para a vaga livre, pelo regresso do dono que só dá à vinda, pelo *dealer*), ora de acalmias nos períodos após o pico ou o fumo de pó, ora, pelo contrário, é feito de pressas: a urgência de conseguir os últimos cêntimos que faltam para um pacote, a pressa de trocar dinheiro antes que o *dealer*, que ainda há pouco chegou, se vá embora. De tal modo estes funcionamentos a que se vê obrigado se vão interiorizando que, ao observador experiente, são muitas vezes identificáveis na rua pelo passo célere com que se deslocam, pelos contactos breves que vão estabelecendo com outros actores – como quem está atarefado, como quem tem algo de inadiável. Desengane-se quem pense que a vida de rua, num estar por ali mais ou menos nos mesmos sítios, é um marasmo.

Outro elemento do estereótipo que é necessário relativizar diz respeito à “lei da selva” que o senso comum pensa ser a que governa a vida marginal de rua. Quando vista de perto, dá lugar afinal a um mundo social que se pauta por regras e que produz juízos negativos sobre quem não lhes obedece:

“Passámos por um sujeito que estava ao telefone numa cabine telefónica e o Rujo disse-me ao ouvido que esse era o tal Nabiça. (numa observação anterior registámos já o episódio em que o Nabiça rouba 90 euros ao Rujo). Só o pude ver de costas. Tinha o cabelo cumprido e estava vestido meio à hippie, com roupa velha. Seguimos caminho e o Rujo disse que ele andava ali a tramar o povo todo, disse que ele também era consumidor, mas que não fazia pela vida para arranjar dinheiro. Disse: «Eu ainda hoje acordei cedo cheio de frio e fui para o parque que me fodi, a chover e tudo...e ele anda ali a tramar o pessoal todo! (...) qualquer dia apanha um maluco que lhe espeta uma navalha no bucho e depois? Depois desgrça a vida dele».” (diário de campo)

Ser heroinómano e arrumador não implica deixar de observar regras convencionais, como a de fazer sair do esforço próprio o financiamento do consumo ou como a de não roubar. A marginalidade não é o estado oposto ao da normatividade: os mundos desviantes, vistos de perto, mostram regularidades e normatividades. Vê-las-

emos em pormenor no capítulo seguinte, quando detalharmos a actividade de arrumador de automóveis¹³.

Em suma, a fenomenologia do junkie tem como centro da experiência uma intensa ligação ao produto a que se está adicto. Esta ligação vai muito para lá do biológico (a síndrome de abstinência que é preciso vencer diariamente), vai para lá do sensorial (o “efeito da droga”), tem uma dimensão relacional e molda a visão com que o indivíduo olha a realidade à sua volta. Algo que está bem traduzido no comentário do Tátá, um jovem de cerca de 16 ou 17 anos, a poucos dias do Natal: *“O pai natal devia era andar aí a distribuir pacotes ao povo!”*.

A intensidade da relação, em particular com substâncias opiáceas (heroína, metadona, químicos opióides ou outros sentidos como próximos), envolve o indivíduo na continuidade dos consumos – algo bem demonstrado pela longa trajectória, como já vimos, mesmo que interrompida por períodos de abstinência e de afastamento dos contextos. É esta continuidade que arrasta consigo uma outra circunstância típica do ser agarrado:

“Quando o João chegou cumprimentou o Rujo e disse, quando este lhe perguntou se estava tudo bem: «Está tudo uma merda, estou farto disto, Rujo, tou farto desta merda». O Rujo disse que também estava.” (diário de campo)

“Estou farto, esta vida é uma merda!” – uma frase recorrente nos actores de longa trajectória, cuja degradação do quadro de vida (familiar, laboral, das redes informais de suporte) acabou por “encerrar” na rua, como o espaço possível quando o resto da vida pessoal parece estar em derrocada. Analisaremos em secções posteriores deste capítulo o quadro de vida que conduz, mais tarde ou mais cedo, ao cansaço e à vontade de inflectir a trajectória: “mudar de vida”, frase que mostra bem o carácter absorvente da experiência da dependência, que seria capaz de instaurar uma vida própria – a “vida do andamento”.

¹³ O que acabamos de dizer sobre a normatividade dos “mundos desviantes” é uma velha constatação dos etnógrafos da desviância. A Escola de Chicago, fundadora deste género de abordagem, documentou-o extensamente nos anos 20 e 30 do século passado, logo desde a monografia de Nels Anderson em 1923 sobre o *Hobo*, figura entre o mendigo, o nómada errante e o “biscateiro” e, por vezes, delinquente, típico das cidades norte-americanas da época.

6.2. A CENTRALIDADE DA DEPENDÊNCIA

A dependência física e psicológica duma substância psicoactiva tem uma dimensão profunda que é dificilmente compreensível por quem não tem essa experiência. Podemos explicá-la racionalmente, podemos aceder intelectualmente ao que pensamos ser o seu conteúdo. Mas entrar no seu vivido é um exercício bem mais difícil, porque implica ter acesso ao sofrimento do sujeito, que é uma dimensão marcada pela subjectividade e, até certo ponto, incomunicável por palavras:

“O Rujo disse várias vezes: «Quem não passa por isto não sabe como é, só uma pessoa que ressaca é que te pode dizer o que é isto!».” (diário de campo)

Esta dificuldade pode ser parcialmente contornada utilizando a comparação com outra experiência que seja mais comum, e portanto mais partilhável. A privação do químico assemelha-se à fome, é a própria fome nesse momento:

“Conversámos um pouco e a certa altura o Rujo disse que tinha 10 euros para comer mas que tinha de consumir, porque se não consumisse vomitava tudo com a ressaca. Perguntei quantas doses é que ele precisava por dia e disse que consumia 20 euros, portanto 4 doses. Disse que consumia 2 de manhã e 2 à noite. Com 10 euros não ficava bem, não conseguia dormir. Perguntei se ele não tomava metadona e ele disse que tinha de voltar a isso, que já estava enjoado da droga, daquela situação.” (diário de campo)

O dilema entre comer e consumir – ou de como a heroína se torna o próprio pão... A dependência inverte as prioridades fisiológicas: a ressaca toma o primeiro lugar, a fome só vem a seguir. O intenso desejo do consumo do opiáceo faz esquecer o desejo do alimento – e assim se vão passando as horas das refeições sem nada comer, contribuindo para debilitar a saúde de quem “anda na vida”.

A síndrome de abstinência, marcada por um conjunto de sintomas que surgem durante a privação do organismo em relação à substância de que se está dependente, é talvez o melhor modo de nos aproximarmos da experiência do estar adicto. Já afluímos o tema logo ao início, detalhamo-lo agora: a ressaca, como é designada na gíria, torna-se um verdadeiro princípio de acção. De tal modo é invasiva do sujeito que lhe determina aquilo que faz, tanto enquanto a sente como quando a pressente. É o próprio do adicto é pressenti-la durante a maior parte do tempo, porque sabe que daí a horas precisará de voltar a consumir e tem de mobilizar os meios para o poder fazer:

“Disse que trabalhava sempre sem problemas nenhuns e que quando estava “fumado”, que trabalhava ainda melhor. Disse que quando está “fumado”, se for preciso até vai abrir as portas dos carros às pessoas. Disse que se estivesse a ressacar que não conseguia arrumar carros, nem comer, que não consegue fazer nada.”

(Barbas, cerca de 40 anos, consumidor desde os 16)

Ressaca e prazer são as duas dimensões opostas da experiência psicotrópica, importantes ambas para compreender o vivido profundo de tal experiência. Se bem que antagónicas, tocam-se num aspecto: na sua incomunicabilidade a terceiros. Sobretudo na forma de flash, êxtase imediatamente sentido após a injeção na veia, são experiências que de tal modo são arrebatadoras, de tal modo invasivas de todo o ser naquele momento, que são irredutíveis ao discurso. Quando muito usa-se a comparação, o orgasmo para tentar descrever o flash; mas já a gripe forte para descrever a ressaca é pouco aproximada das vivências físicas e psicológicas da síndrome de abstinência. A vida do junkie é, em grande parte, determinada pela fuga a este verdadeiro terror.

Seria necessário relativizar este carácter tão determinante que a ressaca assume no adicto. Ele resulta do efeito cruzado do modelo médico e do complexo cultural que se foi produzindo no *junkie*: “(...) a ressaca está altamente magnificada tanto na teoria farmacológica como nos que estabelecem uma relação permanente com a heroína.” (Pallarés, 1995). A abstinência tem causado mais alarme nos toxicódependentes actuais do que nos das décadas de 70 e 80, à medida que se foi instalando na cultura tanto dos técnicos como nos utilizadores a crença de que é um sintoma insuportável – aquilo a que Pallarés chama o modelo dramático da ressaca. Não exploraremos aqui este aspecto, mas

sempre diremos que também verificámos com alguns dos nossos sujeitos o lado mítico da ressaca, pois só perceberam que estavam perante os seus sintomas característicos quando um consumidor mais experiente lhos identificou.

O mito da insuportabilidade pode trazer vantagens, como por exemplo a justificação de actos condenáveis socialmente, segundo a fórmula “não fui eu, foi a ressaca”...

Vejamos o modelo dramático da ressaca a exprimir-se através da subjectividade (condicionada culturalmente) dum dos nossos sujeitos:

“Ele disse que uma vez tentou não consumir, mas que só aguentou 2 dias, que foi a uma sexta-feira, que se deitou, e que no domingo não aguentou. Pensou que 2 dias bastariam para vencer a ressaca, mas não. Disse: «O pior é que a ressaca aumenta de dia para dia, todos os dias fica pior e um gajo não aguenta, eu se estiver sozinho não consigo aguentar...».” (diário de campo)

Nas tentativas para abandonar os consumos, a proximidade doutros indivíduos na mesma situação torna o consumo praticamente irresistível, revelando a dimensão de compulsividade característica do estado de adicção:

“Explicou que não podia andar com essas pessoas para não cair em tentação. Depois ainda disse que essa fase tinha de ser ultrapassada até conseguir andar com dinheiro e estar à beira de um tipo que estava a consumir a comprar e não querer nada daquilo. Disse que era muito complicado e referiu várias vezes que sem apoio é praticamente impossível.” (diário de campo)

Desenvolveremos as tentativas de tratamento e as recaídas mais adiante, em secção própria.

- PARECE QUE SEM A DROGA JÁ NÃO TENHO VIDA -
(Speedy Gonzalez, 40 anos)

Estar adicto e na situação pessoal e social em que a grande maioria dos indivíduos que conhecemos ao longo do trabalho de campo se encontra gera com frequência auto-avaliações carregadas de negativismo:

“Aproveitei para explicar a natureza do meu trabalho, e o Barbas depois disse que não havia muito para aprender, que era a cena de meter o produto na prata e fumar. Eu disse-lhe que para além disso havia muito mais, que eles tinham uma forma de vida própria, que tinham estratégias de sobrevivência, e que tinham conhecimento sobre a vida das drogas. Ele ficou meio nostálgico, como a recordar, e dizia de vez em quando que era uma merda aquela vida. Depois falaram nos putos novos que se metiam na droga, que eles não suportavam ver isso. Disseram que a droga era a ruína mais baixa a que uma pessoa podia chegar.” (diário de campo)

O Speedy Gonzalez conseguiu sintetizar em poucas palavras a dimensão radical da dependência, quando afirmou num desabafo que “sem a droga parece que já não tenho vida”. Um jogo entre a vida e a morte magistralmente metaforizado por um *junkie* de rua num trabalho conduzido por Pedro Machado (2008): “Perto de ti matas, longe de ti morro”...

A cristalização deste tipo de pensamento interno vai ao encontro do que a investigação psicológica tem descrito sobre o toxicodependente quanto à sua baixa auto-estima. Sair da adicção implica também restaurar esta auto-estima, algo que só acontece se houver rede de suporte, informal ou formal, ambas em simultâneo de preferência, que devolva ao indivíduo uma imagem diferente de si e lhe permita ressignificar a sua própria trajectória. Voltaremos a este assunto na secção 6.6., acerca dos tratamentos e das recaídas.

Como pode restaurar-se a auto-estima atingida? Meditemos numa frase muito repetida no meio *drug*: “já não ando a consumir tanto”, ou “agora só consumo de vez em quando”:

“Depois não me lembro como começou a conversa, mas o Manel disse que tinha ido à consulta no CAT, que tinha feito análises e que não tinha acusado. Eu perguntei como era isso possível e ele disse que já não consumia há um mês, que era só mesmo de vez em quando e que com a metadona, o efeito não era o mesmo. Já me tinha dito a mesma conversa uma ou duas vezes e diz sempre que praticamente não consome, e era impossível ele não consumir há um mês, pois eu tinha-o visto consumir há muito menos tempo que isso.”
(diário de campo)

Se nos formos enganando a nós próprios, a vida de *junkie* dói menos? Mais do que nos mentirem, mentem a si próprios, expressando nessa mentira o desejo de que aquele exagero químico tenha um fim. Essa é, a partir de certo momento do percurso, a única saída para a restauração da auto-estima. E mostra-nos que a mentira não é uma espécie de vício de carácter do toxicodependente, mas uma peça da ficção com que tem de se ir reinventando até poder voltar a conceber-se sem droga. Dito doutro modo, a mentira não é um traço, mas uma adaptação, não é estrutura mas função – aos olhos do próprio, revela-se funcional para o trabalho sobre a sua auto-estima e para a imagem de si que procura transmitir aos outros.

6.3. PARTICIPAR NO COMÉRCIO DE DROGAS

Ser agarrado, às vezes, passa por ter de ser *dealer*. Pequeno dealer – mesmo pequeno, pacote vendido, moeda no bolso, pacote fumado. Ao nível da rua o que vemos é o último elo da cadeia de distribuição, onde toda a possibilidade de lucro se esfuma – literalmente, pois vendem-se doses aos outros para poder fumar a sua.

Os nossos dados mostraram a este respeito uma organização diferente doutras zonas que temos estudado. A obtenção da substância psicoactiva faz-se através dum esquema muito móvel, em que o *dealer* é chamado a vir servir o cliente. Mais do que um mercado – actividade bem estabelecida num território psicotrópico conhecido de todos como “local de tráfico”, onde ocorre quem quer ou precisa de comprar heroína, base de coca, cocaína, haxixe, pastilhas várias – mais do que um mercado, dizíamos, o que vimos acontecer foi uma organização da venda que se desloca ao cliente. Daí preferirmos falar em comércio. É como se o mercado estivesse pulverizado, o que lhe confere grande fluidez espacial.

Estamos, obviamente, a falar dum comércio que é ilícito, fortemente punido pela lei e que, portanto, implica riscos acrescidos. Se vender é arriscado, “ir às compras” também não é tarefa fácil. E não é só pelo facto de também corresponder a um ilícito criminal, mas pela dificuldade trazida pela própria dinâmica dum comércio subterrâneo. O *dealer* que se julga estar num sítio não está, outro a quem se telefona não atende. A rua dos actores psicotrópicos é cheia de meandros, e há regras para quem participa nela. A discrição é uma delas, porque há que iludir o controle:

“O Manel veio e disse que também não tinha conseguido contactar este dealer. Disse para irmos à tal praça. Quando já estávamos quase a meter para a rua que ia dar a essa praça, o Manel viu já a atravessar a passadeira o Esteves e o Barbas, e com estes já do outro lado da rua chamou o Esteves. Este reagiu mal e começou a mandar vir com o Manel por este o ter chamado em voz alta e disse-lhe que ele não precisava de berrar, que podia ir ao pé dele e falar baixo. Estava a dizer que o Manel estava a dar estrondo. Trocaram algumas palavras já com todos do mesmo lado da rua e o Esteves disse que ninguém tinha mas que vinha aí um dealer qualquer e que ia servir o pessoal, que já lhe tinha ligado.” (diário de campo)

A espera do *dealer* é vivida com apreensão e ansiedade, sobretudo se se pressente a ressaca:

“A Ská (uma jovem de 25 anos) dirigiu-se ao Esteves e perguntou: «Sabes quem é que anda aí a meter as cenas?». O Esteves virou-se para ela e disse para ela falar devagar, para falar com calma. Ela repetiu e ele disse-lhe que vinha aí o M.. Ela disse que queria dois pacotes, e que ninguém tinha, ele disse para ela não se preocupar que o M. tinha material. Enquanto o Esteves dizia para o pessoal ter calma, pois o M. estava quase a chegar, alguém o avista ao longe do outro lado da praça. O Barbas, num impulso, dá dois passos lançando-se na sua direcção. O Esteves e o Manel dizem-lhe para ele esperar e ter calma, tendo o Esteves dito que o M. se iria logo embora se houvesse muito estrondo.” (diário de campo)

É como se a rua das actividades psicotrópicas fosse sentida como um espaço perigoso: é preciso falar com moderação no tom, não convém chamar as atenções de quem passa, sai-se rapidamente dali se se pensa ter levantado alguma suspeita. Este comportamento defensivo está sobretudo presente no vendedor do produto, de cujas precauções depende a continuidade do negócio:

“Vi o M. a vir em direcção a nós, vinha bastante devagar a olhar com cautela em todas as direcções. Era um indivíduo com cerca de 40 e tal anos. Estava vestido de uma forma bastante discreta. (...) Quando chegou perto de nós disse em voz baixa para o pessoal ter calma e para controlarem de um lado, que ele controlava de outro. Vinha com as mãos nos bolsos e praticamente não as tirou. Quando as tirou para tirar os pacotes de um pequeno saco de papel, manteve-as à frente do abdómen mesmo encostadas, dando a impressão a quem visse de trás ou dos lados que ele as tinha nos bolsos. O Esteves disse para ele se sentar e ele disse: «Não senta nada, não senta nada...». Estava bastante apreensivo. Quando o Manel o cumprimentou passou-lhe logo 5 euros em moedas para a mão e disse que queria um. O M. meteu o dinheiro ao bolso e depois, mantendo sempre as mãos junto ao corpo, tirou um pacote de dentro de um saco de papel e atirou para

as mãos do Manel, que estava sentado no banco. O pacote caiu ao chão e o Manel apanhou-o.” (diário de campo)

A notícia da presença dum vendedor é levada com rapidez a outros utilizadores de heroína – a rua dos actores das drogas faz fluir as mensagens com eficácia, a discrição é uma das suas condições necessárias:

“Começámos a andar dali para fora. Enquanto caminhávamos rua abaixo em direcção à praça, o pessoal ia mais alegre. A Ská ia a sorrir e disse para o Manel: «Os pacotes estão bons, não parecem estar rafados, não estão rafados...». O Manel sorriu e disse que sim, que eram bons. O Brocas (um adolescente de 13 ou 14 anos) juntou-se a nós no fim da rua. Quando chegamos ao passeio e já depois de termos dado uns 5 passos, o Manel parou e deu um passo ou dois atrás para falar com um conhecido. Ouvi-o dizer que estava ali o M. e que tinha produto.” (diário de campo)

A rua das actividades psicotrópicas é incerta, as relações entre quem compra e quem vende estão sujeitas a roubos e fraudes. Afinal, como na economia convencional... Vejamos um exemplo do cliente que rouba o vendedor:

“Perguntei-lhe se estava tudo bem e ele começou logo a contar-me que tinha feito uma queixa na polícia pois tinham-no roubado. Disse-me ele: «Sabes, eu tenho andado aí a meter uns pacotes, porque preciso de pagar o quarto onde eu estava, não é?»

Contou então que um tal de Nabiça, que também andava por aí a “vender material”, lhe tinha roubado 90 euros. Perguntei se ele andava a vender para o Nabiça, pois não tinha ainda percebido como é que esse Nabiça o tinha roubado. Ele disse que não, que lhe estava a vender um pacote, que custa 5 euros e que o Nabiça lhe deu 20 Euros, pelo que ele ao fazer o troco foi ao maço de notas que tinha e o Nabiça deitou-lhe a mão ao maço de notas e fugiu. Ele disse que o

Nabiça era mais forte do que ele, pelo que não pôde fazer nada.”
(diário de campo)

O Nabiça, que às vezes vende pacotes, compra agora ao Rujo, que normalmente só compra e não vende. Vender e comprar estão separados por uma ténue fronteira, são dois lados da mesma moeda, elementos da sobrevivência de rua. Um vende porque tem de pagar o quarto, o outro, que normalmente vende, precisa agora de comprar, porque vende para poder consumir e agora nem para si tem. A este nível, ser *dealer* não corresponde a uma actividade continuada, a um projecto calculado – aparece de súbito nos contactos de rua como oportunidade de “fazer algum”, subordina-se à lei da sobrevivência num dia-a-dia de mingua e incerteza. Nestas condições, nem sempre impera a ética que deve pautar a relação comercial. Há pouco víamos o cliente a roubar o vendedor, vejamos agora o recíproco:

“No seguimento desta conversa, ele contou que o Gingas tinha estado com ele há dois dias e que lhe terá contado que um dealer que o Manel conhece, lhe terá vendido 4 “pacotes” de bolacha esmigalhada. O Manel disse que isso não se fazia, que o rapaz estava a ressacar e que chegou a casa e não tinha pó. Disse que sabia quem era o dealer e que quando o visse que lhe ia dar um cachaço e dizer-lhe para que fosse a última vez que ele fizesse aquilo a um amigo dele.” (diário de campo)

Os compradores de heroína de rua são com frequência enganados pelo vendedor, adquirindo outra coisa qualquer no lugar da heroína. Aqui, o cliente enganado não pode, evidentemente, recorrer a nenhum mecanismo formal para ser ressarcido. Funciona então, não raro, o ajuste de contas directo, vindo daqui uma boa parte dos episódios de violência nos territórios psicotrópicos. O nosso trabalho de campo confirma aquilo que a literatura internacional tem encontrado: mais do que provocar vítimas em terceiros, o “mundo da droga” vitima maioritariamente os seus próprios actores – violência sistémica, interior ao complexo de relações em que os indivíduos se envolvem.

“Eu fiquei curioso e perguntei o que tinha acontecido. O Barbas contou que um fulano que andava a meter uns pacotes lhe vendeu 3 pacotes que tinham pimenta. Ele disse: «Cheguei ao barraco para fumar, botei o pó na prata e quando lhe cheguei calor a puta não destilava... dei-lhe lume por cima e vi, filha da puta...» Disse que ficou furioso e que se o apanhava ali que o matava. A sorte dele foi não estar a ressacar. Depois disse que acabou por encontrá-lo na ... e que para o cúmulo o gajo não fugiu, tendo-lhe ainda perguntado se o Barbas lhe ia bater, que os outros a quem ele tinha enganado não lhe tinham feito mal. O Barbas diz que o apanhou e que lhe bateu, que ele caiu ao chão e que ele ainda lhe ia bater mais se não o tivessem segurado.” (diário de campo)

Outro aspecto da violência é o que resulta da repressão policial. Conseguir comprar um pacote implica um considerável esforço, para quem vive sujeito à micro-economia de subsistência. Consegui-lo é saber que, por umas boas horas, se adiou a ameaça do sofrimento – a ressaca, essa entidade temível. E perdê-lo é um sério contratempo. É preciso defender a todo o custo a dose que se guarda no bolso:

“Eu perguntei-lhe como era isso da polícia e ele explicou. Disse que ontem estava a comprar um pacote a um sujeito, quando apareceu um polícia à paisana e os apertou aos dois. Enquanto o polícia estava a revistar o outro sujeito ele esgueirou-se e deu à perna, berrando o polícia para ele não fugir. Depois disse que o polícia mais tarde o apanhou ali na rua a arrumar carros e que lhe disse que nunca ninguém lhe tinha fugido antes e que agora ia andar em cima dele. Ele disse ao polícia que tinha fugido porque sabia que ele lhe ia tirar o pacote e ele ia ficar a ressacar e sem dinheiro.” (diário de campo)

No discurso espontâneo aflora com alguma frequência a relação com a polícia. Muitos dos actores que conhecemos ao longo do trabalho de campo têm um razoável conhecimento do que implica a lei que despenalizou o consumo, sabem por exemplo que

não podem ser incriminados pela simples posse para uso próprio. Mas recordam também situações em que foram alvo de violência:

“(...) disse que se uma pessoa se recusar a ser revistada, eles levam para a esquadra e depois obrigam um gajo a despir-se e sacodem a roupa para ver se há alguma coisa. E ainda por cima pode-se correr o risco de levar uma porrada. Ao dizer isto ele fez com a mão o gesto que significa tareia. Contou a história que se tinha passado com um conhecido dele, em que esse sujeito mentiu ao polícia dizendo que não tinha nada, quando o polícia o tinha visto a comprar, e que o levaram para a esquadra, despiram-no e deram-lhe uma carga de porrada.” (diário de campo)

Não averiguámos da veracidade destes episódios. Registamos, isso sim, que estas agressões policiais fazem parte do rol de episódios que os utilizadores de drogas têm incorporados no seu discurso. Voltaremos ainda a este tema no capítulo seguinte. Por agora, concluamos que é natural que transpareçam uma hostilidade em relação à polícia:

“Nesse momento dobrou a curva uma carrinha da polícia. Ao vê-la eu disse-lhe que estávamos a falar nos polícias e eles apareceram. Ele fitou a carrinha e disse: «Estes filhos das putas são os piores, estão lá nas secretárias, levam-nos lá para dentro e dão-nos porrada...».” (diário de campo)

Mas há polícias e polícias. Os actores das drogas julgam possuir um conhecimento sobre eles, um saber que lhes permite escaloná-los pelo grau de perigosidade:

“Cumprimentámo-nos e ele disse que estava a fazer tempo. Eu disse meio a brincar que ele estava a controlar os polícias que estavam do outro lado da praça mesmo em frente a ele. Ele riu-se e disse que nem os tinha visto e acrescentou que aqueles não faziam nada. Despediu-se de mim de uma forma um pouco rápida dizendo que tinha de ir ter com não sei quem.” (diário de campo)

Concluamos, portanto, que polícias e *junkies* de rua são actores que se vigiam mutuamente. Afinal, uns e outros são quem melhor conhece a “rua das drogas”.

Dissemos atrás que a organização da venda parece assumir um carácter móvel e pulverizado, razão por que não lhe chamámos “mercado”, designação que tínhamos adoptado em trabalhos anteriores em que as actividades estavam localizadas em sítios onde o interessado tinha de se deslocar. Como em qualquer mercado havia angariadores de clientes (os “capeadores”), alguns apregoavam “castanha” e “branca” e formava-se fila em “horas de ponta” da procura. Não vimos nada de semelhante na nossa unidade de estudo. Mas, de qualquer modo, a modalidade de fornecimento do produto que já descrevemos não esgota as possibilidades. Comprar ao vendedor deslocando-se ao seu domicílio também ocorre – o “tráfico de apartamento”, como alguma literatura da especialidade o designa:

“Perto do centro de saúde do costume há uma cabine telefónica e fomos lá. Ele pegou no auscultador e marcou o número de telemóvel em dois lanços, fê-lo de memória. Quando ele acabou de falar com o dealer disse que este lhe tinha chamado à atenção, e com razão, por ele o chamar pelo nome. Disse ele que o dealer dissera que não havia necessidade de ele o tratar pelo nome verdadeiro ao telefone. Disse que íamos a casa dele, que já tinha autorização para ir ter à porta dele, que já tinha ganho confiança suficiente para lá poder ir.” (diário de campo)

Entremos, então, no habitat urbano onde vive esse *dealer*:

“O sítio onde fomos era um aglomerado de prédios, com múltiplos pátios e escadas de acesso. Os prédios de fora tinham boa aparência, mas os interiores dos acessos apresentavam alguns sinais de degradação, podia ver-se alguma sujidade e muitos graffitis, num dos quais se podia ler “Viva à Droga”.

Fiz algumas perguntas ao Rujo sobre o sítio e ele disse que viviam ali muitos ciganos e que havia ali muito negócio de droga. (...)

O Rujo disse ainda que quando havia ali problemas, que a polícia não conseguia lá entrar. Referiu-se aos ciganos como pessoas difíceis de lidar.” (diário de campo)

Encontramos neste *setting* algumas características comuns às zonas conotadas com a venda de drogas no Porto ou em Lisboa – e referimo-nos a estas duas cidades porque são, em Portugal, aquelas onde o fenómeno já foi objecto de alguma (pouca) investigação das ciências sociais. Com efeito, são em geral grandes conjuntos habitacionais, muitas vezes correspondendo a bairros camarários de periferia que apresentam sinais de degradação do edificado e que, pelas características de todo o conjunto, provocam uma descontinuidade relativamente à envolvente urbana. É esta descontinuidade, bem como o seu desenho interno que vai originando fechamentos do espaço, que os torna tão aptos a funcionarem como territórios de actividades ilícitas, pois apresentam evidentes dificuldades para quem vem de fora: sinalizado à distância devido à descontinuidade espacial, “perdido” na malha interior do conjunto habitacional – tudo isto dando tempo a que o cenário da actividade ilícita desapareça e o flagrante delito seja tão difícil de obter quando as forças policiais aí entram.

Outra característica comum com as zonas que referimos é a imagem que criaram duma certa perigosidade, que vai consolidando a ideia de que são perigosos para a própria polícia. Seriam “supermercados da droga”, uma espécie de territórios fora-da-lei...¹⁴.

Continuemos pelo interior do aglomerado ao encontro do *dealer*:

“Subimos algumas escadas e cruzámos um ou dois pátios até chegarmos às traseiras de um dos prédios. Numa entrada de acesso às escadas estava um personagem encostado a uma parede. Era o indivíduo que nos esperava. Tinha cerca de 30 e poucos anos e tinha um aspecto de “tóxico” muito mal tratado. Era muito magro e tinha as feições chupadas, evidenciando umas maçãs do rosto muito salientes e pontiagudas. O Rujo foi ter com ele dentro do vão de escadas e o

¹⁴ Esta imagem tem sido largamente construída pelos meios de comunicação social, que os tornou no símbolo do urbano degradado e dos problemas associados à marginalidade e à exclusão social. Temos analisado a construção destas imagens a propósito dos bairros portuenses ditos “supermercados das drogas” – cf. por exemplo Luís Fernandes (1998); Luís Fernandes e Marta Pinto (2004); Luís Fernandes e Alexandra Ramos (2010).

indivíduo sacou de um porta-moedas para guardar o dinheiro que o Rujo lhe deu. Depois disso o indivíduo foi para dentro, para o lado direito, pelo que percebi para ir buscar o “pacote” que devia estar escondido. Ele não veio logo e o Rujo ficou lá dentro à espera. Enquanto isso eu aproveitei e entrei lá para dentro.” (diário de campo)

O espaço tem uma configuração que complica a percepção a quem vem de fora:

“Aquilo era uma passagem, que parecia ligar dois prédios e um pátio superior. Do lado esquerdo havia umas escadas que subiam e do lado direito havia um corredor que cortava logo em L, pelo que eu não pude ver mais do que para além de uma parede.” (diário de campo)

Não convém, de facto, que se veja muito – estamos no cenário onde se desenrola uma actividade ilícita, cuja moldura penal é pesada quando os seus protagonistas são apanhados pela polícia e presentes a julgamento. Ser *dealer* implica precauções, cuidados, vigilância – e todos estes requisitos estão potenciados se a configuração do espaço oferecer uma protecção natural. Trata-se dum *defensible space*, conceito desenvolvido nos anos 70 para dar conta do desenho arquitectónico e urbanístico de edifícios e espaços públicos que potenciariam a vigilância natural dos residentes, desencorajando assim a delinquência – um *defensible space* ao contrário, neste caso, potenciando aqui a vigilância sobre intrusos que possam denunciar ou dismantelar o comércio psicotrópico.

“Nas escadas do lado esquerdo estava sentado um rapaz de uns 20 anos, não mais do que isso. Não tinha aparência de toxicodependente. Estava bem vestido e tinha boa aparência. Não parecia pertencer aquele cenário. Estava com um ar preocupado e assustadiço. Não o ouvi dizer nada e não se mexeu.

Depois de o dealer regressar e ter dado o produto ao Rujo este disse para irmos embora.” (diário de campo)

6.4. PRECARIEDADE DO QUADRO DE VIDA

“Lembro-me que o A. também andava por ali e que a certa altura estava perto do Zé Motas e este veio para a minha beira a mandar vir pelo facto de o A. estar a cheirar mal. Dizia ele em voz baixa: «Foda-se lá o.... cheira mesmo mal!» Eu estava mesmo perto dele, e para interagir afirmei em jeito de pergunta que o A. estava na rua, e o Zé Motas disse que ele estava porque queria, disse-o em tom de reprovação e irritado. Disse que ele tinha montes de oportunidades, que a família até vivia bem e que já o tinham vindo buscar várias vezes, mas que ele fugia só para não tomar banho. Eu perguntei: «Por que será que isso acontece?», «Sei lá, porque bate mal ou o caralho...!» – respondeu o Zé Motas.” (diário de campo)

A análise das trajectórias, que nos ocupou no capítulo anterior, já nos mostrou como a precariedade caracteriza o quadro de vida da grande maioria dos nossos sujeitos. Aprofundaremos agora as duas dimensões que se revelam mais decisivas a este respeito: o alojamento e o trabalho.

- O ALOJAMENTO -

“O Caracolitos dizia à Paula (técnica da equipa de rua) que estava a morar numa casa abandonada, mas que tinha luz. Como era habilidoso nessa área, conseguiu sacar electricidade a uma caixa que estava perto da casa. Tinha dois aquecedores e cobertores, pelo que não tinha frio. Disse que só faltava a TV, disse isto umas duas a 3 vezes, e casa de banho. Falou ainda de que no natal algum dos irmãos o convidava para ir à sua casa.” (diário de campo)

A experiência da precariedade, à medida que se vai prolongando – na intermitência e itinerância laboral, por exemplo – vai aparecendo ao próprio como um

destino. E o destino é difícil de contrariar, a sobrevivência em tais condições pesa e cansa, exprime-se o desejo de “largar esta vida”, de “sair da droga”, mas o projecto não passa das intenções:

“Deixei-o falar e ele disse que precisava de arranjar uma casa. Perguntei-lhe se ia perder a casa dele e ele disse que sim, que o senhorio lhe ia mudar a fechadura, tinha oito dias para sair dali. Ao princípio pensei que se referia a um quarto ou uma casa para alugar, mas o que ele queria era ir para uma casa de recuperação. Eu perguntei-lhe se ele estava a falar de uma desintoxicação, e ele disse que sim. Disse que tinha ouvido falar de uma casa Leme, que era muito boa e queria ver se as técnicas do IN-Ruas o podiam lá meter por 8 meses. Dizia com um ar pesado: «precisava mesmo que me arrandassem para ir para a casa Leme, queria ficar livre disto, sem precisar de nada, nem metadona nem de nada!» Acrescentou que se não fosse para lá esta semana teria de começar a dormir na rua.”
(diário de campo)

“Sair da droga” é, de resto, apenas uma parte do problema. Mesmo quando se “sai”, como se consegue também sair das dificuldades que marcam todas as outras circunstâncias que constituem a precariedade? Fala-se em projectos de mudança, os outros dizem “tens de conseguir, e depois arranhas um trabalho” – e no dia seguinte repete-se a mesma conversa na mesma rua:

“Tem algumas pessoas que o ajudam. Tem automobilistas que lhe pagam o pequeno-almoço, dão-lhe bons concelhos. Diz que «já vi pessoas a virem ter comigo, a estacionar e a deitarem lágrimas pelo rosto abaixo, por causa de me ver assim numa situação destas e achar que eu sou uma pessoa com qualidades e com capacidade para ser mais do que isto que eu sou...». Tem o pessoal da confeitaria que são amigos dele, tem uma senhora ... que tem uma loja de produtos higiénicos, eles ajudam-no financeiramente e com roupa, com produtos higiénicos.” (Pibe 29 anos sem-abrigo, diário de campo)

A rua dos *junkies* assenta numa economia de micro-consumo, em que se compra para o aqui e agora. O dinheiro obtém-se moeda a moeda ao ritmo dos carros que se arrumam, as coisas compram-se unidade a unidade ao ritmo das necessidades e dos apetites:

“A certa altura o Rujo diz que precisava de um cigarro e que ia comprar um. Eu perguntei se havia cigarros avulso à venda e ele disse que sim.” (diário de campo)

Num quadro de vida marcado pela precariedade todos os cêntimos contam. Arranjar dinheiro para as necessidades diárias do consumo de heroína é uma tarefa incerta. Quando não se consegue, a inquietação de saber a ressaca por perto invade o indivíduo. Por isso poupar um euro que seja pode valer daí a umas horas atingir o montante necessário para um pacote, iludindo a ressaca num jogo diário, incessante, repetido, em que umas vezes ganha o indivíduo e outras ganha ela:

“Perguntei-lhe ainda como tinha sido o esquema dele em relação ao pacote, pois como ele tinha dito que só tinha 4 euros e o pacote custa 5, assim tinha poupado um euro. Ele disse que só tinha dado 3 euros e meio pelo pacote, pois tinha dado as moedas ao M. e este não as contou. O Manel disse: «Não viste quando lhe passei as moedas para a mão, ele não contou, meteu logo ao bolso. Eu sabia que ele não se ia por a contar ali à frente do povo todo, eu também não o fazia, já sabia como era...» Eu disse-lhe que ele era um rato dos diabos, ele riu-se e vangloriou-se: «Eu já ando cá há muitos anos!».” (diário de campo)

Outro aspecto marcante da precariedade é o modo como se passa a olhar a rua como um recurso. O caso mais óbvio é o das pessoas em que as perdas de vínculos assumiram tal dimensão que acabam por ter de se alojar nalgum recanto abrigado. Vimos,

ao abrir esta secção, o caso do A., como poderíamos ter exemplificado com outros que o terreno em Guimarães nos foi dando a conhecer¹⁵.

A rua vai passando a ser apropriada: o “meu parque”, sítio vital para a angariação de dinheiro, como veremos no próximo capítulo; o sítio X ou Y, onde vou “dar na prata” com alguém; uma casa abandonada onde estabeleço a minha própria “casa”. E onde guardo pertenças pessoais que não posso transportar na mão o dia todo?

“Quando chegámos ao fim da rua ... (no centro histórico), o Manel disse para eu esperar. Tinha umas pratas novas guardadas numa janela de um edifício abandonado. Para as alcançar teve de por o pé num parapeito e esticar a perna para chegar à tal janela que ficava um pouco mais alta. As pratas ficavam num dos cantos da janela, entre o caixilho e a portada de madeira, que ainda tinha um espaço considerável.” (diário de campo)

Por que não andava ele com as pratas no bolso? Quis saber o etnógrafo. Porque encorrilham e depois a bolha não corre (a heroína, a liquefazer quando recebe o calor do isqueiro, forma uma bolha que corre na prata libertando uma fina coluna de fumo, que é então aspirada pelo tubo). No entanto, pudemos verificar que nem todos os que “dão na prata” se mostram tão meticolosos, transportando consigo as pratas que alisam como podem na hora de usar. E um guarda-chuva? Todos sabemos como incomoda transportá-lo quando pára de chover. Se a rua for “nossa” resolvemos esse estorvo com facilidade:

“Estava lá (no “parque”) um guarda-chuva encostado a uma árvore que era do Barbas. Mais tarde, quando estávamos a ir embora, ele escondeu o guarda-chuva no meio dos arbustos.” (diário de campo)

¹⁵ O fenómeno dos sem-abrigo está pouco caracterizado em Portugal. O seu forte aumento dá-se a partir do início da década de 90 no Porto e em Lisboa, podendo dizer-se que até aí era praticamente residual. Altera-se também nessa altura o tipo de indivíduo que se vê constrangido a essa situação. Surgiram entretanto variadas respostas institucionais, mas nem sempre representam uma alternativa ao morar na rua, como o mostra a investigação desenvolvida por Adília Rivotti relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa (Rivotti, 2008).

Mas o viver na rua é quase sempre sinónimo de grande precariedade. Notemos a seguinte observação da equipa de redução de riscos:

“Demos vestuário ao L., mais uma vez. Não podemos permitir que o vestuário seja sempre para os mesmos, e só para aqueles que pedem. Alguns dos utentes não possuem vestuário para além daquilo que vestem e tem vergonha de pedir ajuda a este nível.” (IN-Ruas, diário de campo)

O toxicodependente de rua é, desde os anos 80, uma nova figura da pobreza em meio urbano. Se esta circunstância está bem documentada para as grandes cidades, vemos agora numa cidade de tamanho médio acontecer o mesmo fenómeno. Cerca de 90% das refeições servidas na Casa Económica são-no a indivíduos enviados pelo CRI de Guimarães (dado extraído do diário do IN-Ruas). E a desvinculação progressiva do mercado de trabalho está, como veremos já a seguir, fortemente ligada à pauperização destes utilizadores de drogas.

- O TRABALHO -

O trabalho é um dos elementos centrais da precariedade. Por um lado, a baixa qualificação da grande maioria dos nossos sujeitos situa-os numa zona de oportunidades laborais marcada pelas más condições, pela baixa remuneração e pela fragilidade do vínculo. Nestas condições, a itinerância, o “saltar” de trabalho em trabalho, são a regra. Esta itinerância inclui em vários casos a emigração temporária:

“O M. começa a revelar um pouco da vida dele, dizendo que já chegou a ganhar mil e quinhentos Euros quando trabalhou em Espanha, em Barcelona. Perguntei-lhe em que trabalhava e ele disse que era na construção civil. Disse logo em seguida que era um trabalho muito pesado, que trabalhava doze horas por dia e que ainda trabalhava ao sábado. Que pagavam bem, mas que era o dia todo a

dar-lhe. Perguntei há quanto tempo é que ele não trabalhava e ele disse que era há um ano e tal. Perguntei o que tinha acontecido, por que já não trabalhava, ele respondeu: «Porque me fartei daquilo, fogo! Trabalhar 12 horas por dia no duro e os cabrões dos espanhóis...» Depois perguntei como era em Portugal, se ele não conseguia arranjar nada. Respondeu com indignação que nem pensar trabalhar em Portugal, que pagavam muito mal, diz ele fazendo gestos com as mãos apontando para as costas, braços e pernas: «Tu não imaginas, um gajo fica todo roto a trabalhar o dia todo a acartar com peso nos ombros, fica todo fodido das costas, dói-te aqui, aqui e aqui, tu só no primeiro dia ficas todo roto que nem te aguentas... Andar todo fodido por praí quatrocentos euros!» Depois ainda diz: «Um gajo vai ali ao fundo de desemprego ver, tem lá a dizer precisa-se por exemplo um servente, quanto pagam? Quatrocentos euros ou menos, fogo...!». Não tem um trabalho certo há 20 anos. A última vez que trabalhou foi há 3 ou 4 anos.” (diário de campo)

Outra consequência de tais condições é a concorrência que podem representar situações do trabalho informal, como arrumar carros ou “meter uns pacotes” (tarefa mais ou menos esporádica em que se ajuda na distribuição de doses no mercado de retalho da rua). Numa óptica de escolha racional, estas oportunidades podem revelar-se mais vantajosas, sobretudo se tivermos em conta que, como veremos na secção seguinte, a vivência da precariedade relativiza o risco.

Por outro lado, a instalação da dependência precipita a degradação da relação com o trabalho, potenciando mais ainda a instabilidade própria às franjas de mercado laboral a que têm acesso. Precipita-se assim a mudança de empregador, tendo como resultado, quando olhamos retrospectivamente a “carreira” dos nossos sujeitos, a itinerância: dum trabalho na construção civil a outro numa tinturaria, desta a uma tipografia; ou de talhante a operário fabril, da fábrica para a construção civil. Outras ocupações: chapeiro, cozinheiro, electricista, manobrador de máquinas. Notemos que praticamente não

contactámos com indivíduos com formação ao nível do ensino superior, se exceptuarmos um único caso – dado que nos foi também confirmado pelos registos do IN-Ruas¹⁶.

“Disse que começou a dar os primeiros fumos em 84 e que em 92 se enterrou profundamente nas drogas. Nessa altura, tinha uma pequena garagem onde fazia trabalhos de chaparia automóvel. Tinha 2 empregados e uma conta boa. Disse que a coisa começou a descambar por causa da dependência. Trabalhou noutros sítios, sempre dependente das drogas. (...) Últimas profissões: bate chapas, França na apanha da fruta, quatro anos numa empresa de metalomecânica” (Ferrete, 44 anos)

Em suma, se o tipo de trabalho a que a grande maioria dos nossos sujeitos tem acesso é um dos elementos centrais da precariedade, por outro a evolução na carreira de consumidor pode deteriorar a relação com ele, complicando a permanência no seu posto, precipitando a sua perda e a procura de novo trabalho – ou seja, tornando-o ainda mais precário. A procura duma nova oportunidade laboral vai sendo mais espaçada, a crença na sua obtenção mais enfraquecida. Se, nesse momento, se tiver a iniciativa de experimentar as oportunidades do trabalho informal, talvez se inicie uma nova etapa da vida. No capítulo seguinte exploraremos uma destas “saídas”, o ser-se arrumador.

As poucas investigações que, em Portugal, têm analisado a relação entre toxicodependência e trabalho têm chegado a resultados convergentes com os nossos. Carla Frazão e col. (2005) exprimem-no bem, quando dizem que “é difícil determinar qual a relação estabelecida entre o consumo de drogas e o trabalho. É aquilo que Comerford (1999) designa de *Chicken/Egg Dilemma*, no que toca à dificuldade de determinar se é o consumo de drogas que pode causar dificuldades a nível laboral, ou se é o consumo de drogas que pode surgir como resposta à dificuldade”. E, uma vez a adicção instalada, concluem também que “com o aumento de gravidade do problema há um

¹⁶ Uma conclusão simplista sobre o que acabamos de dizer poderia ser a de que as trajectórias “pesadas” são praticamente um exclusivo das franjas sociais mais desfavorecidas. Tal conclusão é falsa, como é sabido. Pensamos que os resultados que a nossa pesquisa evidencia, somando-se a muitos outros que vão na mesma direcção, permitem equacionar uma resposta bem mais completa e complexa para o facto evidenciado.

acréscimo na dificuldade que o toxicodependente tem em manter a sua capacidade laboral, e um aumento do desinteresse pelo desempenho da actividade laboral.”

Agostinho Rodrigues, em 2004, identificou “duas formas principais de interacção entre as trajectórias dos consumos de drogas e do trabalho: (1) as drogas no trajecto laboral e (2) o trabalho nos projectos das drogas”. Na primeira, constata que a influência do consumo de drogas é apenas sentida e valorizada numa fase já avançada do percurso laboral, concretamente quando é percepcionado pelos sujeitos o estado de dependência, sobretudo da heroína. Quanto à segunda forma de interacção, “ela pode ser de dois tipos: (I) trabalha-se para manter o consumo de drogas e (II) trabalha-se para deixar as drogas. O primeiro tipo evidencia-se através das múltiplas tentativas dos indivíduos para conseguirem uma ocupação ou emprego (ainda que, se possível, precário e com condições de remuneração particulares, como pagamento ao dia ou à semana) como forma de financiar o consumo. A maioria dos sujeitos refere também experiências laborais cujo objectivo fundamental era controlar o consumo de drogas, sem, no entanto, pretenderem abandoná-lo” (Rodrigues, 2004). Em sentido convergente com o dos nossos dados, refere também que “Se o conseguem (trabalho), rapidamente o perdem, o que é atribuído, fundamentalmente, às condições de trabalho, com destaque para a precariedade do vínculo laboral.”

A precariedade do quadro de vida, as condições em que se apresentam no mercado negro as drogas ilegais e à reacção social estigmatizante dirigida aos utilizadores, convergem para aumentar o risco associado às práticas de consumo. Dedicaremos a próxima secção a analisar este problema sanitário e social.

6.5. PRÁTICAS DE RISCO

A precariedade do quadro de vida potencia as práticas de risco dos utilizadores de drogas. Estas práticas não devem ser desligadas de tal quadro, em que o risco assume dois aspectos essenciais: diz respeito a toda a existência do indivíduo, desde as condições do alojamento à possibilidade de se alimentar adequadamente, até ao controle da saúde/doença; por outro lado, nestas condições que fazem da vida uma sobrevivência no

imediatos, a percepção do risco constrói-se em função destas circunstâncias, estando em geral muito relativizada:

“Disse que agora, como entaiparam o sítio onde eles injectavam, o pessoal ia chutar para os quartos-de-banho e que no outro dia a senhora da limpeza se picou numa seringa quando estava a fechar o saco do lixo. Disse aquilo como se a senhora se tivesse picado num simples espinho. O Renato (reduzidor de danos) ficou aflito e perguntou-lhe logo se ela tinha ido ao hospital. O Barbas disse que achava que não, que tinha sido só um “picozito” na palma da mão.”
(diário de campo)

Diversos estudos que têm o sentimento de insegurança como objecto mostram que a percepção do risco (de se ser vítima dum crime de rua, por exemplo) são função das expectativas de segurança que uma sociedade construiu. Isto explicaria por que é que o sentimento de insegurança pode ser tão intenso numa cidade com taxas de criminalidade moderadas como noutra conhecida por ser violenta e de grande taxa de ocorrência criminal. Podemos, a nosso ver, aplicar esta relação ao nosso caso: num quadro de vida em que o indivíduo foi baixando as suas expectativas de segurança – por exemplo ao dormir na situação de sem-abrigo, ao fazer “casa” numa casa abandonada, consumindo a substância a que está adicto num WC público, sabendo-se exposto a episódios de rua sobre os quais tem um baixo controle – baixa também a percepção do risco. Não é que o desconheça, mas relega-o para um plano secundário, subordinando-o às tarefas da existência no imediato.

Nos utilizadores que fomos contactando ao longo do trabalho de campo a substância mais consumida, já o dissemos noutro capítulo, era a heroína. Os modos fumado e injectado eram utilizados, por vezes num mesmo indivíduo em fases diferentes. Os dados anuais do Instituto da Droga e da Toxicodependência dão conta duma progressiva diminuição da forma injectada, ganhando a fumada por consequência mais expressão, o que mostraria um significativo avanço da diminuição do risco sanitário, individual e social, associado aos consumos. O tipo de dados que a nossa investigação gerou não permite responder à questão da curva evolutiva a este respeito. Mas, recorrendo aos dados disponibilizados pelo IN-Ruas, pode estabelecer-se em cerca de

70% o número dos que usam a via fumada e de cerca de 30% os que usam a injectada, num universo de 214 consumidores. “A informação das doenças infecciosas não está sistematizada, mas percebe-se no terreno que há muito HIV e hepatite C.” (IN-Ruas, 2010)

- “CHUTAR” -

“Abre o pacote com um corta-unhas (super limpo e cuidadosamente guardado); coloca na carica a água, o ácido e a cocaína. Com a ponta do êmbolo da seringa desfaz os cristais da cocaína e de seguida abre o pacote da heroína que, pela cor, acha que “não é grande coisa”. Usa a lima do corta-unhas para raspar o pacote, de forma a aproveitar tudo. Mistura tudo e tira dois filtros usados da tampa de uma seringa. Passa-os para a carica e espreme-os com a ponta do êmbolo para aproveitar o produto do consumo anterior. Depois disso usa-os como filtro e passa o caldo para a seringa e daqui directamente para a veia. Para a meio, com a seringa no braço, e enrola um cigarro: «É muito bom fumar um cigarrinho quando consumo.». Ao lado, o A., a fumar na prata, diz que nem consegue olhar «para o que ele está a fazer». (IN-Ruas, diário de campo)

“Chutar” ou não “chutar”, eis a questão:

“Comecei a perceber que eles iam para casa do Rujo para consumir, e perguntei-lhes se eles queriam que eu fosse, disseram que não havia problema nenhum. Foram falando de algumas personagens, sobre o facto de um deles estar a ser influenciado por um outro para dar picos em vez de fumar. O Barbas acabou por dizer que dava um ou dois picos por ano, na altura das festas, como por exemplo a passagem de ano. O Rujo disse que não dava em altura nenhuma, que não tocava em nada disso.” (diário de campo)

“Falámos na alteração de via de consumo, da injectada para fumada. Disse-me que vir só a fumar seria difícil, pois já eram muitos anos de consumo: «é como tu fazeres a pé um percurso que fazes de carro (...) é tudo, é sentir o pico e bate mais rápido (...)».” (IN-Ruas, diário de campo, 16/11/09)

O consumo intravenoso de drogas duras fez já o seu caminho nos utilizadores, acabando por ter actualmente uma imagem negativa: “chuta-se” quando já não se está a controlar a relação com a substância, sabe-se que corresponde a um agravamento da sua situação pessoal, ao aceitar duma certa deriva na “vida da droga”. O “chuto” vai degradando o estado físico das veias, “secando” as mais utilizadas e obrigando a procurar outros lugares no corpo. E as feridas em consequência das deficientes condições deste modo de consumo, desde as higiénicas às ligadas à técnica de injeção na veia, vão-se sucedendo:

“Reparei que tinha uma cicatriz no braço e várias feridas por cicatrizar, o que quer dizer que está a picar sempre no mesmo local. Disse-lhe que se continuasse a insistir naquele local iria querer picar e não ia conseguir, deveria alternar para não danificar aquela veia.” (IN-Ruas, diário de campo, 09/08/2010)

As consequências da prática continuada da injeção são, por vezes, severas. A distância psicológica a que muitos utilizadores de ruas se encontram das estruturas de saúde leva-os a uma espécie de cuidados de “enfermagem” muito próprios:

“Depois fixei-me numa conversa entre o Renato (redutor de danos) e o Zé Velho, que contagiou toda a gente devido ao seu conteúdo. Era sobre uma das pernas do Zé Velho. O Renato perguntava como é que estava a perna dele. E o Zé Velho começa a filosofar, cambaleando para a frente e para trás e dizendo: «Qualquer dia vai ser para cortar a perna fora!» (...) Depois disse que se tinha cortado mesmo: «Peguei na navalha e zás, saquei aquilo fora, cortei-me.» O pessoal exclamava de impressão, e o Renato, ainda sem

acreditar, dizia: «Ó Zé, onde é que te cortaste? Deixa ver, mostra lá isso!». O Zé Velho dizia, com a sua dicção ritmada: «Estava a inchar-me muito a perna e eu cortei-o com a navalha, agora já não está tão “inchada...!”».” (diário de campo)

Confrontando com os registos do IN-Ruas, percebemos então o problema do Zé Velho:

“A ferida que me mostrou na perna direita mantém-se aberta há mais de um ano – é uma fístula venosa devido aos consumos constantes naquela veia. Em tempos não usou agulha!” (IN-Ruas, diário de campo, 28/10/09)

A representação negativa de muitos utilizadores em relação ao consumo por via injectada foi-nos confirmada pela equipa de redução de riscos IN-Ruas. No Relatório Final (2008-2010) refere-se que “95% dos UDI afirma não partilhar seringas. O facto de haver uma percentagem tão elevada de UDI que dizem não partilhar seringas parece estar relacionado com o facto de os UD terem uma representação claramente negativa sobre este material.”

Notemos, no entanto, que esta representação negativa não gera necessariamente o abandono da seringa em favor da prata (fumando em vez de injectar, portanto): “30% dos UDI passaram a consumir por via fumada, enquanto 20% dos UDI introduziram a via fumada, usando as duas vias de administração. A mudança de via de administração pode ter várias explicações. No entanto, aquelas que nos são apresentadas com mais frequência prendem-se com o objectivo de ocultação do consumo (não ter marcas de injeção nos braços) e com fases de diminuição de consumo, muitas vezes com vista à abstinência.” (IN-Ruas, 2010). Vejamos um exemplo:

“O C. já está há mais de um mês a substituir a via injectada pela fumada. Diz que é porque vem aí o Verão e quer andar de t-shirt. Diz que se sente bem e não aumentou muito a dose de consumo. Está com muito melhor aspecto do que há uns meses atrás, quando chegou à equipa. Disse-lhe isso.” (IN-Ruas, diário de campo, 22/04/09)

Mas há o lado atractivo: “chutando”, poupa-se na quantidade, sai portanto mais económico a quem tem muito pouco com que se financiar, e “bate” muito mais – por isso o Barbas usa-o nas datas festivas, como quem toca em algo perigoso que só admite uma excepção de vez em quando.

- “DAR NA PRATA” -

O evitamento das práticas de risco passa pela transmissão de informação rigorosa e correcta. Essa é uma das funções dos redutores de danos das equipas de rua, cujo trabalho tivemos ocasião de presenciar inúmeras vezes:

“O Renato (técnico da equipa de rua) começou a explicar as consequências de partilhar o material de consumo, dizendo que se podia apanhar uma série de doenças. Disse que se podia apanhar a hepatite pelo cano de aspiração. Disse que podiam partilhar a base desde que não partilhassem o tubo, embora não devessem partilhar nada. Eles iam ouvindo com atenção e concordando com o que o Renato dizia. Daí a pouco tempo foram embora.” (diário de campo)

Mas o modo como essa informação é mobilizada nas situações concretas é mediado pelas crenças dos actores:

“Chegámos a casa do Rujo e fomos logo para o quarto dele. Ele começou a organizar as coisas para o consumo: o banco, o isqueiro, as pratas e uma faca para rasgar o pacote. (...) Em relação ao consumo, eles partilharam o mesmo tubo e fumavam a meias, tirando duas a três passas cada um. Quando os questioneei acerca do tubo eles disseram que isso era com pessoas que não se conheciam,

que sabiam que nem um nem outro tinham doenças.” (diário de campo)

“(…) disse «não partilhamos o mesmo material por causa das doenças, eu fumo de um lado ele do outro», disse-lhe que mesmo consumindo assim correm riscos de contrair uma tuberculose, porque o bacilo permanece activo no interior do tubo e ao inalarem os vapores poderão ficar infectados. O A. retorquiu dizendo que tinha conhecimento acerca das doenças todas que poderia contrair, apenas partilhou com o colega porque é de confiança. De facto, demonstra estar minimamente informado acerca da forma de contágio das hepatites, tuberculose, etc. mas não se comporta de acordo com os conhecimentos que possui, actua com base na confiança e na aparência.” (IN-Ruas, diário de campo, 18/01/10)

“A um nível global, a partilha de material para consumo fumado é percepcionada como não comportando grandes riscos, sobretudo quando comparada com a partilha de material de injeção, daí a primeira verificar-se mais que a segunda. Relativamente ao material partilhado, a maioria dos UDF afirma partilhar o tubo, não associando riscos a esta prática.” (IN-Ruas, 2010).

Alguns utilizadores interiorizaram plenamente a mensagem sanitária. O Barbas encontrou um expediente engenhoso para ter o seu próprio tubo de aspiração e não o partilha:

“O Barbas, passado algum tempo, mostrou-nos um tubo para fumar, feito a partir de uma antena de um rádio ou televisão, daquelas telescópicas. Ele cortou uma secção, ficando um tubo com mais ou menos 10 centímetros. Disse que o usava para fumar e que não o partilhava com ninguém, mas que também ninguém gostava de usar um tubo como aquele e explicou porquê.” (diário de campo)

- O “TRAÇO” -

Nem todo o risco é manejável pelo indivíduo, mesmo quando em contacto com as equipas de rua e, por intermédio destas, com outras estruturas de saúde. Uma parte destes riscos encontra-se no próprio produto que adquire no mercado negro, que vem “com traço”, isto é, misturado com substâncias várias no lugar da heroína, de modo a rentabilizar as quantidades para venda. Vai sendo cortado de cada vez que desce nos elos da distribuição, chegando a quem o compra com graus de pureza que não raro raíam o irrisório e que, no limite, nos fariam dizer que o utilizador pensa que “anda na heroína”, mas anda muito menos do que aquilo que pensa... E se há produtos de corte mais ou menos inócuos, há outros de grande perigosidade para a saúde e para a integridade física.

Esta circunstância não é desconhecida do utilizador, mas a desvalorização do risco ligado à precariedade do quadro de vida fá-lo considerar que se trata de algo que não pode contornar e resigna-se a consumir “aquilo”:

“«Os primeiros cacetes davam uma tosca, man!», dizia o Major, referindo-se “ao xamon” (cannabis). «E quando a heroína não tinha muito traço um gajo levava um estaladão, caralho! Agora anda aí com traço holandês, anda a 10 e a 5 por cento».” (diário de campo)

- SER “MAU EXEMPLO” -

Fazer consumo intravenoso em algum espaço público mais ou menos visível é desconfortável para quem se depara com alguém a preparar ou a injectar o produto. Veremos essa reacção na secção sobre a comunidade. Mas é igualmente desconfortável para quem o faz:

“Perguntei ao Speedy Gonzalez se eles iam comprar juntos e se consumiam juntos e ele disse que sim, mas que não partilhavam o material. Disse-me isto com alguma preocupação, como se estivesse a

pensar que eu estava a pensar nisso. Disse: «compramos duas bombas [seringas] novas, é tudo novo». Perguntei onde é que ele costumava consumir e ele disse que em qualquer lado, desde que fosse sossegado e que não fosse à vista de ninguém. Disse ele que tinham de respeitar as pessoas. Disse que costumavam ir muito para trás de uma creche que ali havia, mas «nunca à frente de crianças, isso é que não podia acontecer».” (diário de campo)

Porque o risco é também o de “ser mau exemplo”, o de expor os mais novos a práticas que os próprios envolvidos não recomendam...

- A REDUÇÃO DE RISCOS E MINIMIZAÇÃO DE DANOS -

“Trabalhei com o L. formas correctas de consumo. Ele já não possui acessos venosos para via injectada e por isso consome por via fumada. Aproveitei o facto de estarem presentes outros picadores para explicar a forma correcta de consumir de forma a não acontecer o mesmo que ao L.” (IN-Ruas, diário de campo, 20/04/09)

As práticas de consumo nas condições que temos vindo a descrever representam um duplo risco: para a saúde pública, manifestando-se na propagação de doenças infecciosas, de que avultam as hepatites, a tuberculose e o VIH; para os utilizadores, com as consequências que passámos em revista até agora. A intervenção nas práticas de risco é, portanto, necessária e fundamental. Em Guimarães, desde o verão de 2008, a equipa IN-Ruas tem vindo a assegurar uma resposta neste âmbito, realizando trabalho de proximidade nos contextos e com utilizadores que são também os que temos vindo a descrever ao longo deste texto. Deixaremos um breve apontamento da sua actividade, aprofundando deste modo a análise das práticas de risco.

A troca de seringas é, a par da substituição opiácea com metadona, talvez a estratégia de redução de riscos que mais se popularizou junto do grande público. A sua

eficácia no controle epidémico de doenças infecciosas e na redução de problemas sócio-sanitários é baseada na evidência dos resultados e está hoje avaliada internacionalmente.

“Tinha acabado de injectar. Dissemos-lhe o que fazíamos e por que estávamos ali. Queria seringas mas não tinha para troca (injecta e deixa-as por ali, como outros fazem, porque aquele local está cheio de material de consumo). Pedimos-lhe para ir buscar a que tinha acabado de usar e ele trouxe mais. Fizemos a troca.” (IN-Ruas, diário de campo, 21/11/08)

“O túnel não tem condições de salubridade, as seringas que estão no chão constituem perigo, tanto para os consumidores como para a restante população.” (IN-Ruas, diário de campo, 28/11/08)

Mas a troca de seringas não se resume ao acto de trocar uma seringa usada por um kit de injeção novo: o momento é aproveitado para o estabelecimento de relação, e da sua continuidade resulta muitas vezes o encaminhamento para cuidados de saúde mais estruturados e/ou para respostas sociais vocacionadas para intervir no quadro de vida problemático do sujeito:

“O C. continua a queixar-se muito, com grande sofrimento. Diz que acorda com ideias suicidas. Suplica-nos apoio – quer ser internado, ocupar-se, aceita internar-se na psiquiatria. Disse que o íamos ajudar. Ficou combinado que ía esta semana ao Centro de Saúde falar com o médico de família. Garantiu que sim.” (IN-Ruas, diário de campo)

“O M. já não aparecia há cerca de duas semanas. Perguntámos-lhe como estava a situação do emprego que havia de ter começado há 15 dias, no âmbito do programa Vida-Emprego. Contou-nos que não foi porque seleccionaram um indivíduo que estava abstinente há 3 meses. Perante o desânimo da oportunidade que deixara escapar, o M. deixou de ir ao CRI, deixou de tomar metadona há uma semana e conta-nos que deixou descambar os consumos (que

andava a gerir bastante bem para conseguir o trabalho). Procurei normalizar a recaída, e motivei-o a retomar o processo de gestão de consumos para poder agarrar uma próxima oportunidade.” (IN-Ruas, diário de campo)

Trabalham-se também aspectos ligados às formas de consumo, de modo a minorar o seu risco para o indivíduo, que se traduzirá a prazo em problemas físicos de alguma gravidade:

“Alguns dos utentes estavam com dúvidas sobre potenciais doenças provocadas pelo uso de drogas. Expliquei-lhes as doenças recorrentes do consumo excessivo de drogas e práticas de consumo inadequadas. Os utentes apresentam alguns conhecimentos sobre as doenças, mas poucos conhecimentos sobre as formas de as prevenir. Aproveitei cerca de doze utentes para fazer uma palestra geral sobre as doenças recorrentes dos consumos por via injectada e fumada. Os utentes foram receptivos e pareceram interessados no assunto, embora muitas das vezes o interesse deles seja apenas momentâneo e ainda não seja suficiente para corrigir os seus hábitos de vida. É muito complicado alterar comportamentos em alguns utentes, principalmente aqueles que há décadas a consomem de forma errada” (IN-Ruas, diário de campo, 08/04/09)

“O J. cumpriu e trouxe as seringas que devia, cerca de 8. “o enfermeiro” é muito pontual e assíduo e ouve a equipa. Não foi ainda possível discernir se o J. pica de forma adequada e em segurança os outros utentes. É preciso tempo para educar e ganhar a confiança dos utentes.” (IN-Ruas, diário de campo, 12/12/08)

“Enfermeiro” é o termo de gíria para designar utilizadores intravenosos que, a pedido de outros, os injectam, resolvendo-lhes assim o problema da inabilidade para “picar” ou a dificuldade de o fazer quando se está trémulo da ressaca ou quando as veias,

devido às constantes agressões da picada, estão muito recolhidas, dificultando a sua localização.

É o trabalho diário junto destes actores que vai conseguindo alterar práticas e aproximar muitos indivíduos da rede de cuidados:

“Ficou satisfeito com a consulta que lhe marcámos no centro de saúde já na próxima 6ª feira e convencemo-lo a aproveitar a consulta para tratar de todas as questões pendentes com a médica – análises, vacinas, tratamentos... É um utente que tem mostrado uma evolução fantástica, quer na relação com a equipa, quer no autocuidado, questões que podemos considerar não serem totalmente independentes.” (IN-Ruas, diário de campo, 03/08/09)

Ao longo dos dois primeiros anos de actividade, 214 utilizadores de drogas tornaram-se utentes da equipa de rua, num universo de 245 indivíduos. O trabalho dos redutores de danos relativamente às formas de consumo traduziu-se numa clara diminuição do risco que lhes está associado: 30% dos UDI passaram a consumir por via fumada, enquanto 20% introduziram a via fumada, usando as duas vias de administração; 76% dos encaminhamentos solicitados pelos utentes para terem acesso a serviços além dos da redução de riscos e minimização de danos foram efectivados.

O S., o T., o A. e o P. são quatro exemplos do trabalho de ligação:

“O S., para além da troca que efectuou, pediu-nos apoio no que respeita a possíveis tratamentos: «quero-me tratar, isto não é vida». Tomou a decisão de ir ao “CAT” sexta-feira. A equipa mostrou-se disponível para o acompanhar.” (IN-Ruas, diário de campo, 26/11/08)

“O T. disse que ouvira falar numa comunidade terapêutica (CT) «qualquer coisa Pedra» e pediu-nos para arranjar informações. Acha que a solução para ele é ir para uma CT. Chamei-lhe a atenção

para o facto de o encaminhamento para a CT ter de ser feito através do CRI e que era bom voltar.” (IN-Ruas, diário de campo, 02/02/09)

“O A. disse que precisava falar comigo: «Preciso da sua ajuda». Sente que está definitivamente na altura de sair de Guimarães e tratar-se. Quer ir para a Comunidade Terapêutica de Meilão (Maia), pois ouviu dizer que pode ir a tomar metadona e fazer lá o desmame. Tem tentado consulta com o terapeuta do CRI, mas sem sucesso. Pede-me para fazer os possíveis para acelerar o processo de atendimento no CRI e para recolher informações sobre a CT e processo de admissão.” (IN-Ruas, diário de campo, 19/08/09)

“O P. disse-me que estava a tratar da sua vida, que ia tentar reaver o cartão do cidadão o mais depressa possível e que depois iria ao CAT marcar uma consulta, «isto não é vida, um gajo novo como eu não pode andar assim (...)».” (IN-Ruas, diário de campo, 11/08/10)

O trabalho de encaminhamento para cuidados de saúde e/ou programas de tratamento da dependência pode ser o princípio dum percurso que conduza a um abandono da “vida do andamento”. Mas este percurso não tem nada de linear, é sinuoso e descontínuo. É justamente a tentativa de “sair da droga” o tema que analisaremos na secção seguinte.

6.6. TRATAMENTOS E RECAÍDAS

“Perguntei a brincar ao Zé Motas se ele não estava bem por causa do frio e ele disse, rindo-se, que não era o frio, que não estava muito bem porque queria mudar a situação de vida dele.

Começou a falar num jeito de quem sabe as respostas todas e disse, referindo-se aos consumidores e a ele próprio, que não tinham ajudas nenhuma, a não ser aquela como a que a equipa de rua estava

a fazer. Disse que já tinha feito muitas desintoxicações, mais de 30, mas que depois de ficar limpo não conseguiu arranjar emprego, o estado não o apoiava, ficava em casa sem fazer nada e acabava por ir para a rua ter com as pessoas que conhecia, que eram as do mundo da droga e acabava por recair. Disse que sem dinheiro e sem nada para fazer, voltar a entrar na droga sempre dava para se meter numas aventuras e ganhar algum.” (diário de campo)

Os psicólogos da teoria comportamentalista diriam que o que mantém o hábito do consumo de drogas é o mecanismo de reforço negativo: a emissão duma resposta que evita ou interrompe consequências negativas aumenta a probabilidade desta resposta ocorrer de novo. Ou seja, se ao consumir pó evito a síndrome de abstinência, este evitamento é um reforço que aumenta a probabilidade de voltar a consumir sempre que sinta que a abstinência se aproxima. O reforço negativo interrompe ou evita o estímulo desagradável.

Se juntarmos este mecanismo comportamental, que é geral na conduta animal, com o mecanismo fisiológico responsável pelos sintomas da abstinência num organismo que se tornou dependente dum químico, temos os elementos necessários para entender a repetitividade do comportamento dos adictos. Tratar alguém tem de começar por provocar mudanças tanto no mecanismo comportamental como no fisiológico – questão técnica que nos levaria longe e foge aos objectivos do presente trabalho. Diremos aqui que não se trata duma tarefa nada simples, como o comprovam os nossos sujeitos. Com efeito, a maioria deles passou já por um ou por vários tratamentos, mas recaiu e retomou a “vida do andamento”. E, regressados ao estilo *junkie*, andam no CAT mas vão à carrinha da equipa de rua, andam na metadona mas vão à heroína, reproduzindo na relação com as diferentes modalidades interventivas o estilo errático que o “andamento” parece instalar neles.

Em suma, podemos caracterizar a relação dos nossos sujeitos com o sistema de tratamento como marcada por uma sucessão de encontros e desencontros: o consumidor problemático mantém com o tratamento uma relação tangencial. E os percursos individuais apresentam tantas diferenças entre eles que se torna difícil extrair regularidades, para além da que mostra que passar pelo tratamento e recair parece fazer

parte da carreira junkie e da referida tangencialidade no (des)encontro entre ele e a instância terapêutica. Sintetizemos em algumas alíneas os aspectos mais relevantes que os dados evidenciaram a este respeito:

- A escolha do tipo de instituição ou de método terapêutico é tão variada como as respostas existentes no campo interventivo das drogas. Desde a desintoxicação a frio na Remar em Espanha até à longa estadia no Projecto Homem ou na Casa Leme, passando pela desintoxicação e o acompanhamento nas unidades terapêuticas de vários CRI, até à desintoxicação no domicílio “fechando-se lá com umas pastilhas e a ajuda da mãe”. Mesmo a passagem pela prisão, comum na nossa “amostra”, funcionou nalguns casos como uma desintoxicação forçada.
- A variabilidade geográfica dos locais onde se realizou tratamento é grande, incluindo Alemanha ou Espanha, Algarve, Lisboa, Porto, Braga ou, claro, Guimarães. Um dado algo inesperado: passando por várias instituições com resultados tão pouco duradouros, seria de esperar que se referissem negativamente a elas. Mas esta não foi a tónica, encontrámos mesmo alguns sujeitos que nos referiram ter-se tratado duma experiência muito boa, um momento significativo das suas vidas.
- Cada sujeito passou, em regra, por vários tratamentos. Podem ser dois, três, meia dúzia, ou, como nos dizia o Zé Motas na passagem do diário com que abrimos esta secção, “sei lá, mais de trinta...”. A recaída é portanto uma experiência generalizada, não sendo possível responder a perguntas do tipo “ao fim de quanto tempo é comum recair?”. A resposta seria, na nossa “amostra”, qualquer período de tempo situado entre a semana a seguir ao tratamento e os dez anos! Num mesmo indivíduo uma recaída pode ter ocorrido ao fim duma semana ou de seis meses, parecendo obedecer apenas ao aleatório dum encontro em que a heroína lhe apareceu diante, sem premeditação, tornando o momento irresistível e os dias seguintes os da evidência de que “se está outra vez enterrado”. A intensa memória que o opiáceo deixou gravada torna o reencontro com este uma espécie de fatalidade a que não se pode fugir.
- Quando o percurso habitual é este, acontece também aquilo que encontrámos no terreno: acaba-se num regime de manutenção com metadona. Ele não significa

necessariamente ter abandonado os consumos de heroína, muito menos os de base de coca. A metadona é um “andar” e “não andar” na droga, uma forma de se dizer que se está a fazer alguma coisa por si sem ter de abdicar do estilo de vida que já se rotinou desde há muito. E também aqui nos aparece uma enorme variabilidade: vimos o Pibe no seu segundo dia de metadona à conversa com o Major, que lhe dava conselhos para esta nova fase falando com a autoridade de quem já leva doze anos na “meta”, depois de se ter iniciado na heroína aos 13 anos.

- “QUE RAIÓ DE VENENO QUE BOTARAM AO MUNDO!” -
(Rujo)

“O ADM pergunta se podia puxar uma cadeira para se sentar na nossa mesa. Disse que como agora já estava melhor e como eu sabia que ele tinha tido aquele problema, referindo-se à toxicodependência, quando veio da tropa, que me vinha perguntar o que é que eu o aconselhava a fazer, uma vez que era psicólogo. Eu disse-lhe que não era psicólogo e ele, espantado, pergunta-me o que é que eu era então. Eu disse-lhe que a minha área era a sociologia. Ele então pergunta o que é que havia de fazer: «Olha, o que é que eu faço agora, o que é que me aconselhas? Fico em casa sem fazer nada e sem sair, sento-me num banco no parque, vou para o café ler o jornal, arranjo um trabalho, vou para fora daqui, para longe, o que é que eu faço agora?».” (diário de campo)

O cansaço vai tomando conta do indivíduo, à medida que a dependência lhe exige os consumos e estes obrigam a rotinas rígidas e a um grande desgaste de energia, primeiro para conseguir ocultá-los aos mais próximos, depois para arcar com a etiqueta de “drogado” e ter de gerir complicadas relações próprias à “vida nas drogas”. E é muito mais difícil de suportar o cansaço quando o suporte social vai diminuindo, à medida que se degradam ou se perdem relações na família, no trabalho, nos amigos “fora das drogas”. É por isso muitas vezes ele o impulsionador da decisão da mudança: iniciar programa de

metadona, dirigir-se a um centro de tratamento, fazer uma desintoxicação, ir a uma comunidade terapêutica onde algum conhecido já esteve.

A necessidade do tratamento aparece quando o indivíduo consciencializou plenamente o seu estado de dependência. Esta consciência pode ter uma dimensão física, pode passar pela vivência da sua corporalidade, quando se começa a tornar claro que “aquela vida” atingiu já o corpo:

“Nisto o ADM estava no topo da rua do Manel, fui ter com ele e cumprimentámo-nos. Perguntei se estava tudo bem e ele disse que sim. Disse que ia fazer um tratamento para a semana, para o CAT de Cedofeita, no Porto. Disse que tinha de ser, que estava a ficar muito magro e que não estava a gostar nada de se ver. Perguntei se ele estava com força para avançar mesmo e ele disse que sim, voltou a falar na questão do peso e depois disse: «Ó pá, já sei que não é para sempre, mas pelo menos ando meio anito para recuperar... e depois também quero começar a treinar e ganhar corpo outra vez, quero construir uma vida diferente... Eu tenho um DVD e uma televisão no quarto e tenho cenas, mas quero comprar um carro, um BM 320, e quero ter 5000 euros na conta, e assim não dá.» Disse que queria arranjar um trabalho e também queria ter uma família dele. Acrescentou que aquilo não era vida, andar ali a chatear-se por causa de uns trocos, e ao dizer isto olhou para a zona do Manel.” (diário de campo)

Nos nossos sujeitos a convicção de que tinham de se tratar era a situação mais comum, numa de três modalidades: ou aguardavam ingressar num primeiro tratamento, ou tinham recaído do último que haviam feito e retomavam os consumos com grande intensidade, ou falavam já de novo em ter de se tratar “um dia destes”. Que é o cansaço que impele a decisão está bem ilustrado no relato do ADM, quando diz que “nem que seja só meio anito para recuperar”. Para recuperar a dimensão física que já está em perda – depois, talvez o apelo da heroína volte a ser mais forte...

O *junkie* é, pois, o indivíduo que falha a gestão dos consumos e entra em falência dos auto-controles:

“Estávamos a falar sobre os consumos e ele disse que há uns tempos consumia mais duas doses do que agora, que tinha conseguido reduzir porque tinha ficado doente de cama e quando por fim se levantou já se tinha desabituaado da dosagem habitual. Agora conseguia manter um consumo de 4 doses diárias. Eu perguntei-lhe então se ele não conseguiria reduzir mais uma dose, e fumar apenas 3 em vez de 4. Ele disse que era difícil, porque o corpo pedia mais para não ressacar. Eu propus-lhe então ele a cada pacote retirar um pouco de “pó” todas as vezes para o lado e que a certa altura já tinha economizado e reduzido alguma coisa, e que se ele fosse fazendo isso gradualmente ia reduzindo. Ele disse que eu estava a falar bem, mas perguntou onde é que guardava o pó que ia pondo de lado. Eu respondi-lhe que ele o podia por num recipiente e guardar em casa. Ele disse que aí é que estava o problema, porque ele a saber que tinha ali uma quantidade de “pó”, não ia conseguir dormir, ia estar sempre a pensar naquilo. Disse que sabendo que o tinha que não conseguia resistir.” (diário de campo)

Esta passagem do diário revela bem a dimensão psicológica da dependência, marcada pela irresistibilidade, pela incapacidade de fazer prevalecer a vontade sobre o desejo. Quando este consegue ser submetido àquela, o utilizador pode gerir os consumos de forma a nunca escalar para uma relação em que o produto lhe dita a sua lei – estamos nesse caso perante utilizadores auto-controlados, que alguns trabalhos têm descrito, contrariando com a evidência empírica a ideia comum de que o consumidor de opiáceos se torna invariavelmente toxicodependente. Mas, na generalidade dos actores com quem tivemos contacto ao longo do trabalho de campo, o regime de utilização auto-controlada não nos apareceu.

Mas, mesmo assim, é necessário introduzir mais um elemento acerca desta falência dos auto-controles: a relação entre heroína ou cocaína e dinheiro. Elas são duas faces duma mesma moeda, dinheiro é (comprar) droga, (vender) droga é dinheiro. Ora,

como veremos no capítulo seguinte, a actividade de arrumar automóveis funciona como um regularizador, tanto ao nível da organização do tempo na jornada diária, como ao nível duma expectativa razoável de que se conseguirá o dinheiro suficiente para afastar a ressaca. De modo que o adicto que é também arrumador consegue estabilizar a sua relação com as drogas, podendo falar-se no seu caso dum razoável nível de gestão dos consumos.

No discurso clínico a falência dos auto-controles é lida como compulsividade da conduta; por sua vez, a dificuldade de parar o consumo é lida como perturbação da esfera motivacional; se juntarmos a isto o conjunto dos sintomas físicos e psicológicos que configuram a síndrome de abstinência, temos reunidos os elementos que conduzem as autoridades da psicopatologia a incluir a “dependência de substâncias” na lista das doenças mentais. Mas este novo “doente mental” conforma-se mal ao estatuto que os especialistas lhe deram:

“Depois o Zé disse que a Anita era assim, que já o andava a incomodar pois via-o na rua e começava a berrar perguntando se ele tinha visto fulano e cicrano. E que ele podia estar com alguém e ficar mal, tipo a namorada ver com que companhias é que ele andava. Fez-se ali uma piada em torno dessa situação, em que o Romeu, simulando o discurso da namorada, declarou: «ó mor, tu enganaste-me, tu afinal és doutor, porque só conheces doentes!».” (diário de campo)

Vejamos outro excerto bem ilustrativo:

“Depois não percebo como começou, mas o Abel diz que isto, referindo-se à toxicodependência, é uma doença e que eles andam doentes. Eu aproveito a deixa e pergunto-lhe por que diz ele que é uma doença. Ele responde que é o que os médicos dizem, e que foi o que lhe disseram a ele. Depois diz que há umas pessoas que andam anos na droga e que conseguem sair, e outras que não. Diz que qualquer toxicodependente tem algum problema e que é por isso que

continua toxicodependente. Diz que a droga é um refúgio e que toda a gente tem refúgios.” (diário de campo)

A leitura da toxicodependência enquanto doença não é espontânea, não surge com facilidade nem para o senso comum nem para muitos utilizadores de drogas. A progressiva influência do modelo medico-psicológico nas representações sociais do “drogado” vai sendo assimilada pelos próprios, mas sempre num registo em que essa “doença” é uma consequência de se ter problemas e ao mesmo tempo um refúgio para eles. Estranha doença, que em vez de causar problemas, como acontece nas doenças vulgares, é consequência deles, insólita entidade mórbida que em vez de pedir um refúgio é ela própria o refúgio!

- “DROGADOS? PUTA QUE OS PARIU!” -
(Zé Motas)

Voltar para a rua – porque o quadro de vida não se alterou pelo facto de se fazer uma desintoxicação – é o mais provável. E estar na rua é expor-se à possibilidade de recair:

“Disse o Zé Motas que recair era muito fácil. Aparece sempre alguém que o convida para ir tirar uns fumos e a pessoa, para «Preencher o vazio, vai. Quando ficamos sem a droga fica um vazio muito grande!».”

“O Meirins disse que já tinha sido consumidor, que tinha consumido alguns anos, e que antes de começar outra vez esteve 8 anos sem consumir. Eu perguntei então porquê e como é que ele tinha voltado ao mesmo. Ele disse que era muito simples. Esteve na cadeia, foi lá que deixou de consumir. E quando saiu, há cerca de 5 meses atrás, não conseguia arranjar trabalho e a solução que arranjou foi traficar. Apanhou-se com ela e consumiu num dia, depois num outro e assim foi”. (diário de campo)

Vejamos agora uma teoria espontânea que circula desde há muito no meio *drug*, e que vimos também a circular em Guimarães: as autoridades não “resolvem o problema” porque não querem, o Estado podia fazer muito mais pela situação dos toxicodependentes do que o que faz:

“Já o tinha ouvido uma vez a falar sobre a questão do Estado e o poder político não quererem acabar com a droga e neste momento voltou a dizer isso. Falou também no RSI, que o Estado estava a dar esse dinheiro para a droga, porque o que é que se podia fazer com cento e poucos euros? Disse ele que o estado devia garantir uma profissão, em vez do RSI onde são gastos milhões do orçamento, ao sujeito que fizesse uma desintoxicação e quisesse endireitar a vida. Disse ele que o Estado se quisesse podia fazer acordos com grandes empresas e empregar este tipo de pessoas. O Zé Motas disse ainda que a base para um toxicodependente se recuperar é um emprego, para que ele comece a frequentar outros espaços e experienciar outras relações.” (diário de campo)

A opinião do Zé Motas acerca do papel do emprego no afastamento da “vida da droga” é também partilhada por muitos actores:

“Actualmente estava à procura de emprego e já tinha ido a muitas fábricas e empresas, mas que não o empregavam. Disse que Guimarães e arredores era um sítio pequeno e que o começavam a conhecer e que não empregavam drogados. Disse ele: «As pessoas pensam, drogados? Puta que os pariu! É mesmo assim, drogados puta que os pariu!». Disse que se arranjasse emprego, que saía de manhã e só chegava à noite, e depois à noite não saía de casa. E que assim nem pensava na droga.” (diário de campo)

A consciência do estigma que representa ser-se toxicodependente está muito presente, e é sentida como um factor inibidor das possibilidades de “mudar a vida” – dito

doutro modo, a reintegração está condicionada, nas crenças dos próprios, pelo estigma que o olhar da sociedade dominante lança ao “drogado”. No capítulo que analisa as entrevistas realizadas na comunidade voltaremos a este tema.

CAPÍTULO 7

SER ARRUMADOR

No capítulo 3 introduzimos já a importância que a figura do arrumador de automóveis acabaria por ir ganhando, à medida que o trabalho de campo decorria. É agora altura de pormenorizarmos esta figura, procurando uma compreensão da sua presença nos espaços de rua que nos leve para além das evidências de senso comum. Quando nos chegamos perto, o que constatamos sobre este actor que se tornou presença diária em várias das nossas cidades? Que trajectória o trouxe até à rua? Que faz, em que consiste a sua actividade? Como se relaciona com o automobilista e com os comerciantes das imediações do seu “parque”? Quanto rende a actividade? Que faz ao dinheiro que vai recolhendo? E como reagem à sua presença constante os que têm de interagir com ele?

Não era nossa intenção inicial tomarmos o arrumador de automóveis como objecto de pesquisa. Fomos conduzidos até ele pela fidelidade a um dos princípios da investigação etnográfica: não impor ao objecto de estudo uma delimitação prévia. Estar, ao invés, preparados para nos adaptarmos às suas peculiaridades, seguir-lhe a pista, ir para onde ele nos for levando. E o que este princípio ditou foi que, começando a relacionar-nos com indivíduos que utilizavam a rua como local de compra e consumo da sua droga preferida, acabámos por ir dar aos “parques”: os lugares onde alguns deles passam uma grande parte da jornada a angariar dinheiro para poder comprar a substância a que estão adictos.

Num olhar superficial, no comentário do senso comum, o arrumador é um indivíduo em errância, uma espécie de herdeiro actual da velha figura do vadio. Quando nos acercamos, porém, assemelha-se mais a uma figura do trabalho informal. O vadio está longamente inscrito na história das sociedades que consagraram o trabalho como a sua moral dominante, algo que foi ocorrendo com muito maior intensidade a partir da revolução industrial. Em Portugal, o século XIX é o século do “vadio”, do “vagabundo”, do “ocioso”, do “pária” – o outro lado da moeda do operariado industrial, constituído

sobretudo na segunda metade desse século a partir da migração maciça do campo para a grande cidade.

O código penal de 1886 define-o assim: “Aquele que não tem domicílio certo em que habite, nem meios de subsistência, nem exercita habitualmente alguma profissão, ou ofício, ou outro mester em que ganhe sua vida, não provando necessidade de força maior que o justifique de se achar nestas circunstâncias (...)” (*cit. in* Fatela, 1989). Em comum com o vadio, o arrumador tem também a circunstância de ser uma das vítimas da profunda transformação em curso, a que já nos habituámos a chamar globalização e cujos efeitos nos mais variados sectores da vida vão sendo descobertos sucessivamente. Esta transformação tem vindo a produzir novas desinserções, novas errâncias e novas marginalidades. A diferença em relação àquela época é que estas não são constituídas por aqueles que a lógica do trabalho deixou de lado, mas resultam da degradação deste nos países do capitalismo avançado (deslocalizações maciças, desregulação laboral, exploração de migrantes clandestinos, trabalho temporário, recrutamento ao dia, degradação salarial, desemprego...).

O desempregado de longa duração não é hoje aquele que não se integrou na ordem da sociedade industrial, é o que vai sendo aos poucos vítima da desintegração do antigo mundo operário, da sua fragmentação, da subproletarização, que torna a relação entre as franjas populacionais mais expostas a estes processos e o trabalho cada vez mais improvável. Com efeito, é nestas franjas que se faz sentir com mais acuidade o desemprego de longa duração, que parece estar a tornar-se estrutural e, portanto, parcialmente irreversível – daí expressões como “inempregáveis”, “força de trabalho inútil”, etc. com que alguns especialistas se referem à improvável inserção profissional numa grande quantidade de indivíduos empurrados para a periferia do sistema laboral¹⁷.

Demos já conta, no capítulo 5, das trajectórias dos consumidores problemáticos de drogas sobre os quais se debruça este trabalho. Sublinhemos agora como trazem a marca, ao nível individual, do processo a que acabamos de aludir: são a contracção em pessoas concretas de mecanismos macro-estruturais que operam muito longe das suas vidas, mas que as afectam profundamente. E são um exemplo, do ponto de vista sociológico, de

¹⁷ A profunda alteração da estrutura do trabalho e do seu papel económico, social, afectivo e no plano dos valores está hoje amplamente analisada. Alguns autores têm feito a ligação deste processo com os actores e os fenómenos que recobrimos com a etiqueta “exclusão social”. Salientamos, a este respeito, as análises de Robert Castel e de Loïc Wacquant.

como os níveis macro e micro se ligam, e de como é difícil operar mudanças no nível micro quando nada se altera no macro. Mas o paralelo entre o consumidor problemático/arrumador e o vadio pára aqui. De facto, o que o arrumador faz assemelha-se mais ao trabalho do que àquilo que fazia o vadio – não fazia nada, definia-se pelo apego à ociosidade.

7.1. ARRUMAR CARROS COMO ACTIVIDADE DO TRABALHO INFORMAL

“Esta preocupação com o bem-estar dos clientes, com a adopção duma atitude agradável que conquiste a confiança dos automobilistas, é um dos princípios mais respeitados pelos arrumadores com mais anos de carreira. Vêem-se como profissionais que prezam a sua actividade e que procuram, de facto, prestar um serviço que consideram útil.” Escrevíamos estas linhas há alguns anos, a propósito dos indivíduos, maioritariamente toxicodependentes, que arrumavam carros no Porto (Fernandes e Pinto, 2004). Arrumar carros é um trabalho? José Machado Pais, numa das raras investigações que deram ao arrumador estatuto de objecto científico, diz-nos que “Entre estes sujeitos existe uma *consciência de grupo*, um *agir colectivo* que se rege por um *saber próprio* e por uma *ética de trabalho* baseada no brio profissional, pelo que a preocupação expressa por alguns em respeitar os locais *pertencentes* a cada um e manter o seu território “limpo” é disso exemplo.” (Machado Pais, 2001).

Também nós verificámos que os arrumadores com presença assídua nas ruas do centro de Guimarães se auto-percepcionavam como estando a prestar um serviço ao automobilista, comportando-se como quem executa um trabalho. Já não parece tão claro poder afirmar que o automobilista o percepcione como um trabalhador, a avaliar pela quantidade dos que não “pagavam” o serviço...

O arrumador inscreve assim a sua presença numa espécie de trabalho informal, à semelhança do que acontece com outras actividades que, a despeito de serem olhadas como desviantes, marginais ou mesmo criminais, correspondem a verdadeiras ocupações, centrais na estruturação de modos de vida. Dê-se o exemplo da prostituição de rua, revelada na sua dimensão de actividade comercial, definindo a prostituta como

trabalhadora sexual (cf., para o contexto do Porto, a etnografia conduzida por Alexandra Oliveira, 2008); dê-se ainda o exemplo da venda ambulante levada a cabo por ciganos, estudada por Daniel Seabra em Lisboa (2008). O facto de, no caso dos arrumadores, ser um serviço que não foi solicitado pelo cliente não lhe retira, pelo menos aos olhos de quem o realiza, o carácter de trabalho – também aqui à semelhança doutros, como as vendas por telefone ou porta-a-porta, muitas vezes de resto correspondendo a actividades do trabalho reconhecido e formal.

Não é este o lugar para aprofundarmos o conceito de trabalho informal. Mesmo assim, dada a centralidade que o arrumar carros desempenha enquanto actividade estruturadora da vida do indivíduo e, digamos, remunerada, vale a pena situar o conceito. Que o trabalho acabou por ocupar um lugar absolutamente fulcral à medida que a Modernidade avançou é algo que, pela exaustividade das análises que o demonstram, dispensa mais argumentação. E que as profundas mutações a que ele está sujeito na contemporaneidade estão a ter amplos reflexos nos equilíbrios sociais constitui um campo de análise de grande importância. Ora, o arrumador é disto um objecto-analisador: quase sempre um desempregado de longa duração, não perdeu o emprego duma vez. Foi, sim, resvalando nas posições que eram mais ou menos estáveis há umas décadas e que correspondiam a trabalhos pouco qualificados mas enquadrados na categoria social do operariado, sendo o produto da desagregação desta categoria nas sociedades pós-industriais. O mundo laboral a que pertencia ou foi desaparecendo como consequência da automação e da deslocalização ou foi-se tornando instável, a sua baixa escolaridade constitui uma desvantagem muito maior do que há poucas décadas, saltar de ocupação em ocupação tornou-se comum, ficar sem trabalho também. A consequência foi a pauperização, e as tentativas de saída passaram pela emigração, pelo desempenho de tarefas em economias subterrâneas como a do mercado de retalho de drogas ilegais. Estas expectativas de saída para a situação pessoal de grande vulnerabilidade revelaram-se com frequência apenas mais uma etapa no desenraizamento e na precarização.

Conseguir angariar o mínimo através dum empreendedorismo de margem correspondeu, no caso dos arrumadores, a uma reentrada no circuito da cidade. E é provavelmente por isso que se torna importante, visto a partir do seu próprio ponto de vista, considerar que se está a realizar uma actividade, algo parecido com um trabalho. É o que mostra o terreno, quando analisamos em pormenor aquilo que fazem e como o

fazem dia após dia no seu “parque”. São, a nosso ver, uma figura emergente do trabalho informal. No quadro da actual desregulação, o trabalho informal começa a aparecer como uma categoria importante. Manuela Ivone Cunha situa o conceito de economia informal como tendo sido avançado há cerca de duas décadas “para qualificar (...) os rendimentos instáveis provenientes de actividades económicas fora do alcance regulamentar do Estado. Porém (...) convém precisar que Hart (o autor que propôs o conceito) se referia não a um sector definido de antemão e separável de outros, mas a fontes ou oportunidades de rendimento (...)”. Desde então, “a noção de informalidade tem sido profusamente utilizada em várias disciplinas (a sociologia, a antropologia, a economia, a geografia, a ciência política...)”. (Cunha, 2006).

À luz do que o trabalho de campo nos revelou, propomos o arrumador como figura emergente do trabalho informal. Para além da ausência de regulação das actividades económicas pelo estado, a ausência duma lógica de mercado e/ou a ausência de legalidade seriam ainda características do trabalho informal, segundo a mesma autora. Uma multiplicidade de modalidades, portanto, fora do mercado. Inscritas aonde, então? Na reciprocidade, parece-nos. Veremos adiante como a relação com o automobilista pode revestir esta forma ancestral na troca económica e social; e reciprocidade com outros arrumadores que querem extrair vantagens do mesmo território que representa.

Um recurso de sobrevivência – veremos também adiante. O que o arrumador evidencia, aplicando os termos de Manuela Ivone Cunha, é “um encastramento particular do económico nas relações sociais”. Cheguemo-nos de novo à focagem de perto – vejamos os arrumadores do centro de Guimarães.

- TRABALHAR NUM “PARQUE” -

“Pedi um éclair e, ao pagar, perguntei à funcionária se ela tinha visto hoje o arrumador de carros que costuma estar ali. Ela disse que não e que ainda era cedo para ele, que deveria vir por volta das três e meia.” (diário de campo)

A presença continuada dos arrumadores tornou-os familiares. As empregadas da confeitaria sabem a que horas “entra” o Manel. Porque trabalhar num “parque” tem bastantes parecenças com trabalhar noutra sítio qualquer do trabalho formal: atenção à tarefa (há alguma vaga para procurar o automobilista que quer parar?), competências relacionais (interagir com o automobilista), fornecimento do serviço (por exemplo ir à máquina, trazer o ticket, receber a moeda). De manhã, no mesmo parque, está o Pibe. Horas certas para chegar, tal como o Manel de tarde – não há relógio de ponto, mas há o relógio biológico da ressaca, que é férrea a exigir pontualidade.

A máquina, nas economias formais, revelou-se devastadora dos postos de trabalho. Aqui, tanto pode ser aliada (dá mais rendimento arrumar em zona de parquímetros) como concorrente:

“O automobilista retirou o ticket e veio pô-lo dentro do carro. Parecia não ter intenções de dar nada ao Manel e este pergunta se ele não tem uma moeda. O Homem disse-lhe que não tem, que ia levantar e depois quando viesse que lhe dava. Quando se afastou de nós, o Manel disse, sorrindo: «Vai levantar! granda grupo, prefere dar dinheiro à puta da máquina em vez de a nós...».” (diário de campo)

O arrumador que tem presença assídua num “parque” – geralmente “o seu parque” – conhece os ritmos dos utentes da zona, podendo assim tirar partido desses ritmos. O Barbas, por exemplo, sabe que à quinta feira o seu “parque” está fraco quase toda a tarde, mas entre as 18.30h e as 19.30h há uma boa movimentação de automóveis que lhe permite, só nessa hora, fazer 6 ou 7 euros – o suficiente para a dose necessária para passar a noite. Ser arrumador implica portanto, a seu modo, um conhecimento do quotidiano da cidade:

“O Barbas disse que aquele sítio não era bom, que do outro lado é que era. Eu disse que do outro lado tinha parquímetros e que pensava que era pior. Ele respondeu que não, que o facto de ter parquímetros ajudava, pois as pessoas davam sempre 50 ou 20 cêntimos para eles tirarem os tickets. Disse que ali em uma ou duas horas se fazia 20 euros à vontade. Perguntei-lhe ainda qual era o dia

que dava mais dinheiro. Ele disse que era o Sábado, porque as pessoas iam todas às compras e então os carros estavam sempre a sair e a entrar.” (diário de campo)

Há porém outros horários bem menos lucrativos. Vimos locais igualmente centrais onde o arrumador que estava de manhã, entre as 8 e as 10h, apenas tinha amealhado dois euros. E quem dá mais moedas? Também aqui os arrumadores têm um saber feito de experiência. Vejamos a “teoria explicativa” do Rujo:

“Depois o Rujo ainda disse que os carros bons não davam nada e que podia aparecer um carro velho e a pessoa dava uma boa moeda. Ele justificou a sua teoria: «As pessoas têm um carro e tudo, mas já o têm há muitos anos, não é, e sabem o que é viver com necessidades e dão uma boa moeda, agora os outros com mais posses não sabem e não dão nada...».” (diário de campo)

A ajuda ao arrumador pode, na interpretação deste, radicar numa espécie de solidariedade saída da experiência directa das dificuldades. Lembramo-nos do que escrevia Padre Américo a propósito da pobreza extrema que se vivia na Ribeira portuense de meados do século passado: *“Ninguém melhor do que o pobre para ajudar o pobre”*.

Arrumar carros tem em comum com outros ofícios obrigar a perseverança e esforço, por vezes em condições severas do “ambiente de trabalho”. Os dias frios e chuvosos são disso exemplo – e há que trabalhar, porque a ressaca não hiberna... Quando o dia está a correr mesmo mal, quando está difícil juntar a quantia para o pacote de heroína ou de base, lança-se por vezes mão da criatividade. Vejamos como é que o Pibe resolveu o problema:

“O dia está a correr mal ao Pibe, os carros não saem, os poucos que chegam não dão moeda. Chega então um, ele vai “metê-lo” e, quando regressa, diz: «já tive que espetar uma mentira», dando a entender que era assim que se ia safando. Disse que tinha dito ao homem que hoje fazia anos e que ainda não tinha comido nada. Disse

ainda que eram mentiras inofensivas e eu acrescentei que era uma estratégia, que ele tentou comover o automobilista para este lhe dar dinheiro. Ele concordou e disse que o senhor lhe tinha dado 2 euros.”
(diário de campo)

A vida na heroína cansa, arrumar carros também, as duas juntas desgastam. “Estou farto desta vida!” é uma frase corrente, “para a semana vou começar um tratamento” também. E no dia seguinte estão no mesmo posto a arrumar os mesmos carros, vão trocar as moedas aos mesmos sítios, correm então a entregar a nota ao *dealer* para obter o pó do alívio imediato. Tanto cansaço pede descanso, Todo o trabalho precisa de férias. Quando é que são as férias dum arrumador? Quando finalmente recolhe a uma comunidade terapêutica, quando é internado para uma desintoxicação. Às vezes, as férias vão passar-se a um estabelecimento prisional, quando finalmente há o desfecho dum processo por tráfico – algo que, como já vimos, não é nada raro na trajetória de muitos. Umas férias em Custódias Palace, como nos dizia há já alguns anos um que aí tinha “descansado” quatro anos...

- UMA QUESTÃO DE ESTILO -

O olhar distraído do habitante citadino achará provavelmente os arrumadores “todos iguais” – como temos tendência a fazer quando reduzimos a um estereótipo um grupo em relação ao qual produzimos distância social e simbólica. Mas, como em qualquer outra ocupação, os arrumadores exibem estilos pessoais ao executá-la. Estes estilos têm relação com a personalidade de cada um. Vejamos o que o etnógrafo anotou quando foi ver o Rujo a trabalhar no seu “parque”:

“Nós estávamos na entrada do parque encostados ao tal carro. E entretanto tive a oportunidade de ver o Rujo trabalhar. Vagou um lugar mesmo ao nosso lado e ainda demorou uns minutos até aparecer um carro que lá estacionasse. Pensei que o Rujo se ia por à entrada do parque ou na rua principal a angariar, como o Manel, mas não, ele

manteve-se ali perto do lugar. Foi um facto que constatei, o Manel é muito mais proactivo do que o Rujo. Este não pressionava nada os condutores, não angariava carros para o lugar, esperando que estes aparecessem, e não corria para os lugares, para ajudar as pessoas a estacionar.” (diário de campo)

“O Rujo estava a arrumar um carro quando cheguei perto dele, e pude vê-lo durante alguns segundos a trabalhar sem que ele me visse. Não notei diferença das vezes em que ele sabia que eu estava ali, pelo que deduzo que o estilo dele é mesmo aquele. É um estilo retraído e calmo, sem causar pressão nos condutores.” (diário de campo)

Também o Barbas, que arruma num “parque” perto do Rujo, apresenta um estilo *low profile*:

“Eu fiquei ali com o Barbas e ele ia “metendo” uns carros e conversando comigo. Fiquei parado e mantinha alguma distância quando ele interagia com os condutores. Tal como o Rujo, ele era bastante comedido, não pressionava os condutores e não era inconveniente.” (diário de campo)

A vida no “parque” é rotineira. Uma das operações de rotina é a troca das inúmeras moedas que se vão acumulando nos bolsos por uma nota, pois é prática corrente os *dealers* não aceitarem moedas quando o arrumador lhes vai comprar a dose. O comércio local é o entreposto em que o arrumador faz a sua troca:

“O balcão do café era cinzento claro e tinha alguns utensílios de trabalho em cima. O Rujo despejou o porta-moedas, espalhando as moedas de forma a que não ficassem sobrepostas. E quando a empregada passou por nós ele tratou-a pelo nome e pediu um café. (...) O Rujo acabou de contar e ficou inquieto. Queria que lhe trocassem logo o dinheiro, pois podia perder o dealer. Olhou várias vezes para as funcionárias que andavam atarefadas com serviço de

outros clientes. Os olhares dele eram como uma súplica para que se despachassem.” (diário de campo)

Outras vezes, o arrumador tenta “enganar-se” nos trocos. Poucos cêntimos têm um grande valor, sobretudo se são os que faltam para perfazer o preço que paga por um pacote de heroína:

“Depois de estacionar, o Manel pediu-lhe uma moeda e o condutor, já fora do carro, disse-lhe que não tinha troco. O Manel disse que lhe trocava, se ele tinha uma nota de 5 euros. O rapaz disse-lhe que só tinha uma nota de 10 euros e o Manel, sorrindo, disse que também lhe trocava. Começou a contar as moedas e deu-lhe uma nota de 5 euros e algumas moedas para mão e já estava a virar costas quando o rapaz o chamou a atenção, olhando para as moedas na palma da mão. O Manel voltou-se e meteu lá mais uma moeda, guardando depois no bolso da camisa a nota de 10 euros. Depois de o rapaz se ter ido embora, antes mesmo de lhe perguntar o que se tinha passado, o Manel disse: «Estava a ver se lhe comia um euro, mas o cabrão reparou e assim só me deu 50 cêntimos!». ” (diário de campo)

Mas, em geral, a relação é cordial e o arrumador tem oportunidade de mostrar as suas competências:

“Quando eu estava a pagar ao balcão, o Manel apareceu lá com uma nota de 5 euros para trocar. Brinquei com ele e disse-lhe que ele estava cheio de dinheiro. Ele disse que não era dele, que era de uma senhora que tinha estacionado o carro. Estava a pedir à funcionária para lhe trocar em moedas de 1 euro, que era para a condutora lhe dar 1 euro. (...) O Manel, a condutora e a filha desta falavam sobre deixar ou não a janela do Mercedes um pouco aberta, pois lá dentro estava um animal numa jaula de plástico que precisava de respirar. A senhora deixou a janela com um friso de ar aberto e o

Manel passou lá os dedos e disse-lhe que não havia problema.”
(diário de campo)

A actividade até poderia tornar-se lucrativa, caso o arrumador conseguisse abandonar os consumos:

“O Barbas comentou acerca do indivíduo que estava naquele momento a “trabalhar” naquele “parque”. Disse que o indivíduo já não consumia, que estava a tomar metadona e que agora aquilo que ele fazia lá era tudo lucro. Que devia fazer uma “pasta do caraças”. Disse o Barbas que o indivíduo lhe terá dito que em breve também ia deixar a metadona, que todos os meses reduzia um pouco quando ia à consulta.” (diário de campo)

No entanto, esta situação não parece ser comum: a metadona não afasta necessariamente o indivíduo dos consumos de heroína, muito menos o afasta dos de base de coca, mantendo-se por isso a necessidade de financiamento para a sua compra. Uma visita ao terreno já depois de termos dado por terminada a observação sistemática mostrou-nos um Rujo à espera de ser chamado para um internamento, em mais uma tentativa de não apenas parar com as drogas como de mudar de vida, desgastado pelo cansaço. E disse que nessa altura poderia então, aí sim, juntar umas moedas e quando lá voltássemos seria ele a pagar um almoço.

Quanto rende esta actividade? Já nos referimos atrás ao assunto, Precisemos um pouco mais:

“Perguntei-lhe como tinha corrido o dia e ele disse que tinha corrido muito bem, que tinha feito 13 euros durante a manhã.” (diário de campo)

Se se começar a actividade cedo, tem-se o dinheiro suficiente para o consumo imediato de heroína ainda antes do meio-dia. À tarde, o ciclo recomeça – porque a ressaca virá pontualmente, e há que lhe impedir a chegada. Mas os ganhos são muito variáveis, dependendo da localização do “parque”, do facto de haver ou não

parquímetros, dos ritmos de certas actividades que trazem gente ao local, das condições meteorológicas – e, claro, das competências do arrumador, embora seja por enquanto inconclusivo sabermos qual dos vários estilos na relação com o automobilista se revela mais rentável.

Vários episódios têm-nos mostrado repetidamente que muitos dos arrumadores evidenciam responsabilidade na execução da tarefa, como se de um trabalho formal se tratasse. Vejamos o episódio em que o etnógrafo tenta obter do Manel uma entrevista sobre a sua trajectória nas drogas:

“Perguntei-lhe se podíamos fazer já a entrevista e ele ficou meio calado. Eu disse-lhe que lhe dava uns 3 euros pelo tempo que ele não ia arrumar carros. Respondeu-me que não era pelo dinheiro, mas sim pelos carros que lá estavam, que podiam apanhar uma multa. Perguntou quanto tempo demorava e eu disse-lhe que eram uns 20 minutos. Pedi então se podíamos esperar um pouco para ele controlar os carros.” (diário de campo)

Do repertório de competências faz também parte a cortesia:

“Perguntei ao Manel como é que ele fazia a abordagem. Ele disse que chegava lá e dizia boa tarde. Num caso como o de agora – tinha acabado de receber moeda dum Mercedes –, ele dizia: «boa tarde doutor». Eu disse-lhe que perguntava aquilo pois havia outros tipos de abordagem em que contavam histórias intermináveis sobre acidentes de percurso e etc. Ele disse que ele era sempre bem educado e que sabia falar, e que quando as pessoas não iam na cantiga dele, que também usava outros métodos para dar a volta. Eu já assisti a esses métodos mais persuasivos por parte do Manel, enrola a conversa e diz que está tudo controlado, que controla a polícia, que podem confiar nele, etc.” (diário de campo)

No trabalho formal há um equilíbrio entre a competição e a cooperação. Também aqui identificamos este binómio. Sobre a competição falaremos mais à frente a propósito dos territórios; a cooperação também acontece, porque a vida na rua também é relacional e cria laços:

“Pelo caminho perguntei-lhe se ele tinha deixado o tal rapaz arrumar na rua dele. Ele disse que sim, que habitualmente deixava que esse tal indivíduo fosse para lá das 5 às 6. Disse o Manel: «Eu gosto de repartir a riqueza pelos pobres...».” (diário de campo)

A pobreza é, de facto, um estado que apresenta uma certa relatividade...

7.2. A RELAÇÃO COM O AUTOMOBILISTA

A exploração etnográfica que José Machado Pais (2001) levou a cabo entre os arrumadores de Lisboa sintetiza numa frase o essencial do modo de vida de arrumador: “o seu carácter relacional, a sua dinâmica reguladora de quotidianos da marginalidade urbana e a sua função de subsistência económica”.

Também nós, nas notas de terreno, dávamos conta duma economia de subsistência, inspirando-nos na expressão que era utilizada para o campesinato pobre do interior norte de Portugal, em que o trabalho da terra dava apenas para o estritamente necessário à sobrevivência. Também anotávamos a função reguladora que o estar no “parque” a arrumar carros tem no quotidiano destes indivíduos – porque o trabalho é ocupação, e a ocupação estrutura o tempo objectivo e o subjectivo. E anotávamos com abundância o carácter relacional do estar na rua arrumando carros, como que devolvendo à cidade quem, doutro modo, poderia bem estar numa rota de isolamento e de invisibilidade. Este lado relacional aparece nas frequentes interacções que os actores estabelecem com os automobilistas, com comerciantes da zona, com companheiros do ofício, com outros consumidores, com *dealers*. E, no caso de muitos deles, com a equipa de rua de redução de riscos e minimização de danos, com os técnicos do Centro de

Respostas Integradas (a que ainda chamam CAT) e com outros serviços da rede formal de instituições. Dum modo muito sintético, diremos que este lado relacional se desenvolve segundo duas modalidades: a confiança e a tensão.

- CONFIANÇA -

“Esperei mais um pouco até às 15 e 30 e depois resolvi ir embora da confeitaria, mas ia perguntar algumas coisas às funcionárias. Quando estava a pagar perguntei se o Manel se dava bem com elas e apresentei-me como estando a fazer um trabalho sobre a toxicodependência para a universidade. Elas disseram que ele se dava muito bem com elas e que era muito prestável, que as ajudava com as compras, tendo uma delas piscado o olho e dito: «para poder comer!». Disseram também que lhes arranjava lugar para estacionar e que ele anda sempre apresentável, limpinho e que sabia falar. De vez em quando ia lá trocar dinheiro” (diário de campo)

A confiança é aquilo que permite o vínculo social, estando portanto na base da vida colectiva. Os grandes espaços urbanos geraram padrões interactivos defensivos, mais caracterizados pela indiferença e pelo anonimato do que pela confiança. Mesmo assim, os indivíduos e os grupos desenvolvem estratégias para minimizar o efeito desse traço da vida urbana, pois apesar da grande cidade continuamos a ser animais de pequeno grupo e de relação face a face¹⁸.

Ora, o arrumador parece ter-se tornado um especialista deste relacionamento face a face, personalizando um espaço que doutro modo seria um mero sítio de passagem e pára-arranca de automóveis. É certo que força com frequência a interacção, é certo que é da experiência de qualquer pessoa sentir que preferia não ter de trocar alguma frase e,

¹⁸ A indiferença, o anonimato e a distância social são características que os primeiros sociólogos da cidade logo mapearam, quando a escala urbana se expandiu na sequência da industrialização. Lembremos as análises de Georg Simmel, no seu clássico “A metrópole e a vida do espírito”, sobre a cidade europeia do início do século XX, e de Louis Wirth, sobre a metrópole dos EUA dos anos 30, no seu “O urbanismo como modo de vida”.

ainda menos, dar uma moeda. Mas é certo também que esta postura do arrumador contribui para quebrar anonimato e indiferença: com o passar dos dias conhece muitos automobilistas mais ou menos frequentes no seu “parque” e, com alguns, desenvolveu mesmo uma relação de confiança.

“Disse que um automobilista que tinha estacionado num dos lugares que estavam afastados de nós lhe pagava o pequeno-almoço de vez em quando. Disse que ele o deixava pago e que depois ele ia lá comer. Às vezes não comia nesse dia e comia no outro.” (diário de campo)

Com alguns automobilistas a relação de confiança mútua vai ao ponto de ser o arrumador a realizar a gestão do estacionamento:

“Vi esse indivíduo dirigir-se a um carro que acabou de estacionar, a condutora pela janela aberta disse-lhe algo e ele foi à máquina tirar um ticket. A mulher não lhe deu dinheiro algum. Fiz essa observação ao Barbas e ele disse que era assim. A pessoa estacionava e depois pedia ao arrumador quanto tempo queria e este ia tirar o ticket, pagando do bolso dele. Depois a pessoa dava-lhe uma moeda que cobrisse o investimento e que desse mais algum. Imaginemos que a pessoa pedia um tempo que custava 50 cêntimos, depois podia dar ao arrumador 1 euro e este lucrava 50 cêntimos. O Barbas disse que até podia ser mais. E se o arrumador tivesse já um talão ainda com tempo de validade, que era só lucro.” (diário de campo)

A confiança pode exprimir-se sob a forma de solidariedade, sobretudo quando o contexto envolvente apela a este comportamento social:

“Depois perguntei como é que estava a correr o dia e ele sorriu dizendo que estava a correr muito bem, que já tinha feito 20

euros desde as 14 horas. Eu sorri e fiquei espantado, mas depois disse, ao mesmo tempo que o Manel, que era por ser Natal. Ele disse que as pessoas diziam «pegue lá um euro, que é Natal.» (diário de campo)

O Natal é para todos, em menos de duas horas o Manel juntou 20 euros.

- TENSÃO -

A relação com o automobilista é por vezes sentida por este como incomodativa:

“Um dos carros que ele arrumou chamou-me à atenção, não pelo carro, mas pela atitude do Manel, que é a sua forma de estar. Era uma jovem condutora. O Manel dava-lhe as orientações dizendo: «assim, jovem, assim, anda assim, anda». Ele estava à frente do carro, e como a condutora estava a fazer a manobra de outra forma ele insistia e não saía da frente do carro. Elevou o tom da voz nas suas indicações. A jovem, no interior do carro, “passou-se” e gritou para ele sair da frente do carro, levando as mãos ao ar. Ele acabou por sair e a condutora acabou de estacionar. Não lhe deu nada, tendo ido à máquina tirar um ticket.” (diário de campo)

Os nossos dados de terreno não mostram o centro de Guimarães como palco de tensões entre arrumadores e automobilistas. Se bem que pontualmente a interacção possa ser confrontativa, no geral ocorre num clima que releva mais da confiança do que da tensão. Não conhecemos o histórico da actividade na cidade. Mas levantamos a hipótese, que seria necessário testar com dados empíricos, de que o estilo dos arrumadores se modificou em relação aos tempos em que começaram a aparecer pelas ruas – tomamos aqui como referência os do Porto, baseando-nos na nossa experiência de frequentadores da cidade e numa investigação etnográfica com arrumadores cujo “parque” era a loja do cidadão das Antas (Matias e Fernandes, 2009). Com efeito, inicialmente o estilo de abordagem era com frequência confrontativo, no caso de negada a moeda podia tornar-se

hostil e abundavam os relatos de ter sido danificada a pintura do automóvel como retaliação. Vem provavelmente daqui a associação da figura do arrumador com o sentimento de insegurança, algo que os próprios reconhecem quando dizem saber que são temidos como uma ameaça para o automóvel, enquanto o toxicodependente (que também são...) seria sentido como uma ameaça para as pessoas (Matias e Fernandes, 2009).

Parece hoje diferente a interacção dos arrumadores com os automobilistas, o que provavelmente se relaciona com dois factores: por um lado, o cidadão foi-se habituando à sua presença e não confirmou os receios iniciais que esta figura, por ser tida como “drogado”, inspirava; por outro lado, os próprios arrumadores foram constatando que era mais eficaz, porque mais rentável, uma abordagem pautada pela cordialidade, desincentivando deste modo tanto neles como nos colegas de ofício atitudes que possam gerar desconfiança ou receio no automobilista.

A observação mostrou-nos, no Porto, como alguns não iam para o “parque” antes de cuidar minimamente da apresentação (por exemplo fazendo a barba), e como repreendiam colegas que enganassem ou tentassem roubar algum “cliente” (Fernandes e Pinto, 2004; Matias e Fernandes, 2009). Pois bem, também agora verificámos o mesmo. E acrescentaremos que, se o cuidar da apresentação é uma estratégia calculada, também o apresentar-se com um aspecto descuidado, sujo ou a indiciar más condições de vida é considerado por alguns como uma estratégia eficaz para obter ajuda, partindo do princípio que a exibição da sua situação precária pode gerar solidariedade. Os “asseados”, digamos, criticam os “sujos” por darem má imagem da actividade e estes defendem-se da acusação invocando o pragmatismo da sua estratégia... Afinal, como em qualquer outra actividade laboral, em que a maioria dos seus profissionais tenta minimizar a má imagem causada por uns poucos, coisa que temos verificado por exemplo numa outra figura típica de qualquer cidade, o taxista.

7.3. TERRITÓRIOS

“Quando chegámos perto da rua do Manel vi que estava lá um outro indivíduo a arrumar carros, conseguia ver a sua silhueta

curvada e os gestos característicos. Pensei que o Manel ia disparar para recuperar o seu território, mas ele não reagiu, parecia que já sabia. Antes de chegarmos mais perto perguntei-lhe e ele apenas disse que estava lá esse rapaz, que o tinha deixado arrumar uns carros mas que ele se ia já embora. Ao chegarmos perto do rapaz, o Manel falou com ele. Eu fui um pouco mais para longe. O Manel foi logo para o início da rua e começou a angariar carros, pois havia um lugar vazio, ele assobiava e apontava.” (diário de campo)

A distribuição espacial dos arrumadores não é casual nem aleatória. Pelo contrário, os espaços têm valores estratégicos diferentes, uns rendem mais do que outros, pelo que os indivíduos exercem um controle sobre o seu território de modo a não o deixar apropriar por outros. A rua, para os arrumadores, tem dono – e cada um manda no seu “parque”. É, aliás, da experiência comum de quem usa a cidade diariamente notar que os arrumadores são sensivelmente os mesmos nos mesmos sítios, contribuindo com esta constância para a rotina urbana. O que a observação detalhada mostra é que não estão ali passivamente, como quem se limita a esperar que da sucessão dos automóveis que vão estacionando resulte o pecúlio que precisam de amealhar para cada dose. Ser arrumador é ser activo: angariar automobilistas, estar atento aos lugares que vão vagando, interagir com o dono da viatura, exercer domínio sobre aquele espaço que não querem largar para a concorrência:

“O Manel ia dizendo para ele ir embora, para ir para outro sítio. E ele respondeu-lhe que dava para os dois, que metiam um carro cada um. O Manel disse-lhe que não dava, que às vezes nem para um dava quanto mais para dois. Depois apareceu um carro e o rapaz começou a correr em direcção ao lugar. O Manel também ia para lá, mas depois ficou a meio do caminho e deixou-o ir. Veio ter comigo meio a resmungar, a dizer que se davam “abévias” e que depois o pessoal abusava. Eu perguntei-lhe se o rapaz era amigo dele e ele disse que sim, e que era por isso que ele ainda ali estava, se não já o tinha corrido.” (diário de campo)

E por que estava ali aquele arrumador? Não tinha território e procurava ocupar um? A resposta veio logo a seguir:

“Perguntei-lhe se o ADM era novo e ele disse que devia ter cerca de 25 anos, e que o conhecia por viverem perto. Depois perguntei-lhe se o ADM não tinha uma rua dele para estacionar e ele disse que sim, que era num parque perto da estação, só que um automobilista andava atrás dele porque o ADM ficou de vigiar para tirar um ticket caso viesse a polícia e depois o homem foi multado. O ADM saiu de lá sem tirar o ticket.” (diário de campo)

E por que se ausentou o ADM, desleixando o capital de confiança que o “cliente” tinha depositado nele? Porque completou a quantia para a dose e a ansiedade da compra, e a pressa de consumir, sobrepuseram-se ao dever “profissional”. Quem é que ainda não se escapou alguma vez mais cedo do trabalho?

Como se consegue um território, como se fica sem ele? Não pudemos aprofundar estas circunstâncias, mas sempre ficamos com uma pista ao ouvir o caso do Manel:

“Continuamos a falar acerca dos lugares de estacionamento. Eu perguntei se quando ele tinha ido para aquela rua, se não estava lá ninguém. Ele disse que não, que costumava estar lá um fulano, mas que depois desapareceu. Ele tomou a rua e depois passado um ano o fulano apareceu e queria a rua outra vez. Combinaram que um ficava de manhã e o outro ficava de tarde, sendo que o Manel ficava de tarde. Depois perguntei-lhe quanto tempo é que era preciso uma pessoa não aparecer para lhe poderem tomar o lugar. Ele respondeu que era uma semana. Eu disse-lhe então que se ele ficasse doente uma semana que era um risco. Ele depois reconsiderou e disse que uma semana se calhar era pouco tempo, mas que se fosse um mês ou dois, ou seis meses, que aí já não havia hipótese.” (diário de campo)

Eis aqui um importante inconveniente do trabalho informal: não dá direito a baixa...

Ter apropriado um território apresenta, para além da vantagem óbvia de saber que se tem um sítio, a vantagem de poder criar uma relação com pessoas habituais na zona:

“Perguntei-lhe como era ao Sábado e ele disse que ali era muito fraco e lembrei-me que o Barbas me tinha dito que na rua ao lado era o melhor dia. Perguntei-lhe porque é que não tentava outros sítios e ele disse que não, que preferia ir para o mesmo sítio porque era mau mudar, já que se estivesse sempre no mesmo sítio as pessoas iam-no conhecendo e que assim ele estabelecia uma relação com as pessoas e deste modo já davam “boas moedas”. Perguntei como é que ele tinha chegado a essa conclusão, se tinha experimentado outros sítios e ele disse que sim, que começou a pensar que se ficasse sempre no mesmo sítio, que as pessoas começavam a ganhar confiança com ele.” (diário de campo)

O território é também um espaço de interconhecimento, fornece uma base para as relações, mesmo que minimalistas. Apropriação, interconhecimento e relação aproximam o “parque” do lugar, no sentido antropológico do termo: muito mais do que um espaço neutro, é um sítio investido e significativo.

“Ao chegar lá avistei logo o Speedy Gonzalez e o Rujo. Estavam em sítios diferentes, sendo que estavam trocados, ou seja, o Rujo estava no sítio do Speedy Gonzalez e o Speedy Gonzalez no local onde costuma estar o Rujo. (...) Fui ter com ele e quando lá cheguei cumprimentámo-nos. Fiz-lhe a observação da troca de lugares e ele disse que ali não havia lugares fixos, que tanto podia estar ele como o Speedy Gonzalez, que era quem chegasse primeiro. Que agora estava ele ali naquele lugar, e que daqui a 5 minutos podia ir para lá o Speedy Gonzalez.” (diário de campo)

Os “parques” dos arrumadores podem, portanto, configurar-se como territórios secundários: não são exclusivos, são ocupados segundo a regra “primeiro a chegar, primeiro a usar”. Esta regra exacerba a concorrência, obrigando quem quer manter o seu posto a não se desleixar no horário e na continuidade. O trabalho informal exige iniciativa, o indivíduo tem de defender o seu próprio interesse, ninguém o faz por si – neste aspecto, o arrumador assemelha-se a um profissional liberal...

7.4. ARRUMADORES E CONTROLE SOCIAL FORMAL

Arrumadores e polícias municipais trabalham ambos no mesmo sector: a regulação do estacionamento urbano. É natural, portanto, o modo pouco simpático com que os arrumadores olham os polícias:

“O Manel começou por fazer queixa de um polícia que o andava a aborrecer por ele estar a arrumar carros. Disse ele que o polícia lhe disse: «Não podem estar arrumadores onde está a polícia». Ele diz que disse ao polícia: «olhe, então vá dar uma volta que eu fico aqui...».” (diário de campo)

Olham para os polícias como tendo critérios descricionários em relação a quem pode estar estacionado, numa espécie de sistema de privilégios que mostra aos arrumadores o quanto estão afastados do verdadeiro controle da rua que pensavam sua:

“O Rufia foi à máquina dos tickets, presumo para tirar um ticket para por em algum carro, depois quando estava ao pé de nós disse: «Queres ver que o gajo vai me foder os tickets... vai ser direitinho, foda-se». Vi que depois o polícia estava a chamá-lo à atenção acerca de um dos carros. O Rufia não mostrou grande reacção, apenas falou com ele e vi que sorriu. O Pibe começou a resmungar, dizendo: «Filhos da puta, só multam a quem lhes interessa, estive ali um opel corsa a manhã toda, só por que era

do...». Ele disse que havia carros que eram dos polícias, que estavam estacionados o dia todo, mas que nunca tiravam o ticket. Disse também que estava ali um carro, que era do café onde eles iam tomar o pequeno-almoço, e que também não multavam.” (diário de campo)

Encontramos nos arrumadores do centro de Guimarães um dado que é recorrente nos grupos que se dedicam a actividades desviantes, ou ajuizadas dum modo negativo pelo discurso dominante: a desconfiança perante as instâncias e as figuras do controle social, imputando-lhes frequentemente o desfrutar de privilégios ilegítimos. Ou seja, também os que seria suposto defenderem a ordem quebram as normas. Quando o indivíduo tem comportamentos ou realiza actividades que sabe alvo da censura social, utiliza aquilo a que David Matza, na sua teoria sobre a delinquência juvenil, chamou técnicas de neutralização. Trata-se de raciocínios através dos quais o indivíduo diminui a culpa associada a essa censura social. O Pibe, no excerto acima, usa na perfeição a “condenação dos condenadores”, uma das principais técnicas de neutralização.

Tendo a polícia o mandato de assegurar a ordem nos espaços públicos, tendo o ordenamento jurídico as actividades ligadas a determinadas substâncias psicoactivas como ilícitas e tendo tantos consumidores problemáticos a rua como contexto privilegiado, os (des)encontros entre “ordem” e “desvio”, entre “lei” e “crime” não são apenas inevitáveis – são frequentes e expectados de parte a parte. Como já vimos no capítulo anterior, o tema foi surgindo nos relatos espontâneos ao longo do nosso trabalho de campo, tendo como argumento as detenções seguidas de revista, a descoberta de um ou vários pacotes (conforme se é consumidor ou também se anda a vender), a ida para a esquadra. E, por vezes, um desfecho que os utilizadores consideram negativo e sobre o qual falam com alguma revolta: a destruição do produto mesmo à sua frente quando estavam a precisar dele como “de pão para a boca”. A situação mais extrema é, porém, a agressão física. Registemos a seguinte passagem do diário de campo:

“Depois eles falavam de alguém que andava todo partido, que tinha sido agredido. Uns diziam que tinha sido a polícia, outros diziam que tinha sido o gajo que lhe metia as cenas para ele vender – um dos ciganos ou outros. Passado pouco tempo desta conversa chegou o Cabeçote e eu percebi pela cara dele que era dele que falavam. Tinha

um olho todo esmurrado e uma sobrancelha inchada. Vinha com um boné que tapava a maior parte. Quando chegou fez uma entrada catita, anunciando a sua chegada, dizendo: «Boa tarde pessoal, que aqui vem o homem!» Perguntaram-lhe logo o que se passava e ele disse: «É para verem a autoridade que a gente tem, é a autoridade portuguesa!» Mostrou as mazelas ao pessoal, e o Andrúcio perguntou se ele tinha apresentado queixa, se ele tinha ido ao juiz. Ele disse que sim, mas que os polícias disseram à juíza que tiveram de o agarrar, porque ele estava a ressacar e a dar com a cabeça na parede. À volta o pessoal falava sobre o sucedido.”¹⁹ (diário de campo)

O exercício da violência sobre indivíduos ou grupos marginalizados é a faceta mais aguda das consequências do estigma social. Viver na margem é sofrer de invisibilidade – mesmo que se esteja, como é o caso dos arrumadores, em espaços altamente visíveis. E é esta invisibilidade que torna a violência de que são alvo invisível. Como também já vimos a propósito do *junkie*, também o arrumador está consciente da sua situação de desacreditado – para tomar a expressão de Erving Goffman a propósito daquele que é atingido pelo estigma:

“Enquanto subíamos a rua o Rujo continuou a conversa que estávamos a ter e disse que as pessoas depois podiam comentar por me verem com ele. Eu disse-lhe que não havia problema, que não me importava com o que as pessoas pensavam, e ele disse: «Muito bem, o que importa é o que fazes e não o que as pessoas dizem e pensam...acho bem, acho bem! É que nestes sítios pequenos...».”
(diário de campo)

Fica por esclarecer se esta auto-consciência do estigma social deve a sua maior quota-parte ao ser arrumador ou ao ser um “agarrado” – o que, como se foi tornando claro

¹⁹ A violência policial tem sido reportada por técnicos de muitas equipas de rua. Não foi, ao longo do nosso trabalho de campo, um tema que tenha aparecido com grande recorrência, pelo que não lhe damos aqui um tratamento mais extensivo. Fizemo-lo já a propósito dum outro território, nos bairros sociais da zona oriental do Porto. Remetemos para Fernandes e Ramos (2010), onde, a partir da investigação etnográfica, se faz um exercício de relacionamento entre a exclusão social, as violências quotidianas e a violência estrutural.

com os nossos dados de terreno, são estatutos que andam próximos. Já quanto à fonte do estigma, diz a teoria que se liga à reacção social que as instâncias formais de controle, os meios de comunicação social e a comunidade dirigem aos indivíduos que olham como problemáticos. Já fizemos referência atrás ao modo como se sentem olhados pela polícia. Faremos, no capítulo seguinte, uma breve análise em relação à comunidade.

CAPÍTULO 8

COMUNIDADE

Como reage a comunidade aos consumidores problemáticos? O desenho metodológico incluía a realização de entrevistas ao cidadão comum, de modo a identificar percepções e imagens acerca da droga e dos utilizadores. Trata-se apenas duma primeira incursão exploratória baseada em 10 entrevistas. Os dados que elas fornecem são combinados com os do diário de terreno, sempre que estes registavam a observação directa da reacção da comunidade, a partir de episódios ou de relatos dos actores das interacções – ou seja, tanto dos utilizadores de drogas como de terceiros interagindo com eles ou falando sobre eles. De qualquer modo, dada a pouca quantidade de material empírico, o que diremos a seguir deve apenas ser tomado como indicativo, um levantamento de pistas que poderão servir a investigação futura.

Um primeiro resultado a salientar é o da importância da Comunidade enquanto suporte de subsistência para os consumidores problemáticos. Veja-se a seguinte passagem do Diário de Campo:

“Pelo caminho passámos por uma mercearia, demos uns passos, quando o Manel se lembrou e me disse para eu esperar ali que vinha já. Foi à mercearia e falou com alguém de lá. Parecia que ele estava a pedir alguma coisa, e veio de lá com um cacho de uvas num saco. Disse que a senhora era amiga dele e que lhe vendia barato. Acrescentou que aquele cacho, que era bem grande, lhe fora vendido por apenas cinquenta cêntimos.” (diário de campo)

No mesmo sentido do que afirmámos, o Diário de campo da equipa de redução de riscos IN-Ruas refere no dia 27/07/09:

“O A disse-me que teve de voltar a pedir dinheiro emprestado e que com juros está a dever 75euros. Contou que quem lhe empresta dinheiro é um proprietário de um quiosque e que por vezes deixa objectos de valor que lhe são devolvidos quando paga o que deve.”

Ficámos com algumas dúvidas sobre o valor de tais juros, tornando-se algo ambíguo saber onde acaba a ajuda e começa o aproveitamento...

Já vimos como a arrumação de automóveis aparece também como uma actividade que estabelece contactos com a sociedade convencional, traduzindo-se em termos práticos no auxílio económico aos consumidores problemáticos em situação de grande precariedade do quadro de vida. Mais do que um mero suporte, encontramos exemplos de verdadeira negociação sobre a melhor forma de ajuda. A comunidade não é, portanto, passiva à presença dos utilizadores de rua, antes interage de várias formas e negociando com eles:

“Perguntei então ao Barbas onde é que ele costumava jantar e ele disse que costumava ir ao Trincas (nome fictício, restaurante no centro da cidade) quando tinha dinheiro. Disse que o dono do restaurante lhe fazia a refeição por 4 euros, e que contemplava sopa, prato, pão e vinho. Disse que o dono um dia tinha estacionado ali e que lhe disse que não lhe dava dinheiro, mas que lhe fazia a refeição por 4 euros.” (diário de campo)

Mas encontramos também a reacção oposta, evidenciando a ambivalência que a figura do “drogado” gera: a comunidade que interage e se envolve é também a comunidade que segrega e rejeita. Vejamos uma passagem da entrevista a uma funcionária que trabalha há mais de 20 anos numa estrutura de apoio a pessoas em situação de pobreza:

“(...) eles acabam por ser muito mentirosos, estão sempre a ver se embrulham as pessoas, há uns que têm mais princípios, outros têm menos. Quando lhes falta a droga nenhum deles é correcto, põe de

lado todos os princípios. Alguns deles põe em risco a própria família, os filhos.”

Ou ainda os seguintes:

“Eu acho que os arrumadores são uma praga. As pessoas dão a moeda porque têm medo de represálias no carro. Porque se não derem uma moeda e eles puderem roubar, roubam mesmo, entre dois males... mais vale o mal menor.” (farmacêutica, cerca de 30 anos)

“Uma coisa que eu não gosto nada são os arrumadores de carros. O que eu mais detesto é ter de dar uma moeda, e ainda por cima sabendo para o que é. Nós só damos uma moeda porque temos medo que nos risquem o carro e essas coisas assim.” (estudante de arquitectura, 19 anos)

O mito da Escalada parece enraizado nos nossos entrevistados, algo que o restante material empírico, nomeadamente as entrevistas aos utilizadores de drogas, não corrobora. Ouçamos de novo a farmacêutica:

“Acho que é aquele efeito de degradação, isto falando nas drogas pesadas, começa com um efeito recreativo, em que a juventude está muito relacionada, e vai escalando.”

Crenças como esta mostram como as primeiras mensagens emanadas do dispositivo medico-psicológico, numa primeira fase a seguir à sua constituição nos anos 70 em Portugal, continuam sedimentadas no pensamento de senso comum, apesar da sucessiva evidência empírica que tem mostrado que a escalada não se verifica na maioria dos sujeitos que contactam com drogas.

Nas entrevistas à comunidade era inquirida também a opinião sobre a possibilidade de criação duma sala de consumo assistido em Guimarães.

Prevalece a opinião de que poderiam ser importantes para um maior resguardo público do consumo e também para os próprios utilizadores, que passam a consumir mais adequadamente:

“Ora bem, isso é um mal necessário, porque é muito melhor eles estarem resguardados, e... privados, mesmo para eles, do que estarem num canto, como eu já vi muitas vezes, num jardim, nas entradas das portas com a seringa espetada no braço, vi tantas vezes isso.” (senhor do quiosque, cerca de 60 anos)

Em todos eles, a imagem do “toxicodependente-vítima” está enraizada. Seria vítima de si próprio e da sociedade, ou seja, produto de causas internas e de causas sociais:

“No fundo são vítimas deles e da sociedade. São vítimas deles porque são eles próprios que se arrastam para aquela situação, e são vítimas da sociedade porque os põe de parte.” (funcionária duma estrutura de apoio a pessoas em situação de pobreza)

O *drug* aparece como um incauto, alguém que não soube resguardar-se dos perigos:

“Eles agora também podiam ver, dá aqueles programas na televisão, mas pronto, metem-se.”

Curiosamente, alguns dos consumidores problemáticos confirmam isto, quando dizem que, de início, não sabiam as consequências dos consumos reiterados de heroína, e só os descobririam à sua própria custa, quando a ressaca se tornou inequívoca.

Um apontamento final sobre a unidade móvel de redução de riscos e minimização de danos. Ao longo dos muitos meses do nosso trabalho de campo tivemos oportunidade de testemunhar a importância desta resposta de intervenção comunitária no terreno. Ela é um primeiro contacto com o “outro lado” para quem anda na rua, é o sítio onde um

indivíduo que já vem com regularidade leva outro pela primeira vez. A unidade móvel realiza os actos técnicos próprios a um programa sócio-sanitário, e sobre estes não vamos falar. Diremos, brevemente, que a “carrinha” é também o espaço de sociabilidade que se cria em seu torno, importante para quem fragmentou as relações sociais, para quem se sente distanciado das estruturas formais para toxicodependentes – ou porque já desacreditou depois de vários tratamentos falhados, ou porque nem lá vai, olhando-as como uma miragem ao longe quando a vida se estreitou nos quotidianos de que aqui já demos larga notícia.

A unidade móvel funciona como um mediador, criando “um pacto mutuamente negociado que permite estabelecer o enlace humano, relacional, entre aqueles que perderam a capacidade de se relacionar de um modo efectivo.” (Sepúlveda, Báez e Montenegro, 2008). Ela pode ser o passo inicial para uma alternativa à rua. E o passo dá-se quando, emergindo desses quotidianos em que a vida fora das drogas duras já não parece possível, se reata a possibilidade de mudar esta perspectiva. Dito doutro modo, a equipa de rua é, muito mais do que a imagem que se foi construindo na opinião pública – a “troca de seringas” – o sítio onde (re)começa a comunidade, se quisermos tomá-la no sentido etimológico da *comunitas*.

NOTA FINAL

MARGINALIDADE E POLÍTICAS DE CIDADE

1. SOBRE AS RESPOSTAS INTERVENTIVAS

O percurso que fizemos pelos actores e pelos territórios psicotrópicos em que incidiu o nosso trabalho de campo mostra que, em Guimarães, esta realidade não se afasta daquilo que está caracterizado para outras realidades urbanas. A principal diferença em relação a contextos hoje já relativamente bem estudados, como são os casos de Lisboa e Porto, está na escala do fenómeno. Com efeito, nestas cidades existem concentradores espaciais das actividades em torno das drogas – aquilo a que temos vindo a chamar plataformas *junkie* (cf. Fernandes e Ramos, 2010) – com uma dimensão bem maior do que em Guimarães.

Isto não significa, porém, que devamos descansar sobre o facto de os “males dos outros” serem maiores do que os nossos. Por um lado, não pretendemos ter esgotado com esta pesquisa a caracterização dos consumidores problemáticos, outros trabalhos poderão revelar novas dimensões igualmente difíceis e desocultar novas necessidades. Por outro lado, a caracterização que fizemos, sobretudo a que mostra o tipo de trajectórias, a precariedade do quadro de vida e as práticas de risco dos consumidores problemáticos, evidencia bem a necessidade das respostas aos vários níveis em que tem de se intervir no fenómeno. Se, ao nível do tratamento, nas suas várias modalidades institucionais e terapêuticas, existe uma razoável resposta instalada (até porque o tratamento não tem de ocorrer no território mais próximo), ao nível sócio-sanitário ela deve ser reforçada. Os indivíduos com trajectórias que os colocam em situação de grande vulnerabilidade tanto social como sanitária, aqueles que estão mais longe das oportunidades e dos recursos, aqueles que têm na rua o seu principal cenário de vida, necessitam de respostas de proximidade.

Existe já uma equipa de redução de riscos e minimização de danos, de cujo trabalho demos notícia neste texto. Mas o seu poder operativo, ao nível dos recursos humanos, deveria ser aumentado, de modo a “fazer mais rua” – porque as zonas onde seria desejável intervir não se resumem ao centro histórico. Por outro lado, ao que sabemos, não existe na cidade nenhuma casa-abrigo que funcione como uma alternativa temporária a situações de grande precariedade, nomeadamente quando se está na de sem-abrigo.

Estas duas estruturas – equipa de rua e casa-abrigo – são fundamentais para ter capacidade de actuação na franja mais marginalizada e em situação mais crítica nos consumidores problemáticos, tendo um papel insubstituível no começo duma nova fase da trajectória de vida que possa levar os indivíduos a estruturas de cuidados e aos recursos (de formação profissional, laborais...) que representem uma alternativa reinsersora. O “problema da droga” não é algo que esteja confinado ao toxicodependente e aos cuidados especializados na área. Inflectir os percursos que conduzem às situações de que fomos dando abundante testemunho neste trabalho é uma tarefa de toda a comunidade – porque as determinantes das “trajectórias de exclusão” são múltiplas e intervir nelas envolve muitos agentes, desde os de suporte imediato (por exemplo a Segurança Social) até aos mais proactivos (sem dúvida, o tecido produtivo que possa gerar emprego).

Os dados recolhidos na comunidade (capítulo 8), embora apenas indicativos, já que seria necessário consolidá-los com mais pesquisa, apontam para uma reacção favorável à instalação duma sala de consumo de menor risco em Guimarães. Somos de opinião de que a iniciativa se justificava. Sem entrar, porque não é aqui o lugar, em grandes detalhes, diremos que se justifica por duas razões: uma prende-se com políticas sócio-sanitárias no campo das drogas, a outra com a intervenção concreta numa realidade concreta.

- Políticas sócio-sanitárias no campo das drogas: os países onde se avançou mais decididamente no enfrentar do problema dos toxicodependentes de maior gravidade sócio-sanitária, que marcavam a paisagem de algumas das mais conhecidas cidades europeias nas concentrações de “cenas abertas” – aquilo a que chamamos plataformas *junkie* – obtiveram resultados claros. O exemplo paradigmático é o da Suíça, que reverteu a “cena aberta” da famosa Spitzplatz de

Zurique, cujas fotografias da degradação a que tinham chegado centenas de toxicodependentes correram mundo, criando uma sala de consumo nas imediações (que incluía também programa de administração terapêutica de heroína, medida que não está contemplada no nosso quadro legal). Expandindo-se para vários cantões do país, a sua avaliação tem evidenciado resultados no controle sanitário de doenças infecciosas como o VIH e as hepatites, a adesão a cuidados mais estruturados por parte de muitos utilizadores das salas e a diminuição da insegurança urbana associada ao crime conexo à droga. O reconhecimento destes resultados está expresso na continuidade destes programas legitimada por sucessivos referendos.

- Intervenção concreta numa realidade concreta: as salas de consumo de menor risco são um dos instrumentos interventivos numa política que integra múltiplas respostas, desde a redução de riscos ao tratamento e à reinserção. A lei portuguesa contempla a sua possibilidade desde 2001. Tem sido argumentado por responsáveis das políticas das drogas que a sua pertinência já foi maior, pois a prevalência dos consumos de heroína está estabilizada desde há alguns anos. Mas diz-se com menos frequência que o número de novos casos de VIH entre os toxicodependentes voltou a aumentar recentemente, e que os consumos em condições impróprias, até pela exposição pública que por vezes assumem, com as consequentes perturbações para a vida das comunidades onde se concentram estas “cenas abertas”, continuam a ser uma realidade das nossas principais cidades. A criação de salas de consumo de menor risco justifica-se enquanto o fenómeno droga continuar a ter a expressão que tem e que, nos seus contornos principais, está hoje bem caracterizada. E o que a nossa pesquisa permitiu conhecer em relação aos actores e aos territórios psicotrópicos em Guimarães é coerente, a nosso ver, com a ideia de que uma estrutura deste tipo seria de utilidade.

2. O QUE A MARGEM REVELA DO CENTRO

Há algumas décadas atrás, a literatura das ciências sociais sobre o *homeless* – uma realidade então muito mais americana do que europeia – salientava como desencadeadores do percurso que desembocava no viver na rua, o alcoolismo, a psicopatologia grave e as rupturas familiares. O *homeless* era alguém normalmente com mais de 40 anos, não raro de idade avançada, em situação de deterioração psicopatológica, por vezes com a saúde mental atingida pela psicose, cuja marginalidade era em grande parte resultado da incapacitação mental. Esse perfil está hoje longe de corresponder ao sem-abrigo ou às várias figuras mais ou menos conotadas com errância e/ou marginalidade.

Desde os anos 80 e, em Portugal, dum modo claro desde os anos 90 do século que há pouco acabou, a volatilidade ou mesmo a ruptura familiares são ainda factor importante, mas ligam-se a desencadeadores diferentes dos do clássico *homeless*. Exemplo extremo: o migrante extra-europeu em situação de clandestinidade, com trabalho itinerante, a viver nalgum recanto que sirva de abrigo e sem condições de regressar ao país de origem está objectivamente privado da família – uma ruptura mantida por condições que não residem no interior das dinâmicas da própria família.

Também os problemas graves de saúde mental não estão já relacionados com a marginalidade de rua, pelo menos do modo como foram determinantes em tempos. Segundo informações da equipa de redução de riscos IN-Ruas, não chegará a 5%, no universo dos que contactaram a unidade móvel, a percentagem dos indivíduos com patologia mental evidente²⁰.

O que levou então à ruptura familiar? Ou, quando não à ruptura, ao estar na família em que a rua representa, de qualquer modo, o contexto predominante? Ela aparece nestes casos como um elemento que não passa dum último recurso, derradeiro ponto de ancoragem para não estar em queda livre na rua. A situação laboral, ou a falta

²⁰ O número aqui avançado não resulta de nenhuma avaliação sistemática da presença de patologia mental nos utentes deste serviço, mas duma avaliação “a olho nu” que resulta do conhecimento dos utentes através dos contactos frequentes na intervenção de rua. É necessário introduzir ainda outra precaução quando falamos da relação entre psicopatologia e marginalidade: referimo-nos à Europa ocidental quando afirmamos a perda de importância da psicopatologia como desencadeador da espiral que termina no estar na rua. Nos EUA os contornos do problema parecem ser diferentes (cf. por exemplo Wacquant, 2007).

dela, serão precipitadores deste plano inclinado? O conflito permanente no seio da família, que a situação de “agarrado” pode potenciar, poderá também fazer da rua um refúgio? Onde o cidadão comum vê o inóspito, o indivíduo vê uma certa paz trazida pela distância ao epicentro dos conflitos?

Estas questões interpelam as condições actuais da família, o que é um problema civilizacional: a rápida mudança que caracteriza hoje o sistema social afecta, com a sua velocidade, uma estrutura lenta – porque tradicional – como a família. E os problemas civilizacionais não têm respostas técnicas circunscritas (a “intervenção na crise”, a “terapia familiar”), resolvem-se por adaptações sucessivas às novas condições contextuais. A proliferação de instâncias e de modalidades interventivas, quando actua sem autocritica, representa apenas a busca duma espécie de receita para a mudança, que deixa intacta a estrutura profunda dos problemas – ilusão tecnocrática das intervenções psi.

Quando se está na rua, é preciso procurar um território primário, algo parecido com uma casa, um abrigo. As casas abandonadas representam um recurso. Aquilo que parece uma mera ruína aos olhos de quem passa pode ter o valor dum abrigo. Antes de as demolirmos “porque são lugar de pernoita de toxicodependentes”, como temos visto acontecer com frequência nas grandes cidades, precisamos de perguntar-nos sobre a sociedade em que vivemos, em que o que é uma ruína para uns é casa para outros. Uma ruína é uma casa para quem não tem casa – ou quem, tendo-a, prefere ou consegue achar melhor o conforto duma casa que pensávamos só servir aos ratos. E temos de nos perguntar também como ajudamos quem aí está a encontrar um abrigo mais digno, mais confortável, mais saudável, mais seguro – uma casa, daquelas que qualquer criança desenha quando lhe dizem “desenha uma casa”.

Estamos, afinal, a falar de políticas habitacionais. A resposta aos sem domicílio tem sido marcada pelo carácter paliativo: quartos pagos pela segurança social, centros de pernoita que são os herdeiros actuais dos albergues nocturnos criados para os vadios e mendigos da segunda metade do século XIX. Não vamos aqui entrar no complexo tema das políticas habitacionais do Estado, que remontam ao crescimento industrial e consequente crise habitacional das cidades – remetemos por exemplo para Virgílio Borges Pereira, na sua excelente análise sobre as “soluções” para esta crise, desde as “ilhas” oitocentistas aos actuais bairros sociais periféricos (Pereira, 2003). Queremos,

sim, sublinhar a total inadequação da resposta que consiste na demolição de todo e qualquer espaço onde se detectem “toxicodependentes” a “morar”. Poder-se-ão ter calado assim as eventuais reclamações da vizinhança, mas adiou-se o problema, ocultou-se das vistas, agravando-se a precariedade de quem já vive nos limites.

Pensar estratégias num problema que se tem agravado um pouco por toda a Europa passará pela atenção aos resultados de políticas encetadas noutros países. O último relatório do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência assinala a este propósito que “A Irlanda e a Suécia estão a debater o modelo de “habitação em primeiro lugar” para pessoas sem-abrigo com problemas de saúde mental e de consumo de substâncias. Este modelo está frequentemente associado a serviços de tratamento e sociais integradas na comunidade, bem como à gestão dos casos. O acesso à habitação não depende de essas pessoas se manterem sóbrias ou não consumirem drogas, como normalmente acontece para este grupo problemático. A abordagem de “habitação em primeiro lugar” teve resultados positivos para os sem-abrigo em diversas variáveis sociais e de saúde, nomeadamente no consumo de substâncias (Pleace, 2008).” (OEDT, 2008).

O que o toxicodependente de rua revela é o estado actual dos processos de segregação, são as dinâmicas que continuam a perpetuar a desigualdade. Ele é, portanto, antes de ser um “drogado”, uma vítima de processos que culminam na marginalidade. Não se trata, ao olhá-lo, de querer resolver o “problema da droga”. Trata-se de questionar o estado de tensão na família, as condições actuais da sua possibilidade enquanto suporte social, trata-se de questionar o poder segregador do actual mercado de trabalho – historicamente um elemento integrador, hoje factor de exclusão. Trata-se, enfim, de questionar a distância a que a cidade dos recursos – desde logo dos laborais e dos da saúde – está de quem entra na espiral que poderá conduzir, mais dia menos dia, à margem.

3. SOBRE OS ARRUMADORES DE AUTOMÓVEIS

Dediquemos agora um apontamento a propósito duma figura que o desenrolar do trabalho de terreno nos poria diante: o arrumador de automóveis. As autoridades com responsabilidades de decisão e de gestão do espaço urbano têm-se preocupado com a presença de indivíduos e de actividades “das margens” nas zonas centrais das cidades. Na urbe pós-industrial tem-se assistido ao seu crescimento: prostituição de rua, mendicidade, pessoas sem-abrigo, *junkies*, migrantes em situação de errância, grupos juvenis olhados como problemáticos. A dependência de substâncias, seja de álcool ou de drogas ilícitas, é transversal, de resto, a muitos dos indivíduos que protagonizam estas figuras da marginalidade. Não discutiremos aqui por que se tem vindo assim a margem a revelar em pleno centro, sendo progressivamente incorporada como uma realidade das grandes metrópoles²¹.

Mas isolemos o arrumador desse conjunto tornado indistinto pelo olhar à distância do cidadão comum e, tantas vezes, pelo debate sócio-político. A sua visibilidade seria fonte de tensão, a sua relação adivinhada com as drogas torná-lo-ia potencial delinquente – o arrumador, somando a sua presença à das outras que relevam da errância, veio instalar-se na galeria das figuras que intranquilizam. Removê-los do espaço público, em nome do combate ao sentimento de insegurança? Impedi-los de frequentarem as zonas simbolicamente mais valorizadas, em nome da imagem da cidade aos olhos de quantos a frequentam e visitam?

A análise que aqui produzimos sobre este novo *city user* mostrou como a actividade em que se ocupa acaba por ter um papel estruturante da existência quando se chegou à rua como “fim de linha”; mostrou também como, ao contrário do *a priori* do senso comum, não se revelam especialmente problemáticas no quotidiano do centro citadino. Antes de encetar quaisquer acções, as instituições e os responsáveis pelas políticas de cidade têm de colocar algumas questões: o que acontecerá se o indivíduo não conseguir financiar o seu consumo arrumando carros? Quem consome diariamente há muitos anos, quem se sente “agarrado” a um produto do qual não suporta a ausência, irá procurar financiar a sua dependência – poderíamos dizer o seu desespero – doutro modo.

²¹ Remetemos para a excelente análise desta problemática, manifestada em contextos tão diversos como a da América Latina ou do Norte da Europa, produzida por Loïc Wacquant (2006).

Continuará a procurar quem lhe venda pó ou coca, alimentando com a sua dependência os circuitos da venda a retalho. Continuará a precisar dos 10, dos 20, dos 50 euros diários para manter afastado o verdadeiro pesadelo que é para ele a síndrome de abstinência.

Se não puder obter essa quantia através da arrumação de automóveis, fará, com grande probabilidade, uma de três coisas: passará a injectar em vez de fumar, como modo de rentabilizar a heroína; passará a cometer delitos contra a propriedade; tentará abandonar os consumos de drogas. No primeiro dos casos, agravará o problema de saúde pública de transmissão de doenças infecciosas propagadas pelo material de injeção e seus acessórios e agravará mais rapidamente a sua saúde física, potenciando a probabilidade de “ir ficando” pela rua; no segundo caso, agravará a situação da segurança pública e contribuirá para o crescimento do sentimento de insegurança; no terceiro caso, estará votado ao insucesso, dada a condição precária da sua situação social e pessoal, caso não haja uma política consistente de ajuda à saída da rua²².

Retirar os arrumadores da rua não pode ser equacionado como uma simples proibição da sua permanência nela, não resultará se assentar apenas na acção coerciva. Se o arrumador, como vimos ao longo deste trabalho, é primeiro um toxicodependente, é esta sua situação existencial que tem de ser encarada. Implicará o trabalhar em rede com instituições locais das áreas social e da saúde, encontrando alternativas a uma rotina que o indivíduo, sozinho, tem uma enorme dificuldade em alterar.

Dito doutro modo, trata-se de equacionar alternativas à rua, trabalhando a situação concreta de cada indivíduo: um trabalho de minúcia, feito do contacto e da presença do técnico, que não pode apresentar resultados imediatos porque restabelecer vínculos em quem os foi interrompendo ao longo de tanto tempo é um trabalho meticuloso e que não cede a pressas. Começa onde está o indivíduo, ali mesmo no lugar de onde praticamente já não sai, para lhe reconquistar a confiança e poder oferecer-lhe um caminho – começa numa equipa de rua de redução de riscos e continuará em estruturas intermédias. Não detalharemos os passos deste caminho: estão bem identificados, os especialistas

²² A experiência do programa Porto Feliz, da Câmara Municipal do Porto, que, a partir de 2002, procurou retirar os arrumadores dos principais pontos onde actuavam, mostrou o que acabamos de dizer. Embora em nenhum documento de responsáveis e/ou de técnicos ligados ao programa Porto Feliz, tanto quanto saibamos, isso seja aflorado, técnicos de redução de riscos de equipas de rua a operar em vários pontos de concentração *drug* constatarem os efeitos colaterais da “erradicação dos arrumadores” que referimos. E, no fim, o Porto ficou com os efeitos colaterais e com os arrumadores, que entretanto iam reaparecendo – os mesmos ou outros que vinham de novo – nos mesmos locais.

conhecem-nos. Portugal tem uma estratégia nacional na área das drogas que, nos últimos anos, tem reconhecido a importância de actuar de acordo com a realidade de cada território.

Mas estes passos e esta estratégia nunca estão concluídos. A formação contínua de todos os profissionais que lidam com os que estão na rota da “exclusão social” – apliquemos por momentos a etiqueta, para ir depressa – continua a ser necessária. Muito desconhecimento, muito *a priori*, muito preconceito, continuam a fabricar receitas para estes indivíduos e situações. Quanto mais de longe vemos, mais depressa resolveríamos o problema... Esta necessidade de ver de perto e de dentro, de conhecer pelo prisma da proximidade humana as “margens da sociedade”, toca tanto a médicos dos centros de saúde e dos serviços hospitalares como a enfermeiros, toca tanto a psicólogos como a assistentes e educadores sociais nas várias IPSS, toca a todo o pessoal que trabalha em estruturas da área social, desde as públicas às privadas – e toca a todos os políticos que querem estar perto da etimologia da palavra, que é o governo da *polis*. Inflectir trajectórias como aquelas de que a nossa investigação dá conta implica o envolvimento, com profissionalismo e humanidade, de todos. Porque todos juntos, mesmo assim, sabemos ainda muito pouco. Para os que tomarem isto como retórica, convidamo-los a sentarem-se connosco e com outros investigadores desta área que também considerem que ainda sabem pouco à mesma mesa, discutindo problemas e equacionando respostas. Chamem-lhe *workshops*, seminários, formação – tanto faz. Ah, e, já agora, chamem-se alguns daqueles em nome dos quais temos criado instituições e lançado programas de intervenção. Porque somos todos defensores de dar voz aos atingidos, de promover as respostas a partir dos próprios, de acreditar no *empowerment* e na advocacia social. Se assim for, não continuaremos no eterno português lamento à espera que as respostas venham de cima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, Adelino (2010). *Fugas urbanas: Contributos para o estudo dos lugares das sociabilidades urbanas para jovens em contextos de sobrevivências da rua*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (tese de doutoramento)

Baptista, Luís e Pujadas, Juan (2000). Confronto e entreposição: os efeitos da metropolização na vida das cidades. *Fórum Sociológico*, 3/4 (2ª série), pp. 293-308.

Cunha, Manuela Ivone (2006). Formalidade e informalidade: questões e perspectivas. *Etnográfica*, 10, pp. 219-230.

Fatela, João (1989). *O sangue e a rua – elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926- 1946)*. Lisboa: Dom Quixote.

Fernandes, Luís (1998). *O sítio das drogas*. Lisboa: Editorial Notícias.

Fernandes, Luís e Pinto, Marta (2004). El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotrópicos y políticas de la ciudad. *Monografías Humanitas*, Nº 5, pp. 147-162. Barcelona: Fundación Medicina y Humanidades Médicas.

Fernandes, Luís e Ramos, Alexandra (2010). Exclusão social e violências quotidianas em “bairros degradados”: etnografia das drogas numa periferia urbana. *Toxicodependências*, vol. 16 (2), pp. 15-29.

Frazão, Carla; Cunha Teles, Louise; Pereira, Elisabete; Magalhães, Cristina (2005). *O carrossel da vida – histórias do agarrar*. Lisboa: Climepsi.

IN-Ruas (2010). *Relatório final de execução (2008-2010)*. Guimarães: Sol do Ave (não publicado)

Machado Pais, José (2001). *Ganchos, tachos e biscates: jovens trabalho e futuro*. Porto: Âmbar.

Machado, Pedro (2008). *Perto de ti, matas. Longe de ti, eu morro. Uma etnografia sobre usos de drogas de rua*. Évora: Departamento de Sociologia da Universidade de Évora (tese de mestrado)

Matias, Margarida e Fernandes, Luís (2009). Desarrumar o medo.... O arrumador de carros como figura do medo na cidade. *Toxicodependências*, vol.15, pp. 9-22.

OEDT (2010). *A evolução do fenómeno droga na Europa*. Lisboa: OEDT.

Oliveira, Alexandra (2008). *O mundo da prostituição de rua – trajectórias, discursos e práticas, um estudo etnográfico*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (tese de doutoramento)

Pallarés, Joan (1995). *La dolça punxada de l'escorpi. Antropolologia dels ionquis i de l'heroína a Catalunya*. Barcelona: Pagès Editors.

Pereira, Virgílio (2003). Uma imensa espera de concretizações... Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivadas a partir da cidade do Porto. *Sociologia*, 13, 139-148.

Rivotti, Adília (2008). *Do outro lado da rua – etnografia sobre pessoas sem-abrigo na cidade de Lisboa*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (tese de mestrado)

Rodrigues, Agostinho (2004). *Desvio com via dupla: trabalho e drogas na construção de carreiras desviantes*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (tese de mestrado)

Romani, Oriol (1982). *Droga i subcultura. Una historia cultural del «haix» a Barcelona (1960-1980)*. Departamento de Antropologia Cultural da Universidade de Barcelona (tese de doutoramento)

Seabra, Daniel (2008). *Deriva cigana: um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Sepúlveda, Maurício; Báez, Francisco e Montenegro, Marisela (2008). *No en la puerta de mi casa – implantación no conflictiva de dispositivos de drogodependencias*. Barcelona: Grup Igia.

Tinoco, R. & Fernandes, L (2002). Vivências de si na toxicodependência – análise qualitativa de heroinómanos recolhidos em contexto institucional. *Psicologia, teoria, investigação e prática*, 1, pp. 3-17.

Vasconcelos, Luís (2003). *Heroína: Lisboa como território psicotrópico nos anos 90. Heroína. Lisboa como território psicotrópico nos anos noventa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Wacquant, Loïc (2007). Os excluídos da sociedade de consumo: toxicodependentes, psicopatas e sem-abrigo. *Análise Social*, vol. XLII (185), 2007, 987-1003.

Wacquant, Loïc (2006). *Parias urbains*. Paris: Les Découvertes.